IVONNE MARITZA CACERES VILLOTA

Gênero, autonomia e resistência na construção das mulheres como atores sociais: O caso das experiências coletivas dos grupos de mulheres camponesas “Sueños de Mujer” e “Aromas del Campo” Tuluá - Colômbia.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Prof. Dra. Eva Alterman Blay

(VERSÃO CORRIGIDA)

De acordo:

Profa. Dra. Eva Alterman Blay

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: CACERES, V. Ivonne Maritza

Titulo: Gênero, autonomia e resistência na construção das mulheres como atores sociais: O caso das experiências coletivas dos grupos de mulheres camponesas “Sueños de Mujer” e “Aromas del Campo” Tuluá - Colômbia.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Sociologia
da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas, da Universidade de São
Paulo, para obtenção do grau de Mestre em
Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

(nome e assinatura)
(nome e assinatura)
(nome e assinatura)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade de São Paulo (USP) pela possibilidade de cursar o mestrado.

Aos funcionários da Secretaria, à equipe de professores, pelo apoio prestado durante tempo de formação.

Agradeço a minha orientadora Eva Alterman Blay, a quem admiro muito, pela confiança e apoio.

Quero agradecer também aos membros da banca de qualificação as professoras, Vera Botta Ferrante e Maria e Lygia Quartim de Moraes, pelas questões críticas e as orientações que foram essenciais para redirecionar o trabalho.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq e ao Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação PEC-PG pela concessão da bolsa que me permitiu cursar meus estudos no Brasil.

Quero agradecer ao Feminismo por preencher minha vida de força e alegria, às minhas mães simbólicas: Simone de Beauvoir, Virginia Wolf, Mary Wollstonecraft, Clarice Pinkola e a todas as mulheres que tem dedicado sua vida à emancipação das mulheres e à construção de um mundo para todos y todas.

À minha família por me apoiar incondicionalmente:

Minha mãe Giovanna Villota, meus irmãos Lucho, Claudia, Mônica e às minhas sobrinhas que me preenchem de sorrisos, a Laura e a Luiza.

A meus amigos do mestrado que me acolheram com carinho e amizade: Natalia Romanovski, Juliana Vinuto, Juliana Machado, Maysa Rodrigues.

A minhas amigas e amigos pelo apoio, solidariedade e fraternidade, ao Milton por seu apoio incondicional, ao Aldo, a Angelita, pela amizade e o carinho.

A minhas irmãs de viagem e do círculo de mulheres: Lady, Martha e Paula.

Ao Márcio, por me ajudar a compreender a relação entre a pesquisa e a história pessoal.

A meus amigos brasileiros Cícero de Crato, exemplo de luta e alegria, a Paola Mandala por sua amizade e carinho, a Denise pela amizade e por ter me acolhido no seu lar para facilitar minha escrita.

Às mulheres camponesas, o coração da pesquisa, por me ensinar suas lutas. E a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse ao fim deste caminho.

CACERES, I. M. Género, autonomía y resistencia en la construcción de las mujeres como actores sociales: El caso de las experiencias colectivas de los grupos de mujeres campesinas “Sueños de Mujer” y “Aromas del Campo” Tuluá - Colombia. 2014. 125 f. Disertación (Maestría) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo reconstruir la experiencia colectiva del grupo de mujeres campesinas "Aromas del Campo" y "Sueños de Mujer". Desde la perspectiva de género se analizan sus prácticas y acciones en la dimensión política, social y económica con el fin de aprehender los caminos que las mujeres recorren en su construcción como actores sociales. Del mismo modo, se analizan las situaciones del contexto en el que los grupos surgieron y los factores socioculturales que influyen en su proceso de agencia, en medio de un escenario marcado por la pobreza rural y la violencia del conflicto social y armado. Los resultados muestran que en el proceso de construcción de los grupos como actores sociales, las mujeres se enfrentan a múltiples tensiones de orden político, económico, social y simbólico, tanto en la esfera doméstica y la esfera pública. Frente a lo cual los grupos crean diferentes estrategias de resistencia en el camino de conquistar la autonomía económica, política y social de las mujeres campesinas.

Palabras claves: género, autonomía, resistencia, experiencia, lucha campesina.

RESUMO

CACERES, I. M. **Gênero, autonomia e resistência na construção das mulheres como atores sociais: O caso das experiências coletivas dos grupos de mulheres camponesas “Sueños de Mujer” e “Aromas del Campo” Tuluá - Colômbia.** 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Este trabalho tem como objetivo reconstruir a experiência coletiva dos grupos de mulheres camponesas “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”. A partir da perspectiva de gênero são analisadas suas práticas e ações na dimensão política, social e econômica no intuito de apreender os caminhos que as mulheres percorrem na sua construção como atores sociais. De igual forma são analisadas as situações do contexto político, social e econômico, nos quais emergiram os grupos; e os fatores socioculturais que influem no processo organizativo, em um cenário marcado pela pobreza rural e a violência do conflito social e armado. Os resultados apontam que no processo de construção dos grupos como atores sociais, as mulheres se defrontam com múltiplas tensões de ordem política, econômica, social e simbólica, tanto na esfera doméstica como na esfera pública, frente às quais os grupos criam diferentes estratégias de resistência no caminho de conquistar a autonomia econômica, política e social das mulheres camponesas.

Palavras chaves: gênero, autonomia, resistência, luta camponesa.

ABSTRACT

CACERES, I. M. Gender, autonomy and resistance in the construction of women as social actors: The case of the collective experiences of groups of peasant women: “Sueños de Mujer” e “Aromas del Campo” Tuluá - Colômbia. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This research aims to reconstruct the collective experience of two groups of peasant women: "Aromas del Campo" and "Sueños de Mujer." From a gender perspective, the practices and actions in the political, social and economic dimensions are analyzed in order to grasp the journeys that women undertook to construct themselves as social actors. In the same way, it will be analyzed the context in which these groups were originated, as well as the socio-cultural factors that influences their agency process, in a stage marked by rural poverty and the violence of the social and armed conflict. The results indicate that the process of construction of these groups as social actors, women confront multiple tensions of political, economic, social and symbolic orders, in the private sphere as well as the public sphere. In order to address these tensions, the groups of peasant women create different resistance strategies to achieve social, economic and political autonomy.

Keywords: gender, autonomy, resistance, peasant struggle.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. A Colombia na América Latina.....	33
Mapa 2. Valle del Cauca localizado no mapa da Colômbia.....	33
Mapa 3. Municipio de Tuluá, Valle del Cauca.	34
Mapa 4. Os atores armados no Valle del Cauca.	41

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1. Paisagem camponesa na zona rural de Tuluá.....	34
Foto 2. Mural de homenagem à memória e resistência camponesa. La Moralia - Tuluá.....	54
Foto 3. Leonor na cozinha. Fogão de lenha.....	66
Foto 4. Leonor no quintal, alimentação das galinhas poedeiras e colheita de ovos.....	69
Foto 5. Horta orgânica de Esperanza, Grupo “Sueños de Mujer”.....	87
Foto 6. Produtos do grupo “Aromas del Campo”.....	91
Foto 7. Xampu, grupo “Sueños de Mujer”.....	91
Foto 8. Esperanza ensinando com orgulho a abóbora produzida na sua horta “ para demostrar que si se puede producir bien sin usar quimicos”.....	94
Foto 9. <i>Encuentro de Saberes y Sabores Campesinos</i> . Monteloro - Tuluá - 2008.....	104

LISTA DE SIGLAS

ACOC - Associação de Cafeicultores de Colômbia
ANMUCIC - Asociación Nacional de Mujeres Campesinas e Indígenas
ASTRACAVA- Asociación de Trabajadores Campesinos del Valle del Cauca.
CCVC - Coordinación Campesina del Valle del Cauca.
CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizações do Campo
CONPES - Consejo Nacional de Política Económica y Social.
CVC - Corporación Autónoma Regional del Valle.
DRI - Desarrollo Rural Integrado
EPSA- Empresa de Energía del Pacífico. S.A.
FENSUAGRO - Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária
FMI - Fondo Monetario Internacional
IMCA- Instituto Maior Campesino
INCORA - Instituto Colombiano de la Reforma Agrária.
JAC – Juntas de Acción Comunal.
SEDAMA - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
PUPSOC- Proceso de Unidad Popular del Suroccidente Colombiano

SUMÁRIO

Introdução.

Capítulo 1. Aproximação à Situação das mulheres camponesas na Colômbia.

1.1. Mulheres e legislação agrária: um trajeto de desencontros.....23

Capítulo 2. Contextos adversos do campesinato da zona central do *Valle del Cauca*.....33

2.1. Aspectos socioeconômicos do *Valle del Cauca*.....35

2.2. A vida camponesa em um campo de conflito e violência.....37

2.2.1. Os atores armados na zona norte do *Valle del Cauca*.....38

2.2.1.1. As guerrilhas.....38

2.2.1.2. A presença do narcotráfico: o “*Cartel del norte del Valle*”39

2.2.1.3. O paramilitarismo.....40

2.2.2. O conflito armado na zona central do *Valle del Cauca*.....41

2.2.2.1. A onda de violência (1999-2004).....43

2.2.2.2. A pergunta pelas autoridades oficiais.....44

2.2.3. Do deslocamento forçado ao Retorno. Mulheres e homens camponeses na luta pela sobrevivência.....46

2.2.3.1. Destruição- desarraigamento: uma experiência diferenciada sobre as mulheres.....47

2.2.3.2. Sobrevivência e reconstrução: entre a permanência e o retorno.....50

2.3. O retorno e a reconstrução do tecido social camponês.....53

2.3.1. A crise alimentar e as resistências cotidianas.....54

2.3.2. A construção da resistência organizada.....57

2.3.2.1. O caso da ACOC- *Café Sano*.....59

2.3.2.2. Grupos de mulheres camponesas.....59

2.3.2.3. A criação da CCVC.....60

2.3.2.4. A criação de uma figura sindical, o caso de ASTRACAVA.....61

2.3.3. Autonomia e resistência na recomposição do mundo camponês.....63

Capítulo 3. “*Sueños de Mujer*” e “*Aromas del Campo*”. Experiências coletivas de autonomia e resistência camponesa.....65

3.1 A divisão sexual do trabalho: os lugares cotidianos das mulheres camponesas.....65

3.1.1. Os segredos do cotidiano.....70

3.2. “*Sueños de Mujer*” e “*Aromas del Campo*”: emergência e motivações iniciais.....74

3.2.1. Motivações no processo de emergência dos grupos.....80

3.2.1.1. Motivações de ordem econômica.....81

3.2.1.2. Motivações de ordem política.....83

3.2.1.3. Motivações de ordem social.....84

3.2.1.4. A autonomia no centro das necessidades e interesses.....	85
3.3. Resistindo a partir da horta.....	86
3.3.1. A horta como ponto de partida.....	87
3.3.2. A opção pelas práticas agroecológicas.....	88
3.3.3. Projetos produtivos.....	89
3.3.4. A soberania alimentar como prática de resistência.....	93
3.4. Associativismo autônomo e integração. As perspectivas organizativas.....	99
3.4.1. Integração ao movimento camponês.....	101
3.4.2. <i>El Encuentro de Saberes y Sabores campesinos</i>	104
3.4.3. As relações com outros agentes.....	106
3.4.4. Os grupos de mulheres camponesas no contexto do conflito armado.....	108
3.5. Sair da casa... Mas, sem descuidar dos filhos.....	109
Considerações finais.....	114

Referências

INTRODUÇÃO

Prelúdio

A experiência pessoal com as comunidades camponesas da presente pesquisa começou no ano de 2004, quando fazia o curso de graduação em História na *Universidad del Valle*, na cidade de *Cali –Colômbia*. Naquele ano, participei da organização de uma campanha humanitária que coletava roupas, alimentos e cobertores para famílias camponesas vítimas de deslocamento forçado, as quais estavam concentradas nas cidades de *Buga e Tuluá* à procura de refugio. Essa coleta foi realizada e os elementos foram enviados com um grupo de estudantes universitários até os albergues daquelas cidades. Essa situação compunha o quadro sócio-político que se vivia na Colômbia. As palavras deslocamento forçado, massacres, seqüestro, violência, paramilitarismo eram parte das notícias cotidianas do que acontecia no campo. Como tem sido apontado por Meertens (1997), ao longo da história colombiana a violência tem penetrado em todos os níveis da sociedade, em todos os recantos da geografia e tem conhecido uma variedade de atores, de motivações e modalidades, expressando-se na superposição de múltiplas formas de violência (MEERTENS, 1997. P 33)

Em agosto de 2008, passados quatro anos daquela atividade, fui convidada para o “*Encuentro de saberes y sabores campesinos*” na zona rural de *Tuluá*, um evento organizado pelas comunidades camponesas no qual se reivindicava a Soberania Alimentar e a Reforma Agrária. Em uma exposição de produtos camponeses, havia dois grupos de mulheres expondo seus produtos, suas receitas e compartilhando suas experiências. Um se chamava “*Sueños de Mujer*” e o outro “*Aromas del Campo*”, os quais protagonizaram um ritual de intercambio de “*Sabores y saberes campesinos*”. A partir dos diálogos que mantive com elas durante o evento consegui compreender que me encontrava em um território em processo de reconstrução, que se tratava de famílias camponesas que tinham retornado ao campo depois de um deslocamento forçado, vivenciado entre os anos de 1999 e 2004. O evento era um esforço para reconstruir o tecido comunitário. Estava presenciando, portanto, uma expressão do processo de retorno e reconstrução do território camponês.

Essa experiência gerou-me múltiplas interrogações: quem são essas mulheres camponesas? Como organizaram seus grupos? Quais objetivos perseguem? Como elas interagem com a

comunidade? Como lidam com as particularidades sócio-políticas do contexto? É com essas inquietações que nasce meu interesse em conhecer a atuação dessas mulheres camponesas, pois como habitante da cidade pouca consciência tinha sobre as dimensões das relações urbano-rurais, uma vez que na cidade o camponês é comumente invisibilizado. Com esse intuito, aceitei a proposta de acompanhar como voluntária a equipe técnica da *Coordinación Campesina del Valle del Cauca- CCVC* no eixo temático “Mulher rural e família”. O objetivo era acompanhar as iniciativas de organização das mulheres camponesas. A partir daí pude estabelecer contato com as mulheres camponesas de diferentes municípios do *departamento del Valle del Cauca*.

Naquela experiência fui observando o quadro de invisibilidades que envolve a vida das mulheres camponesas: a invisibilidade por parte do Estado para atender as necessidades e propostas das mulheres camponesas, a pouca representatividade das mulheres nas estruturas organizacionais do movimento camponês e as dificuldades enfrentadas para saírem de casa e participar das capacitações em virtude da falta de apoio dos esposos e da família.

Por outro lado, era visível a capacidade de ação das mulheres camponesas, organizando grupos, dinamizando processos comunitários e assumindo funções de direção nas suas comunidades, enfrentando um campo de tensões de ordem econômica, política e social. Nesse caminho, tem-se destacado os grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”, tecendo experiências coletivas de liderança e de protagonismo no processo de recomposição do tecido social camponês da região.

A partir dessa experiência, perguntei-me pelo campo de tensões que viviam as mulheres que se forjavam como lideranças sociais e políticas no cenário camponês, pelos valores e significados em confronto em sua atuação. Foi assim que decidi levar ditas questões a um projeto acadêmico, que me permitisse desenvolver ferramentas conceituais, teóricas e metodológicas que contribuíssem ao entendimento das dimensões econômicas, políticas e sociais das ações coletivas das mulheres camponesas.

Objeto, objetivo e hipótese

O objeto da pesquisa são mulheres camponesas dos grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”. Trata-se de grupos informais e pequenos que agem em torno da bandeira da soberania alimentar e participam do processo de reconstrução do movimento camponês da região, em um contexto adverso marcado pela pobreza rural e a violência do conflito armado que vive o país. São grupos de mulheres camponesas que tem persistido no território, desenvolvendo atividades no âmbito econômico, político e sociocultural nas suas localidades.

O objetivo da pesquisa é reconstruir a experiência coletiva dos grupos de mulheres camponesas “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” para analisar suas práticas, processos e formas de organização, na dimensão política, social e econômica, no intuito de apreender os caminhos que as mulheres percorrem na sua construção como atores sociais.

No mesmo sentido, indaga-se a respeito dos aspectos econômicos, políticos e socioculturais do contexto no qual estariam se desenvolvendo os processos organizativos das mulheres camponesas, com o interesse de entender os limites e/ou possibilidades para a ação desses grupos.

Partiu-se da hipótese de que, no processo de construção como atores sociais, os grupos de mulheres camponesas “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” se defrontam com um conjunto de tensões de ordem econômica, política e social, frente às quais as mulheres desenvolvem diferentes estratégias que na prática questionam significados tradicionalmente a elas atribuídos no modo de vida camponês.

Sobre o referencial teórico e analítico

Maxime Molineaux (2003) em seu estudo dos movimentos de mulheres na América Latina aponta que as análises históricas dos movimentos de mulheres têm demonstrado que existem enormes diferenças entre os movimentos de mulheres de diferentes regiões, e destaca o contínuo avanço da participação das mulheres em todas as formas de expressão política.

Para o estudo dos grupos objeto desta pesquisa, é pertinente o debate que a autora coloca sobre a definição do que constitui um movimento de mulheres. Por um lado, aponta, existem os movimentos de mulheres claramente identificáveis que, como o movimento sufragista, contaram com uma base ampla de apoio, um grande número de seguidoras e um programa

político. Porém, existem outras formas mais difusas de atividade política como as que se apóiam em clubes, grupos e redes. Para autora o termo “movimento” deve ser reservado para *“as manifestações que impliquem um tamanho e uma efetividade superiores aos das associações de pequena escala, se estas não são numerosas e tem pouco impacto global”* (MOLYNEAUX, 2003, p, 224. Tradução nossa).

A autora assume uma posição crítica frente às definições dos movimentos de mulheres como defensores dos interesses de gênero, que fazem exigências aos sistemas culturais e políticos a partir dos papéis atribuídos historicamente às mulheres. Molyneaux (2003, p, 225) entende que dita definição exclui organizações de mulheres vinculadas ao Estado, sindicatos, partidos políticos ou outras organizações que não estejam organizadas fundamentalmente para promover os interesses de gênero das mulheres.

Nesse sentido, a autora alude à definição de “mulheres em movimento” de Sheila Rowbotham (1992 apud MOLYNEAUX, 2003, p, 225) para se referir às mulheres que agem conjuntamente para atingir objetivos comuns, sejam ou não “feministas”. A autora afirma que esse tipo de mobilização feminina que não é considerada movimento de mulheres, constitui a principal forma de solidariedade feminina em grande parte do mundo (MOLYNEAUX, 2003, p, 225). Essa definição contribui para reconhecer as diversas formas de ação política das mulheres, ainda que informais e de pequena escala, como se caracterizam os grupos objeto desta pesquisa, pois isso também deve ser entendido como um indicador das *“condições e o do caráter de incorporação das mulheres à vida política”*. (MOLYNEAUX, 2003, p, 226. Tradução nossa).

Outra crítica similar aos estudos da mobilização social tem sido feita por vários autores no campo dos estudos camponeses, como Scott (2000) Ploeg & Long (1994). Esses autores expressam sua insatisfação com as visões que priorizam a ação política dos camponeses através de rebeliões e revoluções camponesas, argumentando que esse tipo de ações são escassas e que a maioria dos camponeses expressa formas cotidianas de resistência, segundo Scott (2000), manifestadas através de diversas práticas, segundo Ploeg (2008).

Assim, existe um ponto de encontro entre a crítica feita por Molyneaux (2003) à exclusão dos modos informais de organização política das mulheres, com a crítica de Scott (2008) e Ploeg (2008) à exclusão das expressões informais de resistência camponesa do campo dos estudos

da mobilização social. Portanto, a perspectiva desses autores acompanha a análise das experiências coletivas dos grupos de mulheres camponesas “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”, à medida que permite perguntar pelas dimensões da ação social, da construção dos atores sociais nas práticas cotidianas, informais, organizadas ou espontâneas, ocultas ou abertas, extrapolando as visões que privilegiam as expressões institucionais, coletivas, formais e públicas da mobilização social.

Nesse sentido, compreendem-se aqui os processos de organização dos grupos de mulheres camponesas a partir da perspectiva do conceito de experiência de E.P. Thompson (1981, p, 182), que define que “experiência” são as realidades vividas na vida social, em forma de pensamento e em forma de sentimento, as quais são experimentadas como interesses e necessidades e/ou como antagonismos; e que é a partir do tratamento dessa experiência que as pessoas agem diante de uma situação determinada, o que o autor denomina como sujeito, mas que outros autores que seguem a linha de Thompson chamam de ator ou agente, como Norman Long (2007).

Nessa direção, considera-se que analisar as experiências coletivas e individuais das mulheres dos grupos pesquisados possibilita apreender os valores, conflitos, necessidades e interesses, com os quais elas orientam os processos de sua construção como atores sociais no cenário camponês.

A perspectiva de gênero é indispensável na análise das experiências dos grupos de mulheres, tendo em conta o papel que cumpre na construção social das percepções duais homem-mulher como determinante da experiência dos sujeitos. Aludo ao conceito de Joan Scott: “*el género como un elemento constitutivo de las relaciones sociales basada en las diferencias que distinguen de los sexos y el género como una forma primaria de relaciones significantes de poder*”(SCOTT, 1992). O gênero deve ser entendido como algo adquirido de modo sociocultural que, segundo a época e o contexto, condiciona o lugar ocupado por homens e mulheres na estrutura social; e como algo que estrutura toda forma de relação e interação social; aqui o gênero é entendido como uma “categoria estrutural que opera no social, no econômico, no político e nos processos de interação social” (RODRIGUEZ, 2005). De modo que entendemos que o gênero, como estruturador da ordem social, condiciona a vivência e significação da experiência de maneira diferenciada entre homens e mulheres diante de uma mesma situação.

Outra ferramenta analítica que acompanha a análise dos dados empíricos é a perspectiva que considera autonomia e a resistência como noções centrais na construção do camponês como ator social (PLOEG, 2008; SCOTT, 2000; MENEZES; 2009). Esses autores entendem que a busca pela autonomia dos camponeses, de modo a garantir sua subsistência, se expressa em múltiplas formas de resistência. Desse modo, entende-se a busca da autonomia como um princípio da ordem camponesa, a qual se expressa em diferentes formas de resistência, o que somado a um olhar com a perspectiva de gênero nos conduz a perguntar como essas noções de autonomia e resistência se desdobram em práticas concretas nas experiências dos grupos de mulheres camponesas na sua construção como atores sociais.

Como foi feita a pesquisa

A pesquisa foi realizada sob uma abordagem qualitativa da questão, considerando as possibilidades de realizar uma aproximação mais apropriada às experiências dos grupos que foram estudados. Reconhece-se que as pessoas são construtoras dos seus próprios saberes, da sua situação, dos recursos com os quais contam e das condições nas quais se desenvolvem. Essas construções são expressas nas narrativas dessas mulheres. Segundo Sandoval (1996), o enfoque qualitativo permite evidenciar os sentidos, as lógicas e as dinâmicas das ações humanas pelo qual o foco é a realidade vista através de seus protagonistas, permitindo, assim, compreender as formas como as mulheres vivenciam, produzem e reproduzem sua própria realidade.

Como instrumento de coleta de informação utilizou-se a entrevista, sem um roteiro estabelecido, mas com alguns tópicos gerais em relação aos objetivos da pesquisa, que permitissem que as mulheres fizessem uma reconstrução de sua experiência como atores sociais, identificando, assim, os temas importantes para a pesquisa. A entrevista foi pensada como um intercâmbio verbal que ajuda a criar um espaço no qual uma pessoa se dirige a outra, conta sua história, oferece sua versão dos fatos e responde perguntas relacionadas a uma problemática específica (Galindo, 1999). A entrevista em uma abordagem qualitativa permitiu uma interlocução com as mulheres dos grupos para tentar responder aos interesses da pesquisa. No espaço da entrevista, tentou-se compreender as versões dos participantes, em uma interação contextualizada pela qual se produzem sentidos e se constroem versões da realidade (De Godoy, 2000).

Além da entrevista, o diário de campo também foi utilizado como instrumento de coleta de informação, como um registro reflexivo de experiências ao decorrer do tempo. Foram registradas observações, analisaram-se experiências, tentando documentar as impressões ao mesmo tempo em que se acompanhavam as atividades das mulheres camponesas. Como afirma Flick (2004), os diários de campo refletem o processo da pesquisa tentando documentar o contato com o campo e com os entrevistados, narrando experiências, percepções e problemáticas a partir da perspectiva do pesquisador.

A pesquisa empírica foi realizada entre os meses de Janeiro e Março do ano de 2013, período no qual viajei para a Colômbia e imergi-me no trabalho de campo com o objetivo de condensar a maior quantidade de percepções e experiências das mulheres camponesas. O contato inicial com as mulheres do grupo não apresentou dificuldades graças à confiança construída durante o período de trabalho como voluntária.

O primeiro passo consistiu em participar de uma reunião com a *Coordinación Campesina del Valle del Cauca- CCVC*, com o objetivo de solicitar o apoio dos líderes do município de Tuluá para facilitar minha presença na zona de estudo. Este ponto foi fundamental para a pesquisa, tendo em conta que o trabalho de campo implicava a mobilidade em uma zona com presença de diferentes atores do conflito armado existente há cerca de meio século no território colombiano. Essa característica do contexto tornou importante o tema da segurança, tanto para esta pesquisadora como para a população da zona, pois a presença de qualquer pessoa que não tenha referência de alguma família ou líder da comunidade vai ser vista com desconfiança e pode chegar a ser percebida como um fator de risco para a comunidade devido ao ambiente de tensão em que vivem os habitantes dessa zona, daí a importância de contar com o acompanhamento das lideranças durante minha visita no campo.

No final do mês de Janeiro, consegui marcar os encontros com as líderes dos grupos. O primeiro encontro foi com uma líder do grupo “*Aromas del Campo*”, em cuja casa me hospedei durante uma semana. Assim, foi possível acompanhar suas atividades cotidianas, ter conversas com ela sobre suas práticas, seu trabalho comunitário, as dinâmicas de suas relações familiares; juntas percorremos os lugares de sua cotidianidade, oportunidade em que recolhi narrativas e estabeleci diálogos com ela e suas filhas. As impressões e percepções daqueles dias partilhados foram registradas no diário de campo.

No transcurso dessa primeira semana, visitamos a casa da presidenta do grupo “*Sueños de Mujer*”, o que me permitiu observar a interação entre os grupos e algumas práticas comunitárias. As mulheres mostravam com orgulho suas hortas, as coletas de sementes e contavam dificuldades e experiências positivas nos projetos de seus grupos.

Várias visitas vieram na sequência. Hospedei-me na casa das duas lideranças, acompanhei a primeira reunião do grupo “*Sueños de Mujer*” em 2013, na qual consegui construir um diálogo coletivo que contasse a história do grupo. Somadas a isso, múltiplas conversas espontâneas foram chaves na identificação das tensões que as mulheres experimentavam no seu cotidiano e nas atividades dos grupos, as quais foram registradas no diário de campo. Acompanhei reuniões das articulações nas quais os grupos participaram de modo a observar suas interações com outros agentes da região. Já com o grupo “*Aromas del Campo*” não consegui realizar as entrevistas de maneira coletiva, mas suas integrantes foram entrevistadas em diferentes períodos de tempo.

Neste momento, cabe esclarecer que optei por conservar os registros das entrevistas no idioma original, em castelhano. Faço uso da nota de rodapé para explicar as expressões de difícil entendimento para os falantes do português. Alguns nomes das integrantes foram trocados com o objetivo de não revelar identidades relacionadas a alguns depoimentos, mas os nomes dos grupos se conservam de maneira original. As fotografias que se expõem no trabalho foram tomadas durante a pesquisa de campo.

A organização do texto

O texto está estruturado em três capítulos: 1. Situação das mulheres camponesas na Colômbia; 2. Contextos adversos do campesinato da zona central do *Valle del Cauca*; 3. “*Sueños de mujer*” e “*Aromas del Campo*”. Experiências coletivas de autonomia e resistência.

No primeiro capítulo, constrói-se um panorama geral da situação das mulheres camponesas na Colômbia. Chamando a atenção para as políticas públicas orientadas às mulheres rurais, se apresenta o percurso histórico das legislações agrárias nas questões de gênero e da mulher camponesa, identificando essas políticas como um campo constitutivo de tensões entre as necessidades reais das mulheres camponesas e as orientações práticas dessas mesmas políticas.

No segundo capítulo, constrói-se o contexto socioeconômico e sociopolítico da região de estudo: a zona central do *departamento del Valle del Cauca*. Realiza-se uma reconstrução da história recente da região, identificando os diferentes atores que dinamizam a vida econômica, política e social da zona rural do *departamento*. Destacam-se os dramas vividos pelas comunidades durante a onda de violência que sacudiu os territórios camponeses entre os anos 1999 e 2004. Fenômenos sociais como o deslocamento forçado, a violência decorrente do conflito armado, o consequente desarraigamento e a posterior reconstrução do tecido social camponês, constituintes da dinâmica geral do mencionado conflito, são contextualizados neste capítulo com o apoio de informes de Direitos Humanos, de fontes documentárias das organizações camponesas e de experiências vivenciadas durante a pesquisa empírica. Desenhando, dessa forma, um quadro caracterizado pela pobreza rural e pela violência do conflito social e armado que constituem o contexto adverso do campesinato, em meio ao qual as mulheres participam dos processos de reconstrução do território e do tecido social camponês.

No terceiro capítulo, são reconstruídas as experiências coletivas dos grupos de mulheres “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”. A partir da perspectiva de gênero, são analisadas suas práticas e ações na dimensão política, social e econômica no intuito de apreender os caminhos que as mulheres percorrem na sua construção como atores sociais. A busca pela autonomia como princípio orientador da ação dos grupos se defronta com um campo de múltiplas tensões, de ordem política, econômica e social, frente às quais as mulheres criam diferentes estratégias de resistência na luta por reconhecimento, representação e autonomia, que na prática questiona um conjunto de significados constituintes da ordem de gênero no modo de vida camponês.

CAPITULO 1

Aproximação à situação das mulheres camponesas na Colômbia

1.1. Mulheres e legislação agrária: um trajeto de desencontros

A situação das mulheres rurais na Colômbia, como em todos os países da América Latina durante a última metade do século XX, tem sido determinada pelas diversas dinâmicas socioeconômicas e políticas do desenvolvimento rural no contexto internacional, pelas dinâmicas da mobilização agrária e camponesa nos contextos nacionais e pela influência da segunda onda do movimento feminista nos debates internacionais sobre mulher e desenvolvimento.

A ampliação de direitos das mulheres rurais à propriedade da terra teve como pano de fundo as conquistas obtidas pelo movimento feminista na luta pelos direitos civis e políticos durante a primeira metade do século XX (DEERE, LEÓN, 2000). Na Colômbia, as primeiras conquistas na transformação da legislação a favor das mulheres brotaram entre as décadas de 1930 e 1950: o ponto de partida foi a Lei 28 de 1932, que outorgou às mulheres o direito de administrar seus próprios bens. Em 1933 se conquistou o acesso ao ensino médio e universitário por meio do decreto 1.972 e em 1936 foi realizada uma reforma legislativa para que as mulheres pudessem ocupar cargos públicos. O período entre os anos 1930 e 1954 é conhecido como o período da luta sufragista, a conquista do voto feminino requereu fortes lutas por parte dos grupos de mulheres, as quais tiveram que afrontar problemas de perseguição política, bloqueios dos meios de expressão, destituição das poucas mulheres que ocupavam cargos públicos e o arquivamento do projeto nos diferentes governos. Já em 1954, na constituinte convocada pelo governo militar de Rojas Pinilla, foi reconhecido constitucionalmente o direito ao sufrágio feminino, o qual foi exercido pela primeira vez no plebiscito de 1957.

Desse modo, os temas da inclusão e da igualdade de direitos das mulheres contavam com uma trajetória de lutas e conquistas no debate público na primeira metade do século XX. Porém, embora exista um reconhecimento da mulher como cidadã e política, de suas importantes contribuições como participante dinâmica na construção da sociedade e de seus aportes à

economia nacional, ainda não se tem consolidado mudanças estruturais básicas, nem tem sido executadas as políticas públicas necessárias para promover a incorporação das necessidades práticas e estratégicas das mulheres nos planos de desenvolvimento nos diversos setores da sociedade colombiana (SUAREZ, 2005). No que diz respeito à legislação agrária, a omissão formal das mulheres na formulação dos direitos à terra e das políticas voltadas para o campo acirrou as desigualdades existentes entre homens e mulheres no campo.

As pesquisadoras Carmen Diana Deere e Magdalena León (2000), em uma exaustiva investigação sobre o acesso das mulheres à terra na América Latina, apontaram que os mecanismos de exclusão que tem negado o direito das mulheres à terra, além de ter um caráter legal, evidenciam também um caráter cultural, estrutural e institucional, os quais se inter-relacionam e se baseiam em ideologias patriarcais que estruturam as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e que supõem a separação das esferas pública e privada em função do gênero (DEERE; LEÓN, 2000.P.4).

Dois períodos de reformas socioeconômicas marcaram a orientação das políticas agrárias nos países da América Latina durante o século XX: o período da “aliança para o progresso” nos anos sessenta e o período das reformas neoliberais no final da década de 1980. A partir do ano de 1959, os Estados Unidos apoiaram reformas agrárias com a intenção de diminuir a influencia da revolução cubana e evitar explosões revolucionárias no continente latino-americano. Segundo Deere e León (2000), nos acordos assinados entre os países da América Latina e os Estados Unidos dentro da “Aliança para o Progresso” no ano de 1961, a reforma agrária era considerada “*o veículo para o crescimento econômico, justiça, equidade e governos mais estáveis*” (DEERE; LEÓN, 2000.P.84. Tradução nossa). Procurava-se superar a estrutura da posse da terra polarizada em latifúndio-minifúndio por ser considerado um obstáculo para o desenvolvimento industrial, daí que um dos objetivos das reformas agrárias nessa época fosse mudar essa estrutura de posse da terra em favor da criação de chácaras familiares. (DEERE; LEÓN, 2000. P.4)

Na Colômbia, com o intuito de incentivar uma planificação do desenvolvimento, modernizar a agricultura por meio do progresso agrícola da pequena propriedade camponesa e de diminuir o desemprego rural, mantendo o camponês no campo, foi promulgada a Lei 135 de Reforma Agrária de 1961, a qual estabelecia como beneficiários meeiros, locatários e trabalhadores assalariados sem terra. Para a aplicação dessa nova lei, foi criado o Instituto Colombiano de

Reforma Agrária (INCORA), o qual criou um sistema de pontos para a seleção dos beneficiários potenciais da reforma agrária. Os critérios estabelecidos em dito sistema de pontos favoreciam as pessoas cujos antecedentes de residência ou trabalho estivessem próximos da chácara expropriada, aos camponeses com maior nível de educação, às famílias numerosas, com boa reputação e experiência agrícola (DEERE; LEÓN, 2000. P.111). O resultado dessa lei foi contrário aos pressupostos iniciais. Segundo Suarez (2005), o censo agropecuário do ano de 1970 demonstrou que a concentração da posse da terra foi rapidamente aumentada na década anterior.

As mulheres foram excluídas dos benefícios da lei de reforma agrária. Na prática, só se designava como beneficiário a uma pessoa por família, que em geral era o homem chefe do lar. Como apontam Deere e León (2000,P.11), na política de reforma agrária se considerava que ao beneficiar o homem, chefe do lar, estaria se beneficiando automaticamente os outros membros da família, uma prática fundamentada no código civil da época, no qual o esposo era o representante da família em todos os assuntos externos e era o administrador do patrimônio comum do lar. Igualmente, afirmam as autoras que dita exclusão das mulheres à posse da terra também tinha como base a divisão sexual do trabalho, na qual se valoriza socialmente o trabalho dos homens como agricultores e o das mulheres como “ajudantes”.

A discriminação contra as mulheres se aprofundou por meio do sistema de pontos criado pelo INCORA. As mulheres se encontravam em desvantagem em relação aos homens no sistema de pontos: em termos de educação, as mulheres tinham níveis inferiores aos dos homens; em termos da experiência agrícola as mulheres por não serem reconhecidas como agricultoras também não foram reconhecidas como herdeiras idôneas das terras e, além disso, a avaliação da reputação da mulher dependia da opinião da comunidade. O resultado foi que as mulheres obtiveram poucos benefícios com a Lei 135 de Reforma agrária. Até o ano de 1986 apenas 11,2% das pessoas favorecidas foram mulheres (DEERE; LEÓN, 2000.P.112), pois, como afirmam as autoras, *“era inconcebível para os planejadores da reforma agrária e para os dirigentes das organizações camponesas que lideravam a luta em prol da reforma agrária na América Latina que as mulheres pudessem necessitar ou inclusive querer diretos conjuntos ou independentes à terra.* (DEERE; LEÓN, 2000.P.4. Tradução nossa).

Para que se abordasse o problema dos direitos da mulher à terra, era necessário que primeiro mudassem várias outras condições das mulheres em geral. Daí a importância do feminismo da segunda onda internacional e a consolidação de movimentos nacionais e locais de mulheres na América Latina, bem como das conferências mundiais da ONU sobre a mulher que começaram com a década da mulher em 1975, o que levou à incorporação da mulher e dos temas de gênero nos planos nacionais de desenvolvimento (DEERE; LEÓN, 2000.P. 4,5).

A partir da década de 1980, o Estado colombiano tem sido pioneiro na definição e aplicação de políticas públicas dirigidas às mulheres camponesas, mas, segundo apontam Ospina (1998) e Suarez (2005), por serem tratadas como políticas marginais, dificilmente essas políticas chegam a se constituir em políticas de Estado.

Em um estudo realizado por Ospina (1998), a autora aponta que o tema da mulher camponesa tem sido considerado em todos os governos no período entre 1984 e 1998. Porém, poucas vezes as políticas e programas conseguem ser inseridos nos planos de desenvolvimento, gerando, assim, resultados precários em relação à busca por uma transformação estrutural da situação de subordinação e discriminação da mulher camponesa. Como apontado pela autora, a falta de aplicação das políticas tem dificultado a constituição de uma política de Estado realmente comprometida com a construção de uma equidade de gênero no modelo de desenvolvimento rural.

A partir de 1984, o Estado colombiano anunciou e aprovou oito políticas dirigidas às mulheres (SUAREZ, 2005):

- *Política para la Mujer Campesina, Conpes 2109, Ministerio de Desarrollo Rural, 1984.*
- *Política Integral para las Mujeres, Conpes 2626, Consejería Presidencial para la Juventud, la Mujer y la Familia, 1992.*
- *Política Salud para las Mujeres, Mujeres para la Salud, Resolución 1531, Ministerio de Salud, 1992.*
- *Política para el Desarrollo de la Mujer Rural, Conpes Social, Consejería Presidencial para la Juventud, la Mujer y la Familia, 1994.*
- *Avance y Ajustes de la Política de Equidad y Participación de la Mujer, Conpes 2941, DNP, 1997.*

- *Política EPAM. Política de Equidad y Participación de la Mujer, Conpes 2726, DNP, 1994.*
- *Política Nacional de Salud Sexual y Reproductiva, Ministerio de Protección Social, 2003.*
- *Política Nacional Mujeres Constructoras de Paz y Desarrollo, Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer, 2003.*

A primeira referência explícita sobre a incorporação da mulher na política agrária data do ano de 1984, contida no documento “*Políticas sobre el papel de la mujer campesina en el desarrollo agropecuario*”, aprovada pelo *Consejo Nacional de Política Económica*. Com o intuito de realizar ajustes no setor rural sem ter que modificar a estrutura de posse de terras, foi criado o programa de *Desarrollo Rural Integrado*, DRI, como uma alternativa à Reforma Agrária que oferecesse a possibilidade de estimular a agricultura capitalista e ao mesmo tempo modernizar a agricultura camponesa. O DRI, procurando resolver a crise alimentar da época, oferecia apoio aos camponeses que tivessem potencialmente a possibilidade de aumentar sua eficiência e ganhos econômicos, de modo que com o tempo se tornassem pequenos empresários (SUAREZ, 2005).

As consequências geradas por dita proposta não conseguiram estabilizar a economia camponesa. O programa foi acessível só para os camponeses de nível médio e alto, o que terminou gerando uma maior diferenciação social no campo. Além disso, os ajustes estruturais impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aumentaram a polarização entre a economia camponesa e a comercial, pois na sua aplicação a economia camponesa se deteriorou ainda mais (OSORIO; VILLEGAS, 2010). No contexto dessa crise, que impactou negativamente as pretensões do *Plan de Desarrollo Nacional* da época, nasceu dentro do DRI, derivado de estudos acadêmicos e de entidades internacionais sobre o papel da mulher na economia camponesa, a intenção de incentivar ações que gerassem uma posição mais equitativa da mulher camponesa, como uma forma de melhorar o nível de vida familiar no campo (SUAREZ, 2005).

Com a *Política de Mujer Campesina e Indígena. Plan Nacional de Desarrollo Cambio con Equidad 1982-1986*, a Colômbia se introduziu no campo das políticas orientadas às mulheres camponesas. O objetivo geral dessa política era a transição do trabalho familiar não remunerado para atividades que gerassem rendimentos monetários, o que teve como uma das

consequências a ampliação da jornada de trabalho das mulheres, conservando as hierarquias de poder já existentes (OSORIO; VILLEGAS, 2010). Igualmente, por não ter a força de uma lei não se tratou adequadamente a inexistência de direitos sobre a terra e sua aplicação foi bastante heterogênea.

Uma das conquistas importantes durante esse período foi o crescente número de organizações de mulheres camponesas sob o amparo dos projetos promovidos pela nova lei da mulher camponesa. Assim, em 1985, foi criada a primeira *Asociación Nacional de Mujeres Campesinas e Indígenas* (ANMUCIC), organização que foi colocando a necessidade de que a lei agrária explicitasse os direitos das mulheres à posse da terra, demandas que desempenharam um papel importante na redação da Lei Agrária 30 de 1988 (DEERE; LEÓN, 2000.P.112).

Pela primeira vez foram reconhecidos explicitamente os direitos das mulheres à posse da terra. Uma das principais disposições da Lei Agrária 30 de 1988 era que os títulos de propriedade da reforma agrária deviam ser expedidos em nome do casal, independentemente de seu estado civil ou situação conjugal. Além disso, foram incluídas disposições especiais para as mulheres chefas de família, as quais se deviam oferecer um acesso prioritário às terras nacionais não utilizadas e/ou facilidades para a participação como parceiras nas empresas das comunidades criadas sob a reforma agrária (DEERE; LEÓN, 2000).

No entanto, sem deixar de reconhecer o avanço político que representou para o desenvolvimento do país, esta política teve suas limitações, uma delas foi não abordar as questões de caráter estrutural relacionadas com a problemática agrária e com a estrutura de poder patriarcal que caracteriza a sociedade colombiana. Os obstáculos para o cumprimento da lei provinham principalmente dos funcionários do INCORA. Em 1989, o comitê executivo da referida instituição expediu uma resolução que converteu em obrigatória a titulação conjunta de terras quando assim o solicitassem o homem e sua esposa. Já em 1991, com o objetivo de incrementar a porcentagem de beneficiárias, o INCORA expediu outra resolução na qual concedia-se prioridade às mulheres que estivessem desprotegidas devido à situação de violência que caracteriza o conflito armado na Colômbia. Tais disposições, que foram incorporadas na seguinte lei agrária, finalmente começaram a incentivar o acesso da mulher à posse da terra nas concessões realizadas em meados dos anos de 1990.

Na década de 1990, foi criada a *Política Integral para las Mujeres Colombianas y Política para el Desarrollo de la Mujer Rural. Plan Nacional de Desarrollo La Revolución Pacífica 1990-1994*, orientada especificamente para aprofundar o processo de atendimento às mulheres camponesas com o intuito de continuar e atualizar a política de 1984. Essa política nasceu em um momento no qual a Colômbia experimentava ajustes estruturais dentro de uma tendência à liberalização, globalização e internacionalização da economia que transitava pelo mundo. A modificação da constituição em 1991 foi à base para a Lei Agrária 160 de 1994. Dita lei foi o reflexo das tensões entre as necessidades do governo de aumentar o mercado de terras e as necessidades dos setores camponeses frente à crise agrícola (OSORIO; VILLEGAS, 2010).

Na Lei Agrária 160 de 1994, foi dado ênfase no acesso das mulheres aos recursos e benefícios do desenvolvimento. No entanto, partindo de seus papéis tradicionais e como agentes produtivos na capacidade de aumentar os rendimentos das famílias mais pobres, desatendendo de novo as questões estruturais que afetam as mulheres em particular e à população camponesa de modo geral. Finalmente, por conta das prioridades do governo da época não foram colocadas em prática essas políticas específicas para as mulheres camponesas (SUAREZ, 2005).

Na sequência, surgiu a *Política de Equidad y Participación de la Mujer. Plan Nacional de Desarrollo El Salto Social 1994-1998*. Nessa política, se reconhecia as mulheres, em especial as chefas de família como um grupo vulnerável à pobreza, ressaltando a necessidade de avançar no tema da equidade. Porém, nesse período, não se formularam estratégias ou programas específicos para as mulheres camponesas. Essa política negou os avanços até então obtidos na questão e a perspectiva de gênero para as ações orientadas às mulheres. Contudo, naquele período foi possível que as problemáticas das mulheres transitassem da *Oficina de la Mujer*, que foi criada no período da política anterior, para o escritório de uma ministra. Um grupo de mulheres que fazia parte dos partidos tradicionais (liberal e conservador) conseguiu criar o *Congreso Nacional de Planeación para la Equidad de las Mujeres* sob a liderança da *Diretora Nacional de Planeación*, fomentando a inclusão transversal da equidade de gênero no fluxo principal do planejamento do país (OSORIO; VILLEGAS, 2010).

Posteriormente, com o *decreto 1182 de junio de 1999*, a *Dirección Nacional para la Equidad de las Mujeres* muda para a *Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer*. Foi construído um plano de ações com o intuito de continuar incluindo a perspectiva de gênero no desenho, execução e avaliação da política pública, de tal forma que os planos, projetos e programas do governo favorecessem de modo equitativo a mulheres e homens. Os fundamentos dessa política são a equidade, a igualdade, a participação, o respeito aos direitos das mulheres, o respeito ao direito internacional humanitário, autonomia, respeito à diversidade e à descentralização (Suarez, 2005).

Para desenvolver os fundamentos da política, a intervenção é feita em oito áreas:

- Emprego e desenvolvimento empresarial das mulheres
- Educação e cultura
- Saúde e saúde sexual e reprodutiva
- Violências contra as mulheres
- Participação política
- Comunicações
- Mulher camponesa
- Fortalecimento institucional

As ações citadas foram formuladas na *Política Nacional de Salud Sexual y Reproductiva, Ministerio de Protección Social, 2003*, e a *Política Nacional Mujeres Constructoras de Paz y Desarrollo, Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer, 2003-2006*. É importante ressaltar que a segunda política mencionada promete incluir a regulamentação da *Ley 731 de 2002*, na qual se estabelecem regulamentações para melhorar a qualidade de vida das mulheres camponesas e se realizam ajustes específicos direcionados a acelerar a equidade entre as mulheres e os homens camponeses. Dita lei foi o produto de um trabalho participativo e de luta de algumas mulheres camponesas, a ANMUCIC, a *Red de Mujeres Rurales*, *Oficinas de mujer* e instituições estatais vinculadas ao campo. Finalmente, a lei constitui um ganho formal, pois consegue projetar a participação da mulher camponesa para além das atividades agropecuárias, abrindo espaços para a assunção de papéis institucionais de decisão.

No percurso histórico das políticas colombianas nas questões de gênero e de mulher camponesa, é possível reconhecer que nas três últimas décadas uma referencia explícita à

mulher camponesa vem aparecendo nas políticas agrárias e rurais. O que permite perceber as formas como estão sendo reconhecidas as mulheres como sujeito social e sua inclusão nos planos, programas e projetos de desenvolvimento rural. No entanto, dado o significativo avanço no reconhecimento formal mediante legislações específicas, essas políticas foram orientadas ao âmbito das políticas agrícolas e não em uma perspectiva de gênero que intervenha nas diversas problemáticas experimentadas pelas mulheres camponesas. Segundo Villareal (2004), isto significa que o foco esteve no aprimoramento dos fatores produtivos, visando, assim, aumentar a eficiência no processo de produção.

No mesmo sentido, outras políticas mais gerais que as agrícolas são as políticas agrárias, as quais tratam de estabelecer regulamentações para a distribuição da posse de terras, tentando contribuir com a formação de novos atores sociais e de estabelecer novas relações de poder entre os setores sociais do campo e a integração de setores anteriormente excluídos (VILLAREAL, 2004). Porém, essas políticas na prática tem sido marginalizadas e não tem sido dimensionadas como uma questão de Estado, razão pela qual também são fragmentadas, enfatizando somente aspectos parciais da problemática. Nelas, as mulheres às vezes são consideradas como donas de casa de lares pobres, outras como produtoras de alimentos em comunidades camponesas carentes, ou como chefas de família, entre outras funções, mas não é contemplada uma noção na qual todas essas condições podem ser experimentadas pela mesma mulher, uma mulher camponesa, dona de casa, chefe de família, produtora de alimentos que vive em um contexto de pobreza e violência.

Sejam políticas agrícolas ou agrárias, os resultados delas não tem sido categóricos, são escassos, parciais no seu âmbito de aplicação, pouco eficientes e não chegam a ter um impacto contundente nas realidades locais e regionais que afete as estruturas de poder familiar e social patriarcal vigente (SUAREZ, 2005). As formas como historicamente tem sido executadas as políticas dirigidas às mulheres camponesas permite analisar o foco produtivista sob o qual tem sido construídas e pelo qual a proposta das mesmas tem tido como foco a superação da escassez de recursos materiais frente às quais o Estado pretende intervir melhorando apenas uma das múltiplas dimensões da problemática.

De acordo com Ospina (1998), na historia das políticas dirigidas às mulheres camponesas existe uma desarticulação entre as demandas e as condições das mesmas. Isso se deve a que para a formulação das políticas só se leva em consideração os aspectos apresentados pelo

Ministerio de Agricultura. Aqueles aspectos que fogem ao controle tradicional desse órgão terminam sendo desarticulados das políticas, como é o caso da maioria das intervenções ou das lacunas nas ações de outros ministérios.

Um dos exemplos da falta de execução concreta das mencionadas políticas e leis é apresentado por Suarez (2005). Entre a igualdade promulgada pela lei formal e a igualdade real entre mulheres e homens em relação a posse das terras existe aqui uma grande discrepância. Com frequência, as mulheres enfrentam conflitos na sua pretensão de posse da terra, embora existam duas leis a respeito, *Ley 30/88* e *Ley 160/94*, em alguns lugares o *Instituto Colombiano de Reforma Agraria*, o *INCORA*, não outorga os títulos de posse de terras ao nome do casal. Igualmente, as entregas de títulos de posse conjunta de terra são feitas em nome do chefe da família.

Por conta das razões expostas até aqui, é compreensível que nas reconstruções das experiências coletivas com os grupos “*Sueños de Mujer*” e “*Aromas del Campo*” não apareçam, como veremos mais adiante, referências àquelas políticas ou às leis como um possível caminho para a mudança ou melhora das suas condições no campo. Uma das principais causas é a desinformação. Aliás, é frequente encontrar nos depoimentos das mulheres uma expressão de desconfiança frente ao institucional, frente ao oferecido pelo Estado, pois o mesmo nunca tem sido um agente valorizado como uma fonte de apoio nas suas trajetórias de vida e processos organizativos. Portanto, é assim que as tensões das políticas elaboradas pelo Estado, quase sempre na contramão das realidades experimentadas em seu cotidiano, repercutem nos grupos de mulheres camponesas.

Capítulo 2.

Contextos adversos do campesinato na zona central do departamento¹ del Valle del Cauca.

Mapa 1. A Colômbia na América Latina²

Mapa 2. Mapa Valle del Cauca³

¹ *Departamento* corresponde à primeira divisão territorial, política e administrativa da República de Colômbia. Nos Estados Federados como Brasil, corresponde à divisão administrativa e territorial: Estados.

² Fonte: http://solar.physics.montana.edu/~munoz/AboutMe/ColombianMusic/Intro/Espanol_Donde.html

³ Fonte: <http://www.infocolombiano.com/suds/bib/mapas/mpvalle.htm>

Mapa 3. Municipio de Tuluá, Valle del Cauca⁴

Foto 1. Paisagem camponesa na zona rural de Tuluá

O departamento do Valle del Cauca é um dos 32 departamentos que constituem a Colômbia e está localizado na região sudoeste da Colômbia, entre as cordilheiras central e ocidental no vale do Rio Cauca. O norte e leste integram parte da Região Andina e o oeste integra parte a Região do oceano Pacífico. Sua capital é a cidade Santiago de Cali. O departamento é composto por 42 municípios, os quais se distribuem em cinco sub-regiões ou zonas administrativas: sul, norte, centro, oriente, e região Pacífica. A zona central do Valle del Cauca, região da pesquisa, está composta por sete municípios, dentre os quais Tuluá e Buga, que constituem as cidades de porte médio (ou intermediárias), entendendo-as como os

⁴ Fonte <http://es.wikipedia.org/wiki/Tulu%C3%A1>

municípios que servem de intermediação entre as divisões territoriais menores como os centros metropolitanos.

2.1. Aspectos socioeconômicos do *Valle del Cauca*.

Como atividade agrícola na zona plana do *departamento* predomina a produção agroindustrial da cana de açúcar. Essa atividade faz parte de uma longa tradição dos engenhos açucareiros que persistem desde o século XVI, os quais tiveram uma grande expansão territorial a partir das primeiras décadas do século XX, conforme aponta (BERMUDEZ, 1997). Na zona rural alta das cordilheiras, a atividade agrícola tem se caracterizado pelos cultivos de café, o qual constitui o segundo produto em importância. Outros cultivos tradicionais na zona são o cacau, banana da terra e frutas.

Segundo Méndez (2000, p, 45), como resultado do processo da “*apertura económica*”, modelo de internacionalização da economia colombiana aplicado desde o ano de 1990, o monocultivo da cana de açúcar se expandiu no *Valle del Cauca* consideravelmente, enquanto se reduziram os cultivos da zona alta rural (principalmente os cultivos de milho, sorgo e soja reduziram sua importância econômica), desestimulando desta forma a produção camponesa que não tinha condições para competir com os preços internacionais. Atualmente, a agroindústria canavieira ocupa 60% da área semeada do *departamento*. O cultivo de café ocupa 30%, com tendência a diminuir. Nas zonas altas, os cultivos de cacau e banana da terra alcançam porcentagens muito pequenas (EVALUACIÓN AGRÍCOLA 2000-2012).

Segundo o censo de 2005 (DANE, 2005), 14% dos habitantes do *departamento* habitam a zona rural, os quais constituem um campesinato que aumenta os níveis de pobreza rural por causa do aumento da importação de produtos agrícolas e o resultante desestímulo de suas economias. Segundo Méndez (2000, p,45), 80% de produtos alimentares é importada de outros *departamentos* ou países próximos da região, com produtos e preços com os quais os camponeses *vallecaucanos* não têm como competir, resultado desse processo, a marginalização da produção camponesa das dinâmicas do mercado nacional e internacional.

A partir dessas dinâmicas na atividade agrícola, a atual configuração da paisagem *vallecaucana* se caracteriza pela monotonia dos cultivos canavieiros em grandes extensões de

terra na zona plana, onde se estabeleceram os engenhos da cana de açúcar; e, por uma diversidade de pequenos e dispersos cultivos de café e frutas na zona alta das cordilheiras onde habita a população camponesa.

Um fenômeno marcante na economia do *Valle del Cauca* foi o auge do narcotráfico na década de 1980, o qual desencadeou o aumento da concentração da propriedade da terra devido à compra de extensas quantidades de terra que foram destinadas principalmente à produção pecuária. O narcotráfico se assentou na cordilheira ocidental principalmente na zona norte do *Valle del Cauca*, inserindo parte de suas economias em assuntos públicos da região.

Um aspecto geográfico do *departamento* que incentivou o assentamento do narcotráfico na região é a existência de dois corredores geográficos que articulam a zona alta com o oceano Pacífico: “*El cañón de las Garrapatas*”, localizado no limite fronteiriço entre o *Valle del Cauca* e o *departamento del Chocó* ; e a estrada da “*Via al mar pacífico*” entre as cidades de *Cali* e *Buenaventura*, os quais são disputados por esses grupos para o tráfico de cocaína. A disputa pelo controle geográfico desses lugares, por parte dos grupos narcotraficantes, resultou em diversas ondas de violência política, econômica e social, cuja maior expressão se deu no final da década de 1990 e inícios da década do 2000. (O.D.H. VICE-PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. 2003)

Os projetos hidroelétricos constituem uma das dinâmicas econômicas no *Valle del Cauca*, os quais são desenvolvidos pela *Empresa de Energía del Pacífico- EPSA*, empresa encarregada da geração e distribuição de energia em todo o *departamento*. No ano de 1995, se deu um processo de privatização do setor energético, a EPSA foi comprada pela empresa multinacional espanhola do setor energético: *UNION FENOSA*, a qual passou a controlar 64% do capital da EPSA (CAMPAÑA PROHIBIDO OLVIDAR, 2007, p,95).

Na zona central do *departamento*, a construção de duas centrais hidroelétricas na zona nos rios *Amalme* e *Tuluá* tem gerado tensões entre as comunidades camponesas e a EPSA devido aos efeitos ambientais e ecológicos gerados por causa do desvio desses rios. As principais reclamações do campesinato se centram na exigência de cumprimento das normas socioambientais, e denunciam a contaminação dos rios, o risco de extinção de espécies de peixes, assim como a deterioração das estradas que conectam as comunidades com os centros

urbanos. Cabe anotar que, para alguns habitantes, a chegada desse projeto significou um fortalecimento econômico no sentido que gerou empregos temporários para camponeses da região.

Uma das principais exigências é o direito de receber energia por parte da empresa, assim foi expressado por uma habitante da região: *“es que vienen las multinacionales a sacar energia de nuestros ríos, pero a nosotros los campesinos que estamos ahí cerquita no nos llega esa energia, la hacen para venderla a otros países”*(relato de Leonor, Diário de campo, Fevereiro 15 de 2013). As ações coletivas desenvolvidas por parte dos camponeses naquele conflito consistiram na criação de um *“Grupo de veeduría campesina”* e o direcionamento dos seus objetivos na criação de Mesas de Interlocução, na procura de acordos com a empresa⁵. A experiência dos camponeses com o processo de construção dessas centrais elétricas em seus territórios constitui uma experiência de relação direta com a empresa transnacional, a qual se deu em termos de conflitos entre as necessidades das comunidades e os projetos energéticos da empresa.

2.2. A vida camponesa em um campo de conflito e de violência.

No final da década de 1990, o contexto sócio-político do *departamento* do *Valle del Cauca* se caracterizou por uma forte onda de violência que sacudiu a população tanto rural como urbana, devido à expansão territorial de diferentes atores armados, a qual é uma característica típica no desenvolvimento do conflito armado do país. Nesse período o avanço das guerrilhas e grupos paramilitares sobre a zona rural da cordilheira central, da cordilheira ocidental e, posteriormente, da região da costa pacífica colombiana; colocaram as populações rurais no meio do confronto pelo controle político e militar do espaço geográfico que era disputado entre esses atores.

A seguir se realiza um breve mapeamento dos diferentes atores armados que determinaram, nas últimas décadas, o contexto sócio-político do *Valle del Cauca*; do período de recrudescimento da violência do conflito armado e os efeitos do mesmo no contexto sócio-

⁵ Comunicado a la opinión pública. Comunidades campesinas de la cuenca media del río tuluá municipios de buga, tuluá y san pedro. Monteloro. Enero 23 de 2011. Archivo documental da *Coordinación Campesina del Valle del Cauca*.

histórico e nas dinâmicas de organização do campesinato, focando nosso olhar na população camponesa da zona rural do município de *Tulua*, *corregimientos* de *Monteloro* e *La Diadema*, cenário da pesquisa.

2.2.1. Os atores armados na zona norte do *Valle del Cauca*.

2.2.1.1. As Guerrilhas.

A presença dos atores armados na zona rural do *departamento* data desde meados da década de 1960. A primeira estrutura armada a se fazer notar foi o grupo guerrilheiro *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia- FARC-* na última metade da década de 1960, na cordilheira central, zona de fronteira com o *departamento del Tolima*, lugar da origem histórica desse grupo. Durante a década de 1980, outros grupos guerrilheiros, o M-19 e núcleos da guerrilha *Ejército de Liberación Nacional – ELN*, também se assentaram naqueles territórios, ao mesmo tempo em que houve um aumento na expansão territorial das FARC. Segundo o informe do Observatório de Direitos Humanos do ano de 2003⁶, durante essas décadas, foram escassas as ações armadas daqueles grupos, situação que mudou na década seguinte quando esses grupos guerrilheiros intensificaram significativamente seu acionar armado. (O.D.H.2003. Pág. 5).

Nos últimos anos da década de 1990, as atividades guerrilheiras se caracterizaram principalmente por ataques aos postos de controle policial nas áreas urbanas, ataques às instalações militares como meio para avançar nas zonas de influência. Um fenômeno que teve grande ressonância nas cidades nessa época foi a prática do seqüestro - retenções simples e massivas – por parte dos grupos guerrilheiros, a qual usualmente era realizada com fins lucrativos ou como mecanismo para exercer o controle territorial e para estabelecer identidades políticas no território⁷. Outro elemento na intensificação das operações militares das guerrilhas esteve diretamente relacionado com o confronto militar contra grupos paramilitares e exércitos privados de narcotraficantes da região no começo da década de 2000.

⁶ Observatorio de Derechos Humanos del Valle del Cauca. “Panorama actual del Valle del Cauca”. Bogotá, 2003. http://www.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/Publicaciones/Documents/2010/Estu_Regionales/04_03_regiones/valle/valledelcauca.pdf

⁷ As ações de seqüestro com maior impacto no *Valle del Cauca* foi a retenção massiva de membros da igreja “La Maria” por parte da guerrilha do ELN em 1999, e a retenção massiva de doze deputados da “*Asamblea departamental del Valle del Cauca*” por parte das FARC-EP no ano 2001.

2.2.1.2. A presença do narcotráfico: o “Cartel del norte del Valle”.

O narcotráfico é um fenômeno que tem jogado um papel determinante na vida econômica e política do *departamento del Valle del Cauca* durante as últimas quatro décadas. Na década de 1970, surgiram organizações dedicadas ao tráfico de cocaína que fizeram presença em três zonas do *departamento*: a zona “*Norte del Valle*”, a região pacífico e a zona do centro do *departamento*, cuja direção se centralizava na cidade de Cali. Durante os anos oitenta, o *departamento* se caracterizou por um panorama de violência derivada do confronto entre o “*Cartel de Cali*” e o “*Cartel de Medellín*”, os quais disputavam o controle dos canais de tráfico de droga, afetando principalmente a população das principais cidades⁸. Após o “*Cartel de Cali*” ter sido desestruturado nos anos de 1990, se apresentou outra onda de violência, dessa vez por disputas entre grupos emergentes locais pelo controle dos canais do tráfico, o que resultou na consolidação do “*Cartel del Norte del Valle*”.

O processo de consolidação do narcotráfico esteve acompanhado de um processo de inserção na estrutura social, econômica e política do *departamento*, não só por meio do habitual uso da violência e do terror para o controle territorial, mas pelas alianças criadas entre as elites econômicas e políticas com esses grupos. Segundo o informe do observatório de Direitos Humanos:

Esta penetración del poder local, facilitada en buena medida por la debilidad estructural de las instituciones estatales en el nivel regional y local, se vio favorecida por otros factores como la complacencia e incluso complicidad de los sectores económicos y políticos dominantes. (O.D.H. Vice- presidencia da República. 2003. P. 7,8)

Foi naquele contexto de debilidade institucional que as elites políticas e as economias locais estabeleceram uma forma de relação com as estruturas do narcotráfico que, por um lado, facilitava a convivência entre eles, e, por outro lado, representava o fortalecimento econômico e a afirmação do poder político das citadas elites e economias locais. Em consequência, o resultado destas relações é a interferência dos grupos de narcotraficantes -que agem no âmbito da ilegalidade- nas instituições políticas e econômicas de poder regional. Na estrutura social, a inserção do narcotráfico se expressa em duas formas: por um lado o desenvolvimento de estratégias procurando conquistar a legitimidade e a aceitação das populações, por meio da

⁸ “Execução sumária, seqüestros, ameaças de morte para cobrar contas de quem falta à palavra nos compromissos econômicos, comprar de funcionários públicos, distorções econômicas como produto de lavagem de dinheiro, contrabando, falsificação de identidade, etc)

intervenção com investimento de capital nos assuntos públicos como a saúde, a educação e geração de emprego⁹; e, por outro lado, o uso de métodos violentos e coercivos para assegurar o controle territorial e a regulação social. Desse modo, os grupos de narcotraficantes lograram constituir redes de apoio que determinam sua permanência e expansão no tempo e no espaço.

O narcotráfico, assim, atravessa a história recente do *departamento del Valle del Cauca* como fenômeno dinamizador da violência. A região da zona norte, onde se estabeleceu o *Cartel del Norte del Valle*, continua sendo hoje a zona na qual se concentra a atividade de produção e tráfico de cocaína dirigida à exportação à América Central e aos Estados Unidos. O município de *Tuluá* é um dos centros urbanos onde se centralizam as atividades de direção desse grupo, sendo sua estrutura social um cenário dos processos acima expostos.

2.2.1.3. O paramilitarismo.

A aparição dos grupos paramilitares no *Valle del Cauca* se deu nos finais da década de 1980, ao mesmo tempo em que grupos do narcotráfico criavam estruturas armadas próprias de “autodefesa” com o objetivo de assegurar o controle territorial e seus interesses econômicos e políticos. Segundo informe sobre violência e direitos humanos do *departamento*, as aliança entre as estruturas do narcotráfico com agrupações paramilitares são evidentes¹⁰, e constituem uma força importante na definição dos poderes econômicos, militares, políticos y sociais no *Valle*. (O.D.H. Vice-presidência da República 2003).

A incursão do paramilitarismo, através do *Bloque Calima das Autodefensas Unidas de Colombia (AUC)*, nos anos 1999 e 2000, marcou um período de recrudescimento da violência, de modo que “A partir de Julho de 1999 as massacres, assassinatos seletivos e desaparecimentos foram comuns na região” (O.D.H. Vice-Presidencia da República, 2003. P.25). A entrada dos paramilitares ao *Valle del Cauca* teve dois propósitos: conter as ações guerrilheiras e assegurar o posicionamento de novas elites no *departamento*, preservando as principais

⁹ Ao respeito, Lilian Ovalle no seu artigo “Narcotráfico y poder. Campo de lucha por la legitimidad” realiza uma análise comparativa dos mecanismos de legitimação dos grupos do narcotráfico no México e na Colômbia, nos que ressaltam a geração de emprego dentro das redes desses grupos e o investimento em obras sociais. Sobre o *Cartel de Cali* no *Valle del Cauca* aponta que: “Sobresalen la cadena nacional de farmacias “La Rebaja” que distribuía medicamentos a bajos precios, el apoyo que brindaban a uno de los equipos de fútbol de la ciudad y la Universidad que construyeron en la ciudad de Cali para ofrecer la posibilidad de estudios profesionales a bajo costo a un amplio número de jóvenes que no tenían acceso” (Ovalle, 2010.P.87)

¹⁰ Os fatos concretos que ilustram estas alianças são as capturas de vários chefes narcotraficantes que na sua vez operavam como dirigentes de grupos paramilitares. (O.D.H. Vice-presidência da Republica, 2003, P.27)

fontes de financiamento legais e ilegais (O.D.H. vice-presidência da república, 2003 *apud* OSORIO, 2004.P.24). O resultado foi o início de um período de confrontação armada, entre guerrilhas e paramilitares que se estendeu até aproximadamente o ano 2005.

Assim caracteriza-se o quadro da zona rural do norte do *Valle del Cauca*, onde se entrelaçam vários atores armados, em relações de alianças e confrontações que se conjugam em um cenário propício para a reprodução de diversos tipos de violência. Nesse cenário de conflito a população civil é objeto de violações aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário.

Mapa 4. Os atores armados no *Valle del Cauca*

2.2.2. O Conflito armado na zona central do *Valle del Cauca*.

Entre os anos 1999 e 2004, a zona rural da cordilheira central se constituiu em um cenário de disputa entre os atores armados, envolvendo os municípios de *Florida, Pradera, Caicedonia, Buga, Sevilla*, e *Tuluá* (lugar da pesquisa)¹¹. Grupos guerrilheiros, grupos paramilitares, exércitos particulares do narcotráfico e as forças militares do Estado são os atores armados que entram em disputa pelo controle político e geográfico desses territórios, por meio do confronto armado, cada um com diferentes interesses políticos e econômicos. A violação dos direitos humanos da população civil, que fica no meio do fogo cruzado, constitui a característica mais dramática desses confrontos militares, cujas ações violentas resultaram em massacres, assassinatos e diferentes mecanismos de coerção social que afetaram principalmente a população camponesa; fazendo do deslocamento forçado de famílias camponesas a consequência mais marcante nesse período.

O recrudescimento da violência durante esse período está relacionado com o aumento de ações violentas de todos os atores. Por um lado, com presença histórica no *Valle del Cauca*, temos as guerrilhas do ELN e as FARC, que, objetivando fortalecer suas estruturas urbanas e rurais, incrementaram suas ações armadas entre as quais se destacam os seqüestros massivos; por outro lado, os confrontos violentos entre grupos de narcotraficantes e as alianças de diversos setores econômicos e sociais com as bases paramilitares do narcotráfico propiciaram a incursão das *Autodefensas Unidas de Colombia (AUC)* nos municípios de *Tuluá, Buga, Palmira e Buenaventura*. O número de vítimas dos paramilitares, segundo informe do Observatório de Direitos Humanos, passou de 465, no ano de 1998, a 844, no ano seguinte. Isso demonstra que a incursão do paramilitarismo e a disputa entre os atores resultaram no assassinato de aproximadamente 400 pessoas durante o ano de 1999. (O.D.H. Vice-presidência da Republica, 2003. P.13)

¹¹ Porém, entre os anos 1988-1994, os exércitos particulares do narcotráfico já tinham cometido ações violentas como homicídios e massacres no evento conhecido como “o massacre de *Trujillo*”, que gerou um número de 342 vítimas de homicídio, tortura e desaparecimento forçada, segundo informe da *Comisión Nacional de Reparacion e Reconciliación* (2008). Portanto, a violência paramilitar apareceu desde antes no *departamento*, mas o seu processo de expansão, em direção à zona centro de norte, tem registro a partir do ano de 1999.

2.2.2.1. A onda de violência (1999-2004).

O dia 31 de Julho de 1999 é lembrado pelos camponeses da zona alta de Tuluá como o momento de início da incursão paramilitar. Esse dia, no *corregimiento La Moralia*, se comemorava a festa da “*Virgen del Carmen*”, evento que congregava a população rural das localidades próximas. Os paramilitares incursionaram no lugar às 20h, se apresentaram publicamente ante os habitantes e assassinaram um camponês e a sua filha de 18 anos, assinalando-os como *auxiliadores* das FARC. Três dias depois foram assassinados três líderes camponeses da *Junta de Acción Comunal (JAC)* do *corregimiento*¹² de *Monteloro*. Durante os dois meses seguintes, as incursões do *Bloque Calima* à zona rural dos municípios de *Tuluá*, *Buga*, *Bugalagrande* e *San Pedro* deixaram um saldo de 60 assassinatos, sendo 21 deles em um mesmo dia, no evento conhecido como o Massacre de *Alaska*, em 26 de setembro de 1999.

Foi com esse conjunto de práticas e ações violentas que começou um dos capítulos mais brutais na história nacional, com aproximadamente 500 homicídios e 5000 vítimas de deslocamento forçado. Processo no qual vários grupos de famílias que fugiam da violência se concentraram nos centros urbanos das cidades do norte do *Valle del Cauca*, principalmente nos municípios de *Buga* e *Tuluá*, em busca de proteção e refúgio. (O.D.H. Vice-presidência da República, 2003. P.12)

Outros massacres aconteceram à medida que esses grupos expandiam seu raio de ação. O uso de mecanismos para gerar terror nas populações rurais como “*maltrato, tortura e mutilações, causadas com o uso de motosserras e instrumentos cortantes*”¹³ foi o que caracterizou o acionar paramilitar não só no nível regional, mas no plano nacional. O particular uso de métodos violentos, ou sevícia, tinha como objetivo semear o terror nas populações e, junto a isso, pressioná-las para abandonar suas casas, suas comunidades; gerando assim processos de deslocamento massivo de numerosas famílias em busca de refúgio nas cidades. Os massacres

¹² A zona rural divide-se em *corregimientos*: uma unidade que abarca várias *veredas*. O *corregimiento* é a unidade intermediária entre *vereda* e município e pode se denominar também *sector*.

¹³ O uso dessa formas de violência se exercia sobre pessoas da sociedade civil, em situação de “*indefensión*”. (O.D.H. Vice-presidência de la República. 2003.Pág.12)

foram praticados por esses grupos como um sistema para controlar a população civil por meio do terror.

No plano sócio-político, sob um discurso contrainsurgente - com o qual o paramilitarismo justificava essas ações – e com o objetivo de bloquear as estratégias de avanço das guerrilhas, os paramilitares tornaram alvo de guerra as organizações camponesas ou qualquer potencial de ação coletiva, as quais foram assinaladas como constituintes da base de apoio dos grupos guerrilheiros. Dessa maneira, por meio do assassinato de líderes comunitários, foi completamente desestruturado o tecido social existente em aquelas comunidades.

Só até o ano de 2005, a zona rural de *Tuluá* experimentou uma diminuição da violência do conflito armado. O grupo paramilitar do *Bloque Calima - AUC* entrou no processo de desmobilização por meio da Lei 975 de 2005 que levou por nome “*Ley de Justicia y paz*”¹⁴ e retiraram suas tropas do território. Porém, essa diminuição do conflito não reduziu o nível de exposição do campesinato à violência devido a que os atores armados ainda permaneciam no território.

Como grupos armados com presença histórica no território, as guerrilhas usam a área como lugar de passagem. Os agentes das Forças Militares oficiais aumentaram sua presença a partir da criação de um Batalhão de Alta Montanha na zona rural de *Tuluá*. Além disso, novos grupos paramilitares, que se conformaram depois do *Bloque Calima*, ameaçam constantemente com incursões nos territórios da zona alta de *Tuluá*. É esse o quadro do contexto rural no qual as comunidades camponesas convivem com a militarização de seus territórios por parte de múltiplos grupos armados. É o contexto em que homens e mulheres camponeses convivem com a guerra e no qual desenvolvem diferentes práticas de resistência para subsistir em meio daquele contexto tão hostil.

2.2.2.2. A pergunta pelas autoridades oficiais.

¹⁴ Esta lei orientada a estimular a desmobilização dos grupos armados, foi sujeita a fortes críticas devido aos benefícios que outorgavam aos desmobilizados que confessaram os crimes, o qual podia se constituir em uma garantia para a impunidade.

*“uno busca el respaldo de la fuerza pública,
Porque son los legítimos de proteger a la población,
Pero eso no se evidencia en la práctica”
“nunca tuvimos apoyo,
y teníamos que vivir escondidos por miedo”¹⁵.*

Nos relatos dos camponeses que sobreviveram à experiência da violência paramilitar é comum encontrar o sentimento de injustiça e de decepção produzida pela inação das instituições do Estado. Trata-se de um conjunto de experiências compartilhadas que tecem uma versão daqueles episódios, nos quais as instituições civis e militares do Estado aparecem ante eles como atores cúmplices dos perpetradores da violência. O fato mais marcante para essas comunidades foi que apesar das múltiplas denúncias e evidências apresentadas ante as autoridades, elas não prestaram nenhum tipo de atenção em matéria de prevenção, proteção e investigação dos casos denunciados.

Diversas pesquisas judiciais, jornalísticas e acadêmicas sobre o papel das autoridades militares frente à incursão paramilitar evidenciam que existiu uma prática oficial de omissão e negligência, e, em alguns casos muito localizados, cumplicidade por parte das forças militares. Segundo a pesquisa realizada pelo Grupo de estudos de Memória Histórica da *Universidad del Valle*, concluiu-se que “*los máximos representantes de los cuerpos armados del Estado (Policía y Ejército) (...), asumieron la política oficial de negación y subestimación de los numerosos y gravísimos indicios de actividad delincuencia de las Autodefensas Unidas de Colombia en el Valle*”¹⁶. No caso específico do município de Buga, no final de setembro de 2009, o “*Juzgado Segundo Administrativo de Buga condenó al Ministerio de Defensa su responsabilidad en hechos ocurridos en las veredas*”¹⁷ de Alaska, Tres Esquinas y la Habana, en el municipio de Buga” e segundo o procedimiento judicial:

(...) ni el ejército ni la policía, “emprendieron las acciones correspondientes para prevenir violaciones a los derechos humanos”, lo que “favoreció que los autores materiales pudieran huir en la más absoluta impunidad del lugar de los hechos”. La masacre ocurrió a solo 15 minutos de donde se encuentra instalado el Batallón Palacé adscrito a la Tercer Brigada del Ejército Nacional y a 5 minutos de la estación de policía de la Magdalena donde permanecían policiales

¹⁵ Depoimento de dois camponeses de *Bugá e Tuluá*. Documentario “Memória y Dignidad campesina contra el desarraigo”. 2012.

¹⁶ González Grisales, Adolfo León. “Crónica de una vergüenza: el papel de las autoridades civiles y militares durante la llegada de las AUC al Valle del Cauca (Julio-Agosto de 1999).

¹⁷ *Vereda* é a unidade básica de manejo e divisão territorial político - administrava localizado na área rural.

entrenados para operaciones de contraguerrilla (Colectivo de Abogados 2009, *apud* Osorio,2010. P.26)

Nos procedimentos investigativos em procura da reconstrução dos fatos, elemento importante foram os depoimentos de alguns chefes do paramilitarismo e do narcotráfico que se submeteram a processos judiciais. Nas confissões de “H.H.”¹⁸ se “*evidenció que esta negación y omisión iba acompañada de una colaboración local activa de algunas unidades paramilitares con las AUC*” (González, 2012.P.131). A posterior extradição de alguns chefes do narcotráfico dificultou o desenvolvimento das pesquisas judiciais para a reconstrução dos fatos ocorridos durante a incursão paramilitar do *departamento do Valle del Cauca*. De maneira que, ainda hoje não existe clareza sobre todos os atores envolvidos no agenciamento dos grupos paramilitares, e a maiorias dos crimes continuam impunes. As vítimas por sua parte continuam sem receber uma ação integral de justiça e reparação.

O quadro exposto, somado à desatenção e pouca vontade política das instituições governamentais para resolver os problemas das famílias vítimas, quebrou a relação Estado/camponês, fato que vai marcar o processo de reconfiguração social e política do campesinato como ator social.

2.2.3. Do deslocamento forçado ao Retorno. Mulheres e homens camponeses na luta pela sobrevivência.

O lugar da pesquisa envolve uma história coletiva de violência e dor na vida cotidiana das populações camponesas. A frase “*cuando nos toco desplazarnos*” é comum nas conversas com os camponeses da zona alta de *Tuluá*. Trata-se de uma memória coletiva, compartilhada e construída pela comunidade (Hallbawch, 1968), que condensa a interação de experiências vividas antes e depois da época da “*violencia paramilitar*” e que se constitui hoje, na base

¹⁸ “H.H.” é o apelido de um comandante paramilitar del *Bloque Calima –AUC* que incursionou no *Valle del Cauca*. Depois de ter sido prendido, se submeteu aos benefícios da Lei de Justiça e Paz e confessou sua participação em três mil casos violentos no *departamento de Antioquia*. Mas o processo foi interrompido com a sua extradição aos Estados Unidos por seus vínculos com o narcotráfico. Isto dificultou o processo de esclarecimento dos fatos acontecidos durante a incursão paramilitar no *departamento do Valle del Cauca*.

sobre a qual se processa o retorno de famílias camponesas à reconstrução do tecido social e do território.

A dinâmica da violência no conflito armado compreende a sequência destruição – desarraigamento - sobrevivência – reconstrução (Meertens, 1997. P.33). O ciclo compreende os momentos no processo de deslocamento forçado, os quais implicam dilemas com os quais homens e mulheres se defrontam no momento da tomada de decisões para orientar a reconstrução de seus projetos de vida. O dilema entre a permanência no lugar de chegada (albergue) ou o retorno ao lugar de origem, as práticas e estratégias de sobrevivência, antes e depois do deslocamento, são processos que constituem um conjunto de significados nas experiências de homens e mulheres camponesas sobreviventes da violência paramilitar.

2.2.3.1. Destruição – Desarraigamento: uma experiência diferenciada para as mulheres

Diferentes formas de violência aparecem nos relatos dos camponeses em relação à incursão paramilitar¹⁹. O assassinato de líderes comunitários, a coerção, a queima de casas, o roubo de animais e de bens materiais, ameaças de queimar o povo inteiro e a violência sexual contra as mulheres; constituem o conjunto de agressões com o qual tiveram que se confrontar as comunidades camponesas dos *corregimientos* de *Monteloro, São Marcos, La Diadema, Santa Luisa, Barragán e La Moralia*, entre os anos 1999 e 2004. O conjunto de violências, como aponta Meertens (1995), tem como elemento comum a *destruição*, não só de bens e corpos, mas também das identidades e processos sociais, experiência vivida de maneira diferente por homens e mulheres.

Os estudos sobre mulher e conflito armado de Donny Meertens (1995, 1997) têm demonstrado que a experiência do conflito armado e do deslocamento forçado é um fenômeno com efeitos diferenciais de gênero. A análise desses fenômenos a partir da perspectiva de gênero permitiu evidenciar os efeitos diferenciais sobre os homens e as mulheres, tanto no

¹⁹ Os relatos que aqui se referenciam, foram coletados por iniciativa da organização camponesa *Asociación de Trabajadores Campesinos del Valle del Cauca ASTRACAVA*, no documentário “*Memoria y Dignidad Campesina contra el desarraigo*.”(2012) o qual constitui, até agora, a única fonte que registra os relatos de experiências desde as vozes dos camponeses e camponesas, vítimas das massacres ocorridas na zona alta de Tuluá.

momento da destruição como na sobrevivência e reconstrução de projetos de vida. Diversas investigações sobre deslocamento forçado apontam que as mulheres e as crianças são consideradas as principais vítimas do conflito armado no país, o deslocamento forçado é vivido principalmente por mulheres que “*de um dia para o outro tem que assumir as responsabilidades do lar devido à viuvez, ruptura de relações conjugais, ou a perda de seus vizinhos e familiares mais próximos*” (Osório, 2010. Pág.25. Tradução nossa).

A diferenciação de gênero se constata nos relatos dos camponeses sobreviventes à violência paramilitar na zona rural de Tuluá:

“Ocurrió el día 10 de octubre de 2001, siendo las dos de la tarde, llegaron como 30 paramilitares y dijeron que saliera todo el mundo que iban a hacer una reunión. Las personas inocentemente salieron porque ellos de verdad pensaban que iban a una reunión. Entonces dijeron: Las mujeres y los niños se van ya para las casas, pero es ya. Y todas arrancamos a correr para una parte y para otra. Y a los hombres los dejaron solos y los pusieron a correr carretera abajo y ahí mismo les empezaron a disparar. Murieron casi todos los hombres que se encontraban acá en la vereda. Y cuando salimos ya estaban todos los campesinos ahí tirados en el suelo. Eran campesinos buenos, pura gente buena”²⁰.

O relato dessa camponesa, sobrevivente do massacre na *vereda Alaska*, coloca em evidência como as ações paramilitares eram dirigidas de maneira diferente para homens e mulheres. O drama da violência e o deslocamento forçado colocam a homens e a mulheres em diferentes níveis de exposição à violência: sendo os homens principalmente os objetos de homicídios e tortura; as mulheres, além de estarem expostas ao assassinato, ou ao deslocamento forçado, também estão sempre em exposição à violência sexual por parte dos grupos armados. Isso se evidencia na experiência de Maria Alfidia Pérez no *corregimiento de Monteloro*.

“Yo era operadora de *Telecóm*²¹ y había bajado a hacer liquidación. Y yo subía en la chiva²² y me bajaron ahí en *La Diadema* y me llevaron para la finca de un señor Benjamín Arias. Y ahí estaba el comandante esperándome y entonces me cogió y de mí abusó. Y de ahí me llevó más abajo y llamó a 16 más y de mí abusaron 17 hombres. Ahí me tuvieron tres días, tres noches en el monte. Decían que me iban a matar pero que no eran capaz de matarme, yo no sabía que ya habían matado a mi compañero”.

²⁰ Relato de camponesa sobrevivente do massacre de *Alaska* no município de *Buga*. Documentário “Memoria e Dignidad Campesina contra el desarraigo” (2012).

²¹ *Telecóm* era a empresa pública de telecomunicações que existia nesse tempo na Colômbia.

²² “*La Chiva*” corresponde ao nome do médio de transporte nas zonas rurais na Colômbia.

O uso da violência sexual contra as mulheres por parte dos atores armados, como mecanismo de dominação, se constitui em um elemento diferenciador da violência política sobre homens e mulheres camponesas. O caso de Maria condensa as dimensões destruidoras da violência, a destruição do seu corpo, o assassinato do seu marido que era um líder camponês; a destruição de seu lar e o rompimento das relações com seu entorno no momento de deslocamento. Pois Maria é uma das muitas mulheres que depois de sofrer os efeitos da violência política, teve que assumir a responsabilidade da sobrevivência da família, em condição de viuvez, como nova chefe do lar, como familiar de presos políticos ou desaparecidos e como migrante forçada. Essa particularidade de gênero presente na experiência do conflito armado e o deslocamento forçado é o que Meertens (1997) denomina como uma triple condição de vítimas das mulheres; primeiro pelos efeitos psicológicos do trauma dos episódios violentos, a perda da casa e seus bens de subsistência, e o desarraigamento social que sofrem ao chegar a um meio urbano desconhecido. A maioria dos casos de violência sexual é invisibilizada por diversas razões, primeiro pelo silêncio das vítimas por causa do medo de denunciar, e, segundo, pela falta de atenção e inexistente investigação por parte das autoridades nos casos denunciados.

No entanto, cabe anotar que no ano 2008 dito fenômeno obteve reconhecimento em termos de legislação com a declaração da *Corte Constitucional*, máximo organismo jurisdicional, no Auto 092 de 14 de abril de 2008, no qual se realiza um reconhecimento público desse fenômeno:

[...] la violencia sexual contra las mujeres es una práctica habitual, extendida, sistemática e invisible en el contexto del conflicto armado colombiano, así como lo son la explotación y el abuso sexuales, por parte de todos los grupos armados ilegales enfrentados y, en algunos casos, por parte de agentes individuales de la Fuerza Pública. (Grupo de Memoria Histórica.2013, P.77)

A criação desse mecanismo legislativo atendeu às denúncias feitas por organizações nacionais de direitos humanos e de mulheres, e por instâncias de *Naciones Unidas* e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. (Sismamujer²³, Informe 2012.P.1). Porém, apesar dos avanços no reconhecimento público do fenômeno, várias pesquisas de seguimento e revisão

²³ <http://www.sismamujer.org/publicaciones/informes/no-violencias/05.2012.Informe-del-Estado-y-la-Violencia-Sexual-contra-las-Mujeres-en-el-Marco-de-la-Violencia-Sociopolitica-en-Colombia.pdf>

do cumprimento dessa disposição, realizadas por instâncias nacionais e internacionais²⁴, constataam a falta de vontade política das autoridades responsáveis para o efetivo atendimento das vítimas e os casos denunciados.

O caso de Maria Alfidia constitui uma evidência a mais desse problema. Ela conta que fez a denúncia ante as instituições e autoridade competentes e que a resposta só consistiu em algumas cartas que recebeu em poucas ocasiões, e que tempo depois dita comunicação desapareceu, deixando em total abandono a investigação da denúncia interposta por ela como vítima de violência sexual por parte de um grupo de paramilitares. Sobre essa situação de inoperância das autoridades encarregadas de investigar e atender às vítimas, a pesquisa feita pelo *Grupo de Memoria Histórica* (2013) registrou casos de funcionários públicos que no momento do atendimento reproduzem as representações sociais que naturalizam a violência contra as mulheres, ao culpar as vítimas sutilmente ou ao desestimar a veracidade dos depoimentos das mulheres denunciantes. Contudo, uma das grandes conquistas do informe foi a declaração de que a prática da violência sexual contra as mulheres no âmbito do conflito armado não constitui um fenômeno isolado, acidental ou marginal. (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA. 2013, P. 77).

2.2.3.2. Sobrevivência e reconstrução: entre a permanência e o retorno.

“Les tocó irse, dejar todo e irse a aguantar hambre al pueblo”

Relato de camponês da zona alta de Tuluá.

Os massacres são o principal fator gerador do deslocamento forçado. Frente ao iminente perigo da vida em que se encontram expostos os habitantes, a única opção para assegurar a sobrevivência é o deslocamento em direção aos centros urbanos. Com escassas exceções, a maioria das famílias camponesas se concentra nos centros urbanos dos municípios de *Buga* e *Tuluá*, cidades nas quais não existiam condições de infraestrutura, nem econômicas, para albergar o grande número de pessoas que repentinamente ia chegando à busca de proteção e

²⁴ A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no ano 2005 fez uma visita de verificação da situação de violência sexual no marco do conflito armado. Oxfam Internacional por sua parte, liderou a campanha: “Violación y otras violencias. Saquen mi cuerpo de la guerra”. Revisión de las acciones del Gobierno del Presidente Juan Manuel Santos en su primer año: Prevención y eliminación de la violencia sexual en el marco del conflicto armado y la atención de las mujeres víctimas. Bogotá. Octubre de 2011.

refúgio, daí que se improvisaram espaços que serviram de albergues temporários para essas famílias.

O número de deslocados forçados é indeterminado por causa das variadas dinâmicas em que se desenvolve esse fenômeno, pois existem processos de deslocamento forçado de caráter disperso, no qual indivíduos ou famílias procuram refúgio em casas de familiares e amigos em outras localidades; e processos de deslocamento mais organizados, no qual grande número de famílias se concentra transitoriamente em um mesmo ponto no lugar de chegada. No primeiro caso as estratégias de sobrevivência se assumem por conta da própria pessoa, e, no segundo caso, a sobrevivência implica uma demanda de atenção humanitária por parte do governo.

Um caso de processo de deslocamento organizado se deu com 40 famílias (em um momento chegaram a ser 70 famílias (OSORIO,2010)) que se concentraram no Coliseu de Esportes do município de *Buga*, e desenvolveram um processo organizativo durante o período de deslocamento: o “*Comité de desplazados*”. Por meio desse comitê a comunidade deslocada fazia uso dos recursos jurídicos disponíveis para exigir e pressionar ao governo local e regional por garantias, proteção e ajudas efetivas para resolver o problema. Esse comitê funcionava por meio da criação de outros comitês na área da saúde, da educação, da alimentação, da recreação e limpeza, com os quais procuravam criar e orientar acordos coletivos concretos para a convivência entre as famílias durante o período de deslocamento.

A estadia nos albergues nas cidades de *Buga e Tuluá*, que se esperava que fosse de curta temporada e transitória, se prolongou durante mais de dois anos devido à falta de atenção integral por parte dos governos regional e nacional para dar a atenção humanitária oportuna e para oferecer possíveis soluções para a situação das famílias deslocadas. A falta de atenção, compromisso e responsabilidade por parte do Estado com os processos de retorno das comunidades em situação de deslocamento têm sido documentada em diversos estudos. (Instituto Latino-Americano de Servicios Legales Alternativos - ILSA, 2006 apud Osório, 2010).

Em consequência, a sobrevivência das famílias nos albergues ficou à sorte das ajudas de ONGs, das várias campanhas humanitárias lideradas por fundações solidárias, a igreja,

universidades e organizações sociais. Igualmente aconteceu com o caso das 107 famílias que se concentraram na *Antigua Rayadera*, no município de *Tuluá*, que durante mais de vinte e sete meses solicitaram reiteradamente atenção a sua dramática situação, denunciando a falta de proteção por parte do governo municipal, devido ainda ao fato de que, nos albergues, os camponeses recebiam ameaças por parte dos grupos paramilitares que lhes exigiam abandonar a cidade.

Essa situação de incerteza dos camponeses respeito ao seu futuro imediato, somado ao colapso dos albergues, levou a várias famílias que, em um momento de desespero, optaram por empreender um processo de retorno aos seus territórios nos *corregimientos* de *Monteloro*, *La Diadema*, *Barragán* y *Santa Lucia*. (Guevara, 2002.P.27).

A disjuntiva entre a permanência no lugar de chegada (albergues ou casas receptoras) e o retorno ao lugar de origem, subsiste como uma característica típica do processo de deslocamento forçado (MEERTENS, 1997). No caso das famílias deslocadas de *Tuluá* e *Buga*, o dilema foi vivenciado em um contexto que não oferecia para elas nenhum tipo de opção para empreender novos projetos de vida fora na cidade ou no campo. Para aquelas famílias a vida na cidade significou uma experiência dramática na qual expressam que se sentiam como “mendigando os pratos de comida”, quando eles no campo cultivavam seus próprios alimentos sem ter que estar esperando a que alguém, (governo, ONG, campanhas humanitárias) lhes fornecesse. Os sentimentos de humilhação e discriminação são frequentes nos relatos dos camponeses.

Assim, a opção pela permanência nos centros urbanos para essas famílias como estratégia de sobrevivência não parecia oferecer solução alguma, e, além disso, as expectativas de sobrevivência na cidade se encontravam esgotadas. A decisão de retornar sem garantias se deu ante uma experiência coletiva de decepção com o pouco respaldo recebido por parte do governo. A prolongação de seus dramas na cidade sem possíveis soluções se constituiu o principal critério de decisão frente a um dilema que comprometia suas vidas e seu futuro como camponeses.

Em pesquisa realizada sobre o deslocamento forçado na zona rural de *Buga*, Edilma Osório (2010) aborda os critérios presentes na tomada de decisões de mulheres e famílias deslocadas frente ao dilema da permanência ou retorno. Entre as razões das pessoas que optaram pelo retorno - sem garantias- destaca a decisão de romper com a experiência de miséria, dependência e discriminação cotidiana vivida nos albergues. Em outros casos o trauma gerado pela experiência de violência política vivida durante o conflito armado constitui uma das razões pelas quais para alguns indivíduos e famílias, o retorno ao território não constitui uma opção. Por outra parte, outras pessoas decidiram esperar o apoio institucional para os processos de realocação por parte do governo.

No entanto, é importante notar que o processo de retorno não se deu de forma coletiva, foi um processo paulatino no que indivíduos e/ou famílias, em diferentes momentos e com seus próprios recursos, foram decidindo voltar ao seu território, assumindo os riscos que implica habitar um território em meio à guerra. A população camponesa que optou pelo retorno, no momento da volta para o campo, assume o desafio de reconstruir o território camponês, de reconstruir projetos de vida familiares e comunitários. Processo no qual, no caso específico da zona rural de *Tuluá*, cenário da pesquisa, a recomposição do tecido social comunitário camponês está na chave da reconstrução territorial.

2.3. O retorno e a reconstrução do tecido social: mulheres e homens na resistência camponesa na zona rural de *Tuluá*.

*“nosotros volvimos para tratar de recuperar nuestras tierras,
porque la verdad la vida en la ciudad es muy difícil,
la vida en el campo es muy sana.
Y si nosotros ponemos toda la voluntad
conseguimos la comida sin tanto sacrificio”.*
Relato de Camponês do *corregimiento de Monteloro*.

Foto 2. Mural de homenagem à memória e resistência camponesa. *La Moralia – Tuluá*.²⁵

O retorno ao território e a persistência nele em meio do conflito armado é definido pelos camponeses dos *corregimientos* de *Monteloro* e *La Diadema* como Resistência. Essa resistência camponesa implica assumir o desafio de recuperar a terra, de reconstruir o território, de ficar nele em meio do confronto entre os atores armados e garantir a vida das famílias. Implica reconstruir laços comunitários, espaços de encontro e de intercâmbio de experiências e saberes como parte integral da recuperação do tecido social. Nesse caminho, o agenciamento de processos de organização coletiva para a reconstrução produtiva, e a criação de grupos de mulheres camponesas foram fundamentais no projeto de reconstrução coletiva do tecido social camponês. Processos que hoje, após uma década, se defrontam com um grande número de dificuldades de ordem político, econômico e sociocultural; ante o qual os camponeses desenvolvem diferentes formas de resistência em procura da autonomia camponesa.

2.3.1. A crise alimentar e as resistências cotidianas

Os camponeses dos *corregimientos* *Monteloro* e *La Diadema* foram os primeiros casos de retorno no processo de deslocamento forçado do ano de 1999. Na volta para o campo, além das precariedades das condições materiais e econômicas, os camponeses tiveram que se defrontar com a circulação permanente dos grupos armados em confronto, principalmente dos

²⁵ Fonte <http://remapvalle.blogspot.com.br/2012/08/la-moralia-tuluá-homenaje-la-memoria-y.html>

grupos paramilitares, que exerceram diferentes formas de coerção, dominação e controle do território e seus habitantes.

“O bloqueio alimentar” foi uma das mais impactantes estratégias de controle dirigidas a pressionar aos camponeses para abandonar os territórios. Dita estratégia consistiu no condicionamento comercial das comunidades, ao mesmo tempo em que o exército oficial estabeleceu postos de controle nos caminhos, a partir dos quais se restringiu o transporte de alimentos, aludindo que os mesmos tinham como destino os grupos guerrilheiros: “yo recuerdo que nos prohibían pasar una remesa de más de cincuenta mil pesos²⁶, hacían retenes²⁷ y el que llevara una remesa con un monto mayor de dinero, se la quitaban” relata Nora, camponesa de Monteloro²⁸. Uma realidade que não só ficou registrada nos informes de direitos humanos e conflito, mas na memória dos camponeses que relatam uma época na qual a fome e a escassez de alimentos constituíam a dureza do cotidiano, pois devido ao abandono da terra na primeira onda de deslocamento forçado, as áreas se encontravam improdutivas.

Segundo James Scott (2002), as formas de resistência camponesa são condicionadas pelos níveis de repressão, dependendo das circunstâncias que os camponeses enfrentem se definem os parâmetros das práticas de resistência. No caso específico do contexto coercitivo, de terror e pressão de necessidades, acima descrito, os camponeses desenvolveram ações no âmbito do que o autor denomina como *práticas cotidianas de resistência*, as quais se caracterizam por serem ocultas, informais e porque não requerem coordenação prévia. Ditas práticas consistiam na troca clandestina de alimentos entre os vizinhos moradores das *veredas*, baseadas na solidariedade como elemento subjacente da cultura camponesa. Assim foi expresso no seguinte relato: “entonces lo que uno hacía es que: si usted tiene una panela²⁹, la partimos a la mitad y nos sostenemos y vamos a luchar, porque no nos podemos dejar aplastar por esta situación. “Hay que rescatar que entre nosotros nos apoyamos mucho”³⁰. A circulação no território com alimentos destinados para a troca ou para ajudar ao outro supõe a disponibilidade prévia dos vizinhos para sua realização e para a manutenção do silêncio, da

²⁶ Cinqüenta mil pesos colombianos, equivalem aproximadamente a US\$25.

²⁷ Postos de controle.

²⁸ Entrevista realizada ao Grupo “Sueños de Mujer”. Março 9 de 2013.

²⁹ Em castelhano, “panela” faz referencia à rapadura, produto derivado da cana de açúcar.

³⁰ Entrevista realizada ao Grupo “Sueños de Mujer”. Março 9 de 2013.

existência de laços de solidariedade que garantam a invisibilidade dessa prática aos olhos dos atores armados, pois esse tipo de resistências depende do silêncio e o anonimato (SCOTT, 2002. P.29). A solidariedade aparece aqui como um componente próprio do modo de vida camponês, pois esses laços não tiveram que ser construídos orientados a essa ação, os quais foram fundamentais para a colocação em prática das estratégias de sobrevivência- resistência.

Essa prática que tem como objetivo principal garantir a subsistência e a sobrevivência das famílias apresenta-se naquele contexto como uma expressão da resistência camponesa. Pois, além de enfrentar o problema concreto da fome e da escassez de alimentos no dia a dia, contribuiu principalmente para a permanência do campesinato no território apesar do ambiente de permanente pressão por parte dos grupos armados. De modo que a prática da troca de alimentos se expressou, nesse contexto, como uma prática cotidiana de resistência camponesa contra o desarraigamento.

Durante a pesquisa de campo, foi perceptível a persistência da prática da troca de alimentos que, apesar de o contexto ter mudado e de hoje não existir mais aquele controle da circulação dos alimentos por parte de grupos armados, a escassez de alimento continua, e o intercâmbio de alimentos continua sendo parte do cotidiano camponês

Estando en la cocina, Leonor empaca parte de los huevos que acaba de recoger para intercambiarlos con Esperanza y dice: “como ella en estos días me dijo que le estaban haciendo falta huevos y yo estoy sin café, entonces le llevo estos huevos para que me los cambie por café, que dios quiera que tenga. El intercambio fue posible en esa tarde cuando visitamos la casa de Esperanza.”³¹

Essa prática é assumida por elas como algo natural, como uma ação que não precisa ser organizada de antemão e que está incorporada nas suas cotidianidades, são acordos implícitos que envolvem valores de solidariedade e complementaridade na socialização da vizinhança camponesa. Cabe aclarar que as trocas de alimentos não se realizam com qualquer pessoa. A troca de alimentos requer no mínimo um vínculo de confiança e empatia entre as pessoas envolvidas. Contudo, a troca de alimentos continua sendo hoje uma prática de resistência cotidiana contra a pobreza e a fome rural.

³¹ Trecho de Diário de campo. Fevereiro 14 de 2014. *Vereda La Diadema*.

Outras formas de resistência têm desenvolvido o campesinato da região no esforço de reconstrução produtiva e organizativa. A participação e organização camponesa, anterior ao deslocamento forçado, constituem um conjunto de práticas e experiências disponíveis na memória coletiva, da qual mulheres e homens lançam mão para orientar processos encaminhados a desenvolver ações coletivas para a recuperação produtiva e para re-fundar o movimento camponês.

2.3.2. A reconstrução da resistência organizada

“*Los Yarumos*” foi uma organização constituída no ano de 1996 que dinamizou a vida econômica, sociocultural e política do campesinato na zona alta de Tuluá. Esse processo foi violentamente desestruturado depois de ter sido declarado objetivo militar durante a incursão paramilitar, que os assinalava como uma organização vinculada à insurgência. (O.D.H. Vicepresidencia da república, 2003, P.25). Assim “*Los Yarumos*” permanece na memória dos camponeses:

Si le hicieron mucho daño a las organizaciones porque existían “los Yarumos”. Fue una organización de trabajadores campesinos bien unidos y bien fortalecidos, que también fueron perseguidos por los paramilitares por ser líderes y favorecer al campesinado (...) El paramilitarismo golpea a “los Yarumos” cuando la organización estaba creciendo (...) Mataron el líder Andrés Robledo³², que dirigía y defendía al campesino, se había empezado a ver el desarrollo. Todavía el campesino lo lamenta mucho.³³

Essa organização foi criada a partir das *Juntas de Acción Comunal* (JAC), uma figura de representação legal da comunidade, criadas na Lei 19 de 1958. As JAC são organizações civis que trabalham para garantir a participação cidadã nos assuntos de interesse comunitário. Servem como meio de interlocução com os governos nacional, departamental e municipal e procuram a criação de espaços de participação que ajudem no desenvolvimento de bairros, *corregimientos* e *veredas*. Assim, a constituição da Associação de Trabalhadores

³² Andrés Robledo era o presidente da Associação camponesa “*Los Yarumos*”, integrou o Comité Municipal de Direitos Humanos durante o processo de deslocamento forçado em *Tuluá* e *Buga*, e se encontrava sob a proteção das Medidas Cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos desde o ano 1999. Igualmente estava incluído no Programa de Proteção de Líderes Sociais, sindicais e de Direitos Humanos do *Ministerio del Interior*, devido às ameaças que recebeu por parte dos grupos paramilitares. Foi assassinado o 18 de maio de 2002. (Comunicado de denúncia internacional da *Organización Mundial contra la tortura*: <http://www.omct.org/es/urgent-campaigns/urgent-interventions/colombia/2002/05/d15967/>)

³³ Depoimento de camponês de *Monteloro*. Documentário “Memoria e Dignidad campesina contra el desarraigo” (2012).

Camponeses “Los Yarumos” deu-se através de um processo que agrupava as JAC de oito *veredas*, com o objetivo de coordenar ações coletivas encaminhadas à gestão e interlocução com as instituições governamentais e participar dos planos de desenvolvimento que envolvia o campo.

No campo político e econômico, “*Los Yarumos*” conseguiram participar nos espaços de construção dos Planos de Desenvolvimento Municipal do meio ambiente, criaram propostas para os planos locais de governo pedindo investimento do orçamento nacional em projetos para o campo. Participaram de espaços abertos de interlocução com o governo local conseguindo alguns compromissos por parte deles. A capacidade de gestão dessa organização se expressou com a consecução de respaldo econômico para iniciativas produtivas coletivas camponesas, em torno da produção agroecológica e da comercialização local dos produtos agrícolas. As ações coletivas mais fortes foram realizadas em conjunto com outras organizações que existiam nas regiões próximas a *Asociación Campesina del centro del Valle (ACACEVA)* e *Raíces Campesinas*, com quem realizaram passeatas, no ano de 1998, contra o corte orçamentário dirigido ao campo, pelo direito ao protesto e contra o assinalamento de dirigentes e lideranças camponesas como auxiliares da insurgência.

No campo sociocultural desenvolveram atividades encaminhadas à integração comunitária e ao fortalecimento do tecido social. “*Las Olimpiadas*” são lembradas pelos camponeses como um evento que uniu ao campesinato da região: “*se organizaron Las Olimpiadas, al comienzo se reunían cinco veredas, luego llegamos a reunir ocho veredas. Nos reuníamos a hacer deporte, hacíamos intercambios de productos y toda clase de juegos, llegamos a reunir mil personas*”.³⁴ De modo que a dinâmica organizativa de “*Los Yarumos*” é lembrada pelas comunidades camponesas que participaram nela como um avanço significativo na interlocução com o governo local para dar solução aos problemas de marginalização das economias camponesas e como um processo que logrou congregar e organizar ao campesinato daquelas pequenas localidades.

³⁴ Depoimento de camponês da zona rural de *Tuluá*. Documentario “Memoria y Dignidad campesina contra el desarraigo”. (2012)

Um conjunto de significados dessa experiência organizativa permanece na memória dos camponeses que no momento do retorno, depois que os grupos armados se afastaram da zona, serviram como referente organizativo para orientar a criação de espaços de articulação comunitária, e assim fazer frente às dificuldades econômicas que atravessavam os camponeses: “*No nos queda otro camino que la organización, Luchar. Lo que queremos es producir para no tener que salir de nuestros territorios*” afirma um camponês de *Monteloro*. Assim, na opção de empreender processos de organização camponesa, como caminho a seguir para resolver os problemas das comunidades camponesas, subjazem um conjunto de práticas e experiências que remetem a uma tradição de ação coletiva do campesinato.

2.3.2. 1. O Caso de ACOC- *Café Sano*

Uma das primeiras iniciativas orientada à reconstrução produtiva nos anos 2002 e 2003 foi realizada através da vinculação de alguns camponeses ao processo de *Asociación de Caficultores Orgánicos de Colombia- Café Sano (ACOC)*. No processo de organização produtiva se articulavam camponeses em torno à produção, comercialização e exportação de café orgânico com base na produção agro-ecológica. O café “*Madremonte*” foi o produto desse projeto, mas por causa das impossibilidades para cumprir com as exigências e regulamentações existentes para a exportação, apresentou diversas dificuldades para sua comercialização. Por causa do desgaste da situação e somado a problemas de funcionamento interno, seus integrantes da zona alta de *Tuluá* foram saindo paulatinamente da organização entre os anos 2005 e 2006.

2.3.2.2. Grupos de Mulheres Camponesas

As mulheres camponesas, por sua parte, têm jogado um papel importante na recomposição do tecido social do campesinato *vallecaucano*. Nos anos de 2002 e 2003, as mulheres camponesas do *corregimiento* de *Monteloro* criaram o grupo “*Sueños de Mujer*”, e o grupo “*Aromas del campo*” no *corregimiento* *La Diadema*, com o objetivo de empreender ações produtivas encaminhadas a enfrentar a crise alimentar e, ao mesmo tempo, gerar espaços para o estímulo da participação política das mulheres nos processos de organização camponesa.

Passando por dificuldades de ordem econômica, política e social, esses grupos de mulheres alcançam hoje uma trajetória de dez anos, a qual é considerada por elas como uma vitória devido às adversidades do contexto com que se defrontam. A partir de práticas e ações coletivas em torno à soberania alimentar, as mulheres têm mobilizado seus grupos de suas localidades no processo de construção de organizações camponesas mais amplas; como a *Coordinación Campesina del Valle del Cauca- CCVC* (2005) e o sindicato “*Asociación de Trabajadores Campesinos del Valle del Cauca- ASTRACAVA* (2007).

A experiência coletiva dos grupos tem servido como base para o estímulo e criação de outros grupos de mulheres camponesas nas localidades próximas; além disso, tem coordenado as secretarias de mulher nas novas estruturas organizativas, contribuindo dessa forma à vinculação paulatina das mulheres nas dinâmicas de ação coletiva camponesa no nível local e *departamental*.

2.3.2.3. A criação da CCVC.

A organização camponesa, no contexto de violência político-militar entre os atores armados, constitui a forma ideal para os camponeses resistirem aos efeitos diretos do conflito social e armado sobre seus territórios. Seja como figura sindical ou como processos de articulação popular, a existência de organizações, associações, grupos e sindicatos dinamizam a construção e/ou reconstrução do tecido social com o qual buscam sua visibilidade como atores políticos ante o Estado.

Um projeto de articulação regional camponesa se deu no ano 2005 com a criação da *Coordinación Campesina del Valle del Cauca- CCVC*, com o objetivo de constituir uma rede de organizações camponesas do *departamento*. Atualmente a CCVC congrega diferentes organizações camponesas - como associações de produtores agrícolas e pecuários, sindicatos de trabalhadores agrícolas, grupos de mulheres e de jovens camponeses, de onze municípios do *Valle del Cauca*, com as quais procuram construir uma plataforma de luta camponesa unificada e criar mecanismos conjuntos para a interlocução com o Estado.

A principal reivindicação da CCVC é a participação ativa do campesinato na formulação dos planos de desenvolvimento rural do *departamento*, de maneira que suas perspectivas produtivas, ecológicas e políticas, representadas nas bandeiras da produção agroecológica e da soberania alimentar, sejam acolhidas. Nesse sentido, a CCVC expressa sua razão de ser, na necessidade de consolidar espaços de articulação do campesinato para a construção conjunta e coordenada de planos de desenvolvimento. A criação de “*Mesas de concertación campesina*” é a proposta de interlocução da CCVC com os governos locais e departamentais, a qual tem como objetivo garantir a participação e representatividade dos camponeses na elaboração e formulação das propostas dirigidas ao campo.

No entanto, a realização desses objetivos se defronta com múltiplas dificuldades. No campo político têm sido poucas as conquistas em relação à constituição das “*Mesas de Concertación*” com os governos locais. Uma experiência nesse sentido foi à instauração da “*Mesa de Concertación campesina departamental*”, na qual se obtiveram poucos resultados devido à pouca atenção por parte do governo departamental frente as propostas apresentadas pela CCVC.

Outra dificuldade no campo político é que a CCVC, apesar da declaração de sua autonomia política, no sentido de que o processo tem independência e autonomia respeito aos partidos políticos, tem recebido ameaças por parte de grupos armados que os assinala como apoiadores das guerrilhas, o qual não só coloca em risco a vida dos líderes, mas gera receio na comunidade para se articular a esse tipo e processos. Além disso, a CCVC tem tido que conviver com dificuldades econômicas para o seu funcionamento, pois na maioria das vezes as finanças dependem das cotas de funcionamento das organizações afiliadas. Contudo, o projeto de construir uma rede se configura em um espaço de encontro das organizações camponesas para discutir os problemas econômicos, políticos, sociais e ambientais que vivem no *departamento*.

2.3.2.4. A criação de uma figura sindical, o caso de ASTRACAVAL.

Em 2007 se constituiu a *Asociación de Trabajadores Campesinos del Valle del Cauca-ASTRACAVAL*, uma organização de figura sindical que congrega dez sindicatos municipais.

Por meio desse sindicato, os camponeses da região do *Valle del Cauca* se articulam com organizações sindicais maiores. No nível nacional ASTRACAVA é filial da *Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuária* FENSUAGRO-CUT. Esta, por sua vez, integra a Central Unitaria de Trabajadores –CUT Colombia, e no nível internacional faz parte da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo- CLOC, por meio da qual se articulam ao movimento camponês internacional *La Via Campesina*. O mencionado processo de integração do sindicato local ao movimento camponês nacional e internacional tem contribuído à participação das lideranças, tanto homens como mulheres, em espaços de discussão e formação política além das fronteiras locais: Assembléias e congressos nacionais FENSUAGRO, assembléias e congressos continentais com a CLOC- Via Campesina. O que se traduz para os camponeses em um avanço importante no fortalecimento organizativo na região.

Essas duas estruturas organizativas, a CCVC e ASTRACAVA, são hoje as expressões do esforço do campesinato por re-construir o tecido social e fortalecer sua capacidade como ator político. São as estratégias coletivas por meio das quais os camponeses se articulam para organizar a resistência a um poder que os margina do campo de ação política e do campo do planejamento econômico. Devido a que os mecanismos de participação política são tão estreitos, os camponeses têm sido levados a focar sua luta na exigência de espaços de interlocução política com o governo local e *departamental*, no qual o campesinato possa ser ouvido em suas necessidades e propostas.

Uma particularidade do movimento camponês constituído depois do deslocamento forçado, é que tem tido que centrar suas ações na defesa dos Direitos Humanos, como mecanismo para denunciar as ameaças e como meio para exigir o direito à organização política e ao protesto sem ser criminalizados. Lideranças camponesas têm sido levadas presas, ameaças por parte de grupos armados chegam às sedes das organizações e abusos das forças armadas com as comunidades camponesas, constituem a realidade política que as organizações camponesas denunciam freqüentemente³⁵.

³⁵ Comunicados de denuncia de violación a los Derechos Humanos, Archivo documental de Astracava.(2013)

Com relação ao processo de reconstrução produtiva, é importante ter em conta que no entorno sócio- econômico da região predomina a produção agroindustrial de cana de açúcar, na zona plana do *departamento*, e a produção de café tipo exportação na região conhecida como “*El eje cafetero*”; duas economias nas quais a maioria de camponeses tem tido trajetórias de trabalho. Atualmente o assalariamento temporário nos trabalhos de colheita de café e da cana de açúcar (em algumas ocasiões de outro tipo de produtos) constitui a principal fonte de renda das famílias camponesas, a qual só consegue dar conta das necessidades básicas de subsistência sem significar uma melhora nas condições materiais de vida do campesinato.

Em face disso e em busca da autonomia econômica camponesa, as organizações camponesas da zona rural de *Tuluá* têm como projeto alternativo, a criação de uma micro-empresa que articule ao campesinato em torno à produção de café orgânico, sob os princípios de produção agroecológica e a criação de circuitos comerciais alternativos. Porém, as dificuldades econômicas, a falta de recursos para gerar as condições básicas para a etapa inicial, não tem permitido avanços significativos no projeto. Atualmente a gestão de recursos, a apresentação da proposta e a solicitação de investimento orçamentário, estão sendo mobilizadas por meio do sindicato local ASTRACAVA- *Tuluá*, com o objetivo dos camponeses terem uma atividade produtiva própria e superar a dependência com os trabalhos temporários e precários nos cultivos agroindustriais.

2.3.3. Autonomia e Resistência na recomposição do mundo camponês.

A partir da luta pelo retorno e pela permanência no território em meio de um bloqueio alimentar, do contexto hostil da guerra, após os massacres e o deslocamento forçado, até a atual luta por agenciar processos organizados de resistência camponesa, a reconstrução do território e do tecido social camponês ainda está em processo. São lutas que se dão em um contexto cheio de adversidades, no qual, o campesinato, com poucas alternativas econômicas e políticas, mobiliza sua capacidade de agencia mediante a criação de figuras organizativas locais e regionais, por meio das quais constroem propostas e procuram a interlocução com as instituições do Estado. Trata-se de uma capacidade de agencia que, no sentido de Norman Long (1992), implica a organização das capacidades para motivar e persuadir aos outros de continuar pelo caminho da organização camponesa. Assumir o desafio, em um contexto

coercitivo no qual predomina o medo das pessoas a se engajar, implica assumir o risco do extermínio pessoal e coletivo em um território compartilhado com diferentes atores armados. Esse fato constitui, sem dúvida alguma, uma prática de resistência camponesa.

Assim, no processo de reconstrução do tecido social camponês, a luta pela autonomia política e pela autonomia econômica são os princípios que orientam os processos de resistência camponesa organizada na zona rural do município de *Tuluá*. Criar organização camponesa em um contexto de coerção e violência que ameaça qualquer forma de ação coletiva, e construir propostas produtivas orientadas à autonomia econômica dos camponeses em um contexto que exclui e margina as economias camponesas, configuram essas ações em práticas de resistências. A resistência camponesa, no sentido da definição de Ploeg (2008), se expressa na experiência daquelas comunidades, na multiplicidade de respostas que o campesinato tem dado para confrontar, tanto a violência do conflito armado como o constrangimento das suas economias.

Desse modo, na linha do pensamento de Ploeg (2008) a autonomia e resistência estão no centro da construção dos camponeses da zona rural de *Tuluá* como atores sociais. No entanto, a existência de grupos de mulheres, suas práticas e ações políticas por meio da criação de espaços próprios para a ação política das mulheres, aparecem como um fenômeno que nos sugere analisar como essas noções de autonomia e resistência se desdobra em práticas concretas e diferenciais na construção das mulheres camponesas como ator social.

Capítulo 3.

“Sueños de Mujer” e “Aromas del Campo”.

Experiências coletivas de autonomia e resistência camponesa.

O interesse do capítulo é reconstruir e analisar a experiência coletiva dos grupos de mulheres camponesas “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”, apreendo suas práticas e ações na suas dimensões econômica, política e social com o objetivo de analisar os caminhos que as mulheres percorrem na sua construção como atores sociais.

A análise do material empírico apóia-se na perspectiva da experiência de E.P Thompson(1981) na qual *experiência* é a vivencia das pessoas da realidade social, a qual se vive em forma de necessidades e interesses, o qual nos leva a perguntar sobre as motivações e necessidades que levaram às mulheres a construir os grupos. O ponto de partida é a compreensão dos lugares cotidianos que habitam as mulheres, para o qual é indispensável falar da divisão sexual do trabalho e instalar nosso olhar na perspectiva de gênero.

A perspectiva da autonomia e a resistência como noções centrais na construção do camponês como ator social desenvolvidas por Van del Ploeg (2008) e James Scott (2000), acompanham a análise das práticas, ações, a construção de reivindicações, e suas relações com outros agentes, na sua construção como atores sociais, em meio de um contexto adverso caracterizado pela pobreza rural e a violência do conflito armado, no qual os grupos criam diferentes formas de resistência no caminho de conquistar sua autonomia frente a um conjunto de tensões de ordem política, econômica, social e simbólica.

3.1. Divisão sexual do trabalho: os lugares cotidianos das mulheres camponesas.

A casa, a cozinha, o quintal e a horta foram os lugares onde se desenvolveu grande parte da pesquisa empírica. Durante o tempo de estadia nas casas de algumas mulheres, como também nas visitas esporádicas, as conversas com as mulheres transcorreram principalmente nesses lugares, os quais desenham uma cartografia dos espaços que as mulheres camponesas habitam cotidianamente. Trata-se de espaços repletos de significados nos quais as mulheres têm sido historicamente socializadas, e que refletem a ordem de gênero que estrutura o modo de vida camponês.

Foto 3. Leonor na cozinha. Fogão de lenha.

Os lugares e papéis das mulheres em qualquer grupo social são decorrentes da construção social de gênero, a qual, na sua dimensão político-econômica (FRASER, 1997, p. 36) estrutura a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, Daniele Kergoat (2003) observa que esta forma de divisão social do trabalho se caracteriza por destinar os homens à esfera produtiva e por destinar as mulheres à esfera reprodutiva. Essa divisão tem dois princípios organizadores que separam e hierarquizam o trabalho entre trabalhos de homens (com remuneração) e trabalhos de mulheres (não remunerado) (KERGOAT, 2003, p. 56). Em consequência, as ocupações dos homens contam com um valor social superior com relação às ocupações atribuídas às mulheres.

O resultado disso é um conjunto de significados culturais com os quais homens e mulheres assimilam, explicam e reproduzem as diferenças nos papéis e funções sociais a eles atribuídos. Isto foi constatado com um grupo de mulheres camponesas de vários municípios

do departamento del Valle del Cauca, durante a primeira etapa da pesquisa (fase exploratória no ano de 2010)³⁶:

As mulheres camponesas expressaram uma diferenciação entre as atividades dos homens e das mulheres: elas denominam como “trabalho” as atividades dos homens, o qual se caracteriza por receber um salário; as atividades que as mulheres realizam foram definidas como “afazeres” e não têm remuneração. A estas definições somaram um conjunto de significados: o “trabalho” é o que realizam os homens, é fora de casa, é um trabalho mais “duro” por precisar de força física, se caracteriza também por ter um horário definido durante o dia, e só é realizado de segunda até sexta feira.

Por outro lado, os “afazeres” são o que realizam as mulheres, cuidando dos filhos, da alimentação, da casa e dos animais de criação; não tem remuneração, é mais leve com relação ao dos homens, e se caracteriza por ser “mais estressante” devido a ser uma jornada que não termina e ser realizada de segunda a segunda. Nas palavras de uma das participantes: *“Desde que se levantan hasta cuando se acuestan las mujeres están haciendo algo. Cuando ellos- los hombres- llegan a la casa descansan, y las mujeres siguen trabajando”*. (Trecho de Diário de campo, 16/01/2010).

No conjunto de valorizações diferenciadoras dos trabalhos desempenhados por homens e mulheres, foi comum observar que, ainda que elas expressassem inconformidade com os excessos do trabalho doméstico, a situação era percebida por essas mulheres como uma ordem natural das coisas, injusta, mas imutável, pois, ao final, para elas são as mulheres as que sabem cuidar dos filhos.

Susan Okin (2008) afirma que a divisão sexual do trabalho permanece no interior da dicotomia público/doméstico, a partir da qual se atribui aos homens tudo o que é relacionado com a esfera pública: economia e política; e se atribui às mulheres as ocupações da esfera privada: a domesticidade e a reprodução. A autora faz uma crítica à ideologia que separa as duas esferas, a qual deixa o público dentro dos assuntos políticos e exclui o doméstico desse campo, somando-se ao debate sobre a inseparabilidade das esferas público e doméstico que tem sido abordado por uma trajetória de estudos feministas, nos quais demonstraram que o trabalho produtivo e o doméstico se inter-relacionam, e ambas mantêm e reproduzem a força de trabalho (FARAH, 2008).

³⁶ A pesquisa exploratória foi realizada com o apoio da equipe técnica da *Coordinación Campesina del Valle del Cauca -CCVC*. A atividade em menção se refere à oficina: *“Taller de auto-reconocimiento”*, na qual participaram setenta mulheres camponesas de diferentes municípios do *Valle del Cauca*. O relatório desta oficina se encontra no arquivo da CCVC. Janeiro 16 e 17 de 2010.

A divisão sexual do trabalho funciona como organizadora do espaço social (BOURDIEU, 1989), do qual resulta uma demarcação de fronteiras no espaço físico que atribui espaços a pessoas. No contexto da pesquisa, o espaço das mulheres comumente é a casa, a horta e o quintal; e os espaços dos homens, a roça, o bar, as reuniões de sindicatos, e os assuntos relacionados com o trabalho remunerado fora de casa, a relação com os assuntos políticos e como o mercado.

O quadro de uma rotina cotidiana foi registrado na pesquisa do campo durante a estadia na casa de Leonor (Grupo “*Aromas del Campo*”), tempo durante o qual o esposo se encontrava trabalhando fora da localidade:

Leonor acordou às 5h para aprontar a sua filha para o colégio. A primeira atividade consistiu na preparação do café da manhã para sua filha. Depois de ela sair para a escola às 6h15, a Leonor começou a preparação dos alimentos para os animais de criação com os ingredientes que tinha deixado prontos desde o dia anterior. Acompanhei a Leonor nesta tarefa: a 15 metros da casa encontravam-se vinte e cinco galinhas poedeiras, as quais foram as primeiras em ser alimentada, atividade que também inclui a colheita de ovos. Os seguintes animais em ser atendidos foram duas ovelhas e uma porca que esta grávida, razão pela qual a Leonor dá maior atenção e cuidado, no caminho colheu tomates para nosso café da manhã. Sendo às 8h tomamos o café da manhã, depois alimentou os animais de estimação: dois cachorros e um gato.

Depois de cuidar dos animais, passou a cuidar dos cultivos do quintal e da horta. O quintal está localizado na frente da casa, na qual tem cultivos de frutas, hortaliças, e café, uma parte desse cultivo é do esposo. A horta está localizada ao lado direito da casa onde tem cultivo de plantas aromáticas e medicinais que fazem parte do projeto do grupo (arruda, alecrim, calêndula, camomila, cidreira, erva doce, entre outras.).

As seguintes atividades consistiram na limpeza da casa, lavagem das roupas, e preparação de almoço. A lenha para o fogão da cozinha é uma tarefa do esposo, ele acostuma aprontar a lenha cada final de semana. Às 12h foi a hora do almoço. O tempo entre às 13h e 16h é utilizado por Leonor para atender compromissos do grupo ou das articulações nas quais está comprometida, isso implica: escrever cartas, assinar documentos, convocar ou assistir a reuniões; ela diz que isto é possível só agora que suas filhas cresceram e as mais velhas já saíram de casa. No caso de não ter nenhum compromisso de tipo organizativo se dedica ao cuidado da horta coletiva do grupo, ou da casa. Leonor escuta o rádio durante o dia, presta especial atenção à emissora “Guasca Stereo” a qual é usada pelas organizações como meio de comunicação, principalmente para convocar às reuniões. Entre as 16 e 18h, a Leonor montou o cavalo para ir até a *vereda La Garza*, a uns 35 minutos de caminho, para pegar os ingredientes do alimento para as galinhas que tinha deixado o dia anterior, no ponto de passo da *chiva* (meio de transporte da população rural). No final da tarde, volta a fazer o itinerário que fez de manhã: alimentar os animais de cria, colher os ovos e preparar os ingredientes para o dia seguinte, algumas destas tarefas na tarde são realizadas com ajuda da filha. Por

ultimo prepara o jantar para ela e a sua filha, sua jornada de trabalho terminou entre as 20h e 21h. (Trecho do Diário de campo, La Diadema, 03/03/2013)

Foto 4. Leonor no quintal, alimentação das galinhas poedeiras e colheita de ovos.

Como a Leonor, a maioria das mulheres camponesas se dedica em geral às atividades orientadas à satisfação das necessidades da família, isto é, além das atividades domésticas - o cuidado da casa, das roupas, a preparação de alimentos para o consumo familiar, cuidado dos filhos – suas tarefas se estendem ao cuidado das hortas e de animais pequenos; conjunto de atividades que envolvem práticas e saberes que são aprendidos e reproduzidos naqueles espaços cotidianos das mulheres camponesas.

Deere e León (1986) apontaram nos seus estudos sobre mulher rural na América Latina, que a divisão sexual do trabalho não é estática, ela é flexível de acordo com as mudanças que se apresentam nas condições socioeconômicas das famílias. No contexto da pesquisa - a zona rural do município de *Tuluá*, local marcado pela pobreza rural - dita flexibilidade apareceu no momento em que os homens saem para trabalhar em lugares afastados da casa, tendo que se ausentar do lar durante vários dias ou semanas.

Usualmente os homens participam de trabalhos temporários nas colheitas de café e de canha de açúcar, cultivos agroindustriais que predominam no *departamento*. As mulheres, então, passam a assumir as tarefas que normalmente são realizadas pelos homens: atender os cultivos de café e de frutas no sítio, fazer os trabalhos que elas chamam “pesados” como cortar lenha,

montar o cavalo para carregar os produtos. Estas mudanças são de caráter temporário, até os homens voltarem para casa.

Por outra parte, durante a pesquisa foi comum encontrar mulheres que trabalham como empregadas domésticas nas localidades urbanas mais próximas. Situação que se apresenta com maior força nos últimos anos, por causa da pressão econômica e pobreza rural que vive as famílias camponesas, agravada pelo conflito armado. Para algumas mulheres, a experiência em esse tipo de trabalho começou durante o período de deslocamento forçado, quando saíram em procura de emprego nas cidades de *Buga* e *Tuluá*, onde se concentraram em busca de refúgio. A participação das mulheres rurais em atividades não agrícolas e empregos transitórios nas cidades têm sido apontados por Farah e Pérez (2003) como uma tendência marcante da nova ruralidade na Colômbia.

3.1.1. Os segredos do cotidiano.

Segundo Pierre Bourdieu (1989), a divisão sexual do trabalho é a forma pela qual a relação de dominação dos homens sobre as mulheres se inscreve na realidade da ordem social, dominação masculina que tem sido naturalizada e legitimada sob o fundamento da diferencia biológica entre o corpo feminino e o corpo masculino, vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. Dessa forma Bourdieu mostra haver uma “divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte” (BOURDIEU, 1989).

No contexto da pesquisa constatamos que a construção dicotômica homem/mulher, público/doméstico e as decorrentes classificações do produtivo/reprodutivo, campo/casa, envolvem múltiplas relações de dominação masculina, que se expressam em dimensões de ordem econômica, política, social e cultural; as quais são exercidas principalmente por meio do controle masculino do espaço doméstico. O resultado disso é a construção de uma fronteira que física e simbolicamente separa a esfera doméstica com o mundo do público e do político. A flexibilidade dessa fronteira depende do tipo de práticas de poder que nele se desenvolvam e das mudanças socioeconômicas e culturais do contexto.

No meio rural colombiano, dita construção fronteiriça determina a mobilidade física e geográfica, e a socialização das mulheres com o resto do mundo social, tal como foi observado por Donny Meertens (1997) em pesquisa sobre mulheres e violência rural na Colômbia, a infância e juventude das mulheres camponesas tem tido como característica o isolamento geográfico e social:

Com frequência, as relações com o mercado, a economia monetária, a informação e as instituições formais são patrimônio exclusivo e predominante dos homens. Os limites do “mundo”, do contato com a sociedade, eram dados pelos chefes do lar masculinos, primeiro o pai e depois o esposo. (MEERTENS, 1997, p. 38. Tradução nossa. Aspas da autora)

A autora observou que os homens acostumam ter um domínio do espaço geográfico, social e político muito mais amplo, enquanto que o espaço geográfico das mulheres é limitado e está baixo o controle do chefe da família; elemento que contribui a isolar da vida pública tudo o que acontece dentro do âmbito doméstico.

O isolamento geográfico das mulheres, somado à dispersão geográfica que caracteriza as moradias no campo, contribuem para que a esfera doméstica, sob a chefatura dos homens, seja um epicentro de múltiplas violências contra as mulheres, constituintes de realidades que ficam dentro da fronteira do privado. Durante a pesquisa de campo, nas conversas noturnas com uma das entrevistadas, revelou-se uma situação que minha informante chamou de “os segredos que não são segredos” para se referir à prática da violência sexual, e do incesto, que os homens exercem sobre as mulheres da família. No relato, ela localizou essas práticas em algumas famílias específicas da região, como resquícios do que antes foi uma tradição geral no modo de vida camponês:

Yo recuerdo que entre charla y charla una señora se puso a llorar y dijo que a ella el esposo le había violado³⁷ a las tres hijas entre los 10 y 12 años / y entonces obviamente le dije: ¿y usted por qué no lo ha denunciado? / Pero que hago yo con 5 hijos sin saber hacer nada y el marido en la cárcel?. (Reconstrução de conversa. Trecho de Diário de campo, 16,02,2013)

A esta história, somaram-se outras nas quais as mulheres tinham sido estupradas pelos homens da família, pais, avós, tios, irmãos, primos, principalmente na etapa da adolescência; experiências que viviam as mulheres e que logo se repetiriam com as suas filhas e netas.

³⁷ “Violación” nesse caso faz referência ao estupro.

Trata-se de uma prática de violência que integra a ordem familiar. Na maioria dos casos, as mulheres desses relatos só conseguiram sair de casa quando foram a formar família com um cônjuge, mas o casamento em ocasiões, segundo as histórias contadas, não as livra desses abusos. De fato, existe uma história na região de uma mulher que, apesar de ser casada, era abusada sexualmente por seus tios que chegavam a sua casa quando o marido dela estava trabalhando. Os cônjuges, dizia minha informante, em algumas ocasiões, aceitam a situação e se acostumam a viver com isso; em outras ocasiões, defendem as mulheres e agem em atos vingança contra os abusadores.

Donny Meertens (1995, p, 51), em sua pesquisa com mulheres vítimas do deslocamento forçado, identificou trajetórias de socialização com diferentes práticas de violência contra as mulheres: espancamentos, agressividade, controle e domínio sobre as filhas. Observou três modalidades de reação por parte das jovens camponesas: a primeira é a resignação, ou a desesperada busca de afeto em um relacionamento com um homem; a segunda forma de sair de sua situação é ingressar às guerrilhas; e a terceira é a conversão dessas experiências negativas em um impulso em procura da autonomia e talvez virar uma líder da comunidade. Devido à imprecisão da informação obtida sobre esse tema -por ser um dado emergente no período da pesquisa de campo que foi compartilhado em último momento como um segredo dessa comunidade- não é possível estabelecer as diferentes estratégias de reação das mulheres no contexto específico da zona rural de *Tuluá*, o qual demanda uma pesquisa específica e aprofundada sobre o tema.

A exposição das mulheres camponesas à violência sexual extrapola o âmbito doméstico, ainda mais quando se trata de um contexto no qual circulam diversos atores armados, os quais fazem uso da violência sexual aproveitando a marginalidade geográfica e social das mulheres rurais, o qual lhes pode representar uma garantia de impunidade sobre o ato violento. Nesse contexto são comuns os casos de abuso sexual sobre as mulheres, como foi o caso de uma jovem camponesa que foi estuprada em uma plantação de café por três soldados das Forças Armadas do Estado; às semanas seguintes, eles deram para ela setecentos mil pesos³⁸ para

³⁸ Setecentos mil pesos equivalem atualmente a USD\$350.

evitar que ela os denuncia-se ³⁹. Ela, de fato, não denunciou. Assim, a violência sexual exercida por parte dos grupos armados, em ocasiões, é um *continuum* da violência sexual que as mulheres vivem no seio da família camponesa.

Essas múltiplas violências acima expostas configuram, no contexto camponês da zona de estudo, “os segredos que não são segredos”, os quais são conhecidos pela comunidade, mas que mantém a aparência de não transgredir as fronteiras do privado, do doméstico, da família. O caráter de segredo não implica uma invisibilidade do problema, senão algo que se sabe, mas do que não se pode falar. É sabido nas conversas entre as mulheres, ou, nas conversas no interior de algumas famílias, no entanto é considerado como um assunto privado e familiar no qual a comunidade não deve intervir é o reconhecimento de um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) que se legitima na privacidade da esfera doméstica.

Vários elementos entram em jogo na reprodução e manutenção dessas violências no meio rural. No nível estrutural, ainda que na Colômbia exista a recentemente criada Lei 1257 de 2008, que sanciona as diferentes formas de violência e discriminação contra as mulheres, a opção de desenvolver processos jurídicos não é um caminho que as mulheres considerem. A débil presença das instituições do Estado nessas comunidades, à ausência de funcionários qualificados para o atendimento da violência contra as mulheres, são fatores que resultam em uma falta de proteção política. Somado a isto, o afastamento geográfico, o precário transporte e comunicações para essas localidades aparecem como obstáculos para as mulheres procurar ajuda jurídica nos centros urbanos.

No nível subjetivo, as mulheres optam por se manter em silêncio. Sensações de medo e vergonha se misturam no seu cotidiano. A dependência econômica, sua escassa mobilidade geográfica, as condutas censuradas impostas às mulheres e o controle do mundo social pelos chefes de família, fazem com que a prática das múltiplas formas de violência contra as mulheres se torne, para muitas, em uma realidade inescapável, em uma ordem natural da família. Isto é o que Bourdieu entende como “o conhecimento-reconhecimento prático dos limites” que exclui qualquer possibilidade de transgressão “espontaneamente rechaçada na

³⁹ Relato de uma líder camponesa do município de *Guacarí*, durante uma reunião de líderes camponesas articuladas à *Coordinación Campesina del Valle del Cauca*. 03/02/2013

ordem do impensável” (BOURDIEU, 1989, p, 9.), a aceitação desse ordem familiar se constitui na contribuição das mulheres para a reprodução dessa ordem social de dominação.

No entanto, é importante salientar que mudanças vêm ocorrendo na ordem social da esfera pública e da esfera doméstica. As mulheres estão dinamizando processos de organização camponesa potencializando sua capacidade de agencia, paulatinamente têm saído de casa, da horta e do quintal para conquistar espaços de participação política dentro de suas comunidades, transgressões de espaços atribuídos que na prática conseguem questionar alguns valores que tradicionalmente as tem marginado da esfera pública. Porém, a saída de casa para a ação comunitária e política implica percorrer muitos caminhos em busca de autonomia, nos quais tem que se defrontar com um campo de tensões de ordem econômica, política, social e simbólica.

3.2. “Sueños de Mujer” e “Aromas del Campo”: emergência e motivações iniciais

O surgimento do grupo de mulheres camponesas “Aromas del Campo”

O grupo “Aromas del Campo” nasceu no ano de 1996 no *corregimiento La Diadema*, como um grupo de jovens camponeses. A criação do grupo foi orientada pela *Junta de Acción Comunal- JAC*, com objetivo de que os camponeses, por meio de grupos organizados, tivessem acesso aos projetos dos órgãos do governo local orientados ao campesinato, projetos que tinham como condição atingir grupos e não indivíduos. Criar organizações camponesas era considerado como uma necessidade para intermediar com os órgãos governamentais, nesse caso com a *Secretaria de Agricultura y Medio Ambiente- SEDAMA* e a *Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca- CVC*.

O grupo de jovens, a partir de uma experiência de capacitação em produção agroecológica, ministrada pela SEDAMA, focou seus objetivos no cultivo e produção de plantas aromáticas, plantas de uso medicinal e cultivos de auto-subsistência, cuja produção era destinada principalmente para o consumo das famílias. O projeto se desenvolveu em uma horta que foi construída em um terreno emprestado pelo presidente da JAC, quem destinou seu terreno para as práticas produtivas dos grupos que se estavam criando.

Na etapa inicial, o grupo contava com sessenta integrantes, mas com o passar do tempo varias desistências se apresentaram, conforme o relato de uma integrante do grupo, a principal razão foi que os jovens saíram para estudar ou a trabalhar em lugares distantes do *corregimiento*, e outro motivo de desvinculação era quando os jovens se casavam e expressavam não ter tempo disponível para o trabalho do grupo.

Em razão disso, no ano de 1998, em vista de que só ficaram mulheres no grupo, constituiu-se o “*Grupo de amas de casa*”, integrado por trinta mulheres, dando continuidade ao trabalho na horta com o projeto das plantas aromáticas e hortaliças. O interesse do grupo, foi cultivar por meio de práticas de produção orgânica, a partir do qual solicitaram a realização de mais programas e capacitações em agroecologia.

A proposta do modelo de produção agroecológica, como alternativa ao modelo de produção convencional, começou a se desenvolver na região na década de 1990 sob a liderança da Corporação *Surcos Comunitarios*⁴⁰, *Instituto Mayor Campesino- IMCA*⁴¹, e com o apoio de técnicos e profissionais da *Universidad Nacional de Colombia- sede Palmira*. A agroecologia, segundo Siliprandi (2013) é definida teoricamente “*como um conjunto de disciplinas científicas por meio das quais é possível analisar e atuar sobre os agroecossistemas, de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade*” (SILIPRANDI, 2013, p, 330), trata-se, conforme a autora, da criação de ecossistemas por meio de atividades agrícolas relacionadas com as condições e particularidades do ecossistema original, na qual se tem em conta as relações entre os fenômenos ecológicos com os seres humanos e as culturas locais. O conceito de agroecologia acolhe o conjunto de práticas e propostas que os movimentos ecológicos e agrários vinham reivindicando na necessidade de modelos de produção alternativos e sustentáveis. Na região de estudo, a agroecologia é amplamente acolhida pelas organizações camponesas, os grupos e

⁴⁰ A corporação *Surcos Comunitarios* é uma entidade particular, que tem como lema o desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Rural Humano Sustentavel. Essa organização tem liderado a criação de *Escuelas Campesinas Agroecológicas* e tem apoiado o desenvolvimento de projetos agroecológicos em varias comunidades camponesas do centro e norte do *Valle del Cauca*. Faz parte da articulação CLADES (Consortio Latinoamericano de Agroecología y Desarrollo) e da MAELA (Movimiento Agroecológico Latinoamericano).

⁴¹ O *Instituto Mayor Campesino* é uma organização da *Compañía de Jesús*, a qual está presente no *Valle del Cauca* desde a década de 1960, com uma trajetória de acompanhamento a diferentes processo de organização camponesa do *departamento*.

associações camponesas articularam a agroecologia não só nas suas práticas produtivas, também nas suas bandeiras políticas.

Os princípios da agroecologia consistem na produção limpa dos produtos, aproveitando ao máximo os recursos disponíveis no ecossistema e diminuindo o uso de insumos externos como sementes, fertilizantes e adubos de produção agroindustrial. A agroecologia, para o campesinato da região, é entendida como uma opção que estimula a produção camponesa e contribui à sua autonomia, diminuindo a dependência do uso de agroquímicos e do mercado de insumos agrícolas. De dito processo, resultou a criação, no ano de 1999, da “*Escuela Campesina Agroecológica*” a qual integrava grupos, associações e indivíduos, em função da organização da produção orgânica e da criação de mercados locais alternativos para a comercialização dos produtos agroecológicos.

Em meio a essa dinâmica do contexto camponês, com as perspectivas de produção agroecológica nas práticas e projetos do campesinato, o “*grupo de Amas de Casa*” participou de diversos cursos e capacitações, dos quais resultou o projeto de elaboração orgânica de produtos de higiene pessoal, como xampu, cremes, sabonete, talcos e unguentos, voltados para o autoconsumo familiar

A dinâmica organizativa e produtiva do grupo foi interrompida em 1999, com a chegada da onda de violência paramilitar e o deslocamento forçado, as mulheres do grupo abandonaram o território com suas famílias em busca de proteção e refúgio na cidade.

Foi no ano de 2003, durante o processo de retorno ao território, quando algumas integrantes do grupo que tinham regressado decidiram retomar a vida organizativa e produtiva do grupo. Conforme relataram duas integrantes do grupo, a decisão de reconstruir “*Aromas do Campo*” foi tomada graças à motivação e respaldo do recém criado grupo “*Sueños de Mujer*” na vereda *San Marcos*, localizada a 30 minutos de *La Diadema*.

Na reconstrução, o grupo contava com dez mulheres e colocaram o nome de “*Asociación de Mujeres campesinas “Aromas del Campo”*”. Retomaram os projetos produtivos que o grupo estava desenvolvendo antes do deslocamento, focados no cultivo de plantas aromáticas, hortaliças e cultivos de autossustentabilidade, e os produtos de higiene pessoal, para o qual construíram uma horta coletiva em um terreno emprestado por outro vizinho da região.

Atualmente o grupo tem nove integrantes, o funcionamento tem passado por fases de irregularidade por causa das ondas de violência do conflito armado. Esporadicamente, algumas integrantes têm saído do *corregimiento* para trabalhar, o que as leva a se ausentar do grupo por curtos períodos de tempo. O caráter disperso das moradias de algumas integrantes e a longa distância da horta coletiva são fatores que têm afetado os ritmos e dinâmicas do grupo, razão pela qual as reuniões do grupo se realizam mensalmente ou a cada dois meses. No entanto, essa situação não significa uma ameaça para a existência do grupo, elas têm lidado com essa situação durante muito tempo. Apesar de não conseguirem fazer reuniões com maior frequência, há cinco mulheres do grupo que trabalham na produção e elaboração dos produtos que o grupo comercializa todo final de semana nos mercados alternativos de *Tuluá*.

O grupo “Aromas do Campo”, como as demais formas associativas camponesas da região, não tem contado com apoio por parte das entidades do Estado no fortalecimento de sua capacidade produtiva e para facilitar a comercialização dos produtos. Pelo contrário, uma falta de vontade política é visível quando as mulheres apresentam propostas ante as entidades governamentais de suas localidades, sem obterem respostas que satisfaçam as necessidades do grupo. Daí se entende que a meta de ter uma planta de processamento de plantas aromáticas e medicinais não tenha sido cumprida durante os dez anos de trajetória do grupo desde sua reconstrução.

De como surgiu o grupo de mulheres camponesas “*Sueños de Mujer*”

O grupo “*Sueños de Mujer*” foi criado no ano de 2002, na *vereda San Marcos* no *corregimiento* de Monteloro. A organização camponesa que se projetava naquele momento à reconstrução produtiva do campesinato foi a *Asociación de Caficultores Orgánicos de Colombia- ACOC*, uma organização em princípio mista, mas com uma composição majoritariamente masculina. Foi um grupo de mulheres, cujos esposos participavam do projeto de café orgânico com ACOC, que frente à crise alimentar decidiu trabalhar coletivamente na construção de hortas caseiras na casa de cada uma das integrantes, com o objetivo de produzir os alimentos para o autoconsumo familiar. A partir dessa atividade, se constituiu o “Grupo de Esposas de ACOC”, na expectativa de contribuir à recuperação econômica das famílias camponesas.

A experiência prévia das integrantes, em processos de capacitação de práticas agroecológicas, serviu como base para orientar os objetivos produtivos. Diferentes estratégias desenvolveram as mulheres para garantir o funcionamento do grupo, atividades como rifas, empréstimos, vendas de comidas foram o meio para coletar o dinheiro necessário para desenvolver o primeiro projeto produtivo que consistiu na elaboração e venda de vassouras e esfregões.

A partir do momento no qual o grupo conseguiu ter uma dinâmica produtiva própria, as mulheres mudaram o nome do grupo, passou de “Grupo de Esposas de ACOC” a “*Grupo de mujeres camponesas Sueños de Mujer*”. O seguinte projeto produtivo se focou na elaboração, com o uso de práticas agroecológicas, de produtos de higiene pessoal e de uso cosmético como xampu, cremes, talcos, e pomadas de uso medicinal, que hoje continua sendo uma das atividades econômicas do grupo. Outras atividades nas quais o grupo foca sua atenção é na transformação dos alimentos e na recuperação do uso medicinal das plantas disponíveis no ecossistema.

O funcionamento do grupo tem passado por diferentes etapas relacionadas diretamente com as dinâmicas do contexto da região. As incursões dos grupos armados, o deslocamento de algumas de suas integrantes, são fatores que fazem com que o número de integrantes seja de caráter flutuante. Mas o grupo conta com uma base sólida integrada por sete mulheres que permanecem desde sua fundação e que tem contribuído à continuidade do grupo. Conforme seus relatos, o grupo começou com dez mulheres no ano de 2002, chegando a ter quinze mulheres no ano de 2004; atualmente o grupo tem dez integrantes, mas são sete as que estão na frente das atividades produtivas e compromissos organizativos de “*Sueños de Mujer*”.

Dois grupos que “caminham de mãos dadas”

A experiência organizativa do grupo “*Sueños de Mujer*” e do grupo “*Aromas del Campo*” tem sido processos que “caminham de mãos dadas”, com base em valores como a solidariedade, amizade e a vizinhança, existe entre os dois grupos um laço de apoio e ajuda mútua.

Vários elementos em comum existem entre os dois grupos, primeiro, que os dois surgiram em meio de um contexto de adversidades de ordem econômica e política que caracterizaram o

processo de retorno das famílias camponesas, depois do deslocamento forçado. Com relação às práticas produtivas parece não existir diferenças: ambos se dedicam ao cultivo de produtos de uso alimentar e de uso medicinal, orientados ao autoconsumo familiar e ao mercado local; igualmente a elaboração de produtos de higiene pessoal como xampu, cremes, pomadas, são práticas produtivas que realizam os dois grupos, cujos produtos têm como destino os mesmos mercados locais. Porém, fazendo uma aproximação a cada grupo é possível identificar que cada um privilegia determinadas práticas produtivas em detrimento de outras.

A localização geográfica de cada grupo é um elemento diferenciador. Cada um orienta suas ações à sua *vereda*, de maneira que o diálogo entre os dois grupos está atravessado por essa diferenciação de pertencimento geográfico, no qual prevalece o pertencimento regional, isto é, como mulheres da zona alta de *Tuluá*.

Em relação às articulações com os processos organizativos camponeses mais amplos, os dois grupos participaram de forma ativa na criação, no ano de 2005, da *coordinación Campesina del Valle del Cauca- CCVC* e, no ano de 2007, na organização sindical *Asociación de Trabajadores Campesinos del Valle del Cauca- ASTRACAVA*, filial *Tuluá*. Processos dentro dos quais as mulheres de “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” têm participado das comissões e secretarias de mulher que existem na estrutura organizativa da CCVC e de Atracava, expandindo, dessa forma, o raio de ação dos grupos.

É nas relações com as entidades e órgãos governamentais que é possível encontrar estratégias e práticas diferenciadas. Por um lado “*Sueños de Mujer*” evita ao máximo a dependência dos projetos dos órgãos governamentais, enquanto que “*Aromas del campo*” formula os projetos que deseja desenvolver como grupo e os apresenta ante aquelas entidades, de forma que o grupo é quem orienta o tipo de projeto a desenvolver nas suas localidades. Trata-se de estratégias de interação com as entidades institucionais, nas quais cada grupo estabelece formas diferentes de demarcar a sua autonomia.

Os processos compartilhados entre os grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” têm dinamizado a participação das mulheres camponesas no desenvolvimento organizativo do campesinato na zona alta de *Tuluá*, motivando as mulheres de outras localidades a criar grupos de mulheres e articulando-se ao movimento camponês que está sendo construído no *departamento del Valle del Cauca*.

Assim, o grupo “*Sueños de Mujer*” e o grupo “*Aromas del Campo*” representam duas experiências de organização de mulheres camponesas, as quais se desenvolvem em um mesmo contexto socioeconômico e político caracterizado pela adversidade e a violência. Processos nos quais cada grupo tem tecido sua própria trajetória de resistência, ao tempo em que se articulam entre os dois grupos para a orientação de suas práticas e ações coletivas.

O processo de construção de “*Sueños de Mujer*” e “*Aromas del Campo*” como atores sociais tem sido um caminho partilhado, no qual se realizam intercâmbios, se constroem estratégias e se compartilham cenários de ação. No entanto, é importante ressaltar que o fato dos grupos terem uma experiência partilhada não sugere que eles sejam homogêneos, pois cada grupo tem uma trajetória particular ao mesmo tempo em que caminham juntos na mesma direção.

Desse modo, compreender os caminhos que cada grupo tem percorrido na sua construção como atores sociais nos conduz a vários pontos de encontro, a vários cenários em comum. Nesse sentido, os processos organizativos dos grupos “*Aromas del campo*” e “*Sueños de Mujer*” serão aqui analisados em conjunto, com o interesse de apreender suas práticas e ações nas dimensões econômica, política e social, enxergando ao mesmo tempo para as particularidades de cada grupo.

3.2.1 Motivações no processo de emergência dos grupos.

A pergunta sobre as motivações que levaram as mulheres a desenvolver processos de organização camponesa nos permite compreender os significados e valores que elas dão a sua experiência no modo de vida camponês, em um contexto particular de violência e pobreza rural que caracteriza a região de estudo. Na narrativa dos grupos, as motivações iniciais aparecem como respostas a um conjunto de necessidades que elas experimentam e que desejam resolver coletivamente.

Essa relação necessidades–motivações resulta compreensível com o pensamento de E.P. Thompson (1981, p, 182), quem afirma que “experiência” são as realidades vividas na vida social, em forma de pensamento e em forma de sentimento, as quais são experimentadas como interesses e necessidades e/ou como antagonismos, e que é a partir do tratamento de essa experiência que as pessoas agem sobre uma situação determinada. Nesse sentido, consideramos que as motivações possibilitam apreender o posicionamento das mulheres e o

desejo de agir sobre as realidades que vivem como necessidades, como uma expressão da sua capacidade transformadora, ou seja, como atores sociais.

As motivações, entendidas aqui como a expressão do desejo de agir, se expressam em diferentes dimensões da vida social, tal como apontaram Bruno et.al (2013) a partir de uma pesquisa realizada sobre as razões da participação de mulheres em grupos produtivos no Brasil, as motivações se expressam em diferentes dimensões de ordem econômica, política e social, entre as quais existe uma inter-relação. Nessa direção, compreendemos aqui ditas dimensões nas motivações que orientaram o processo de emergência dos grupos de mulheres “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”.

3.2.1.1. Motivações de ordem econômica

“Melhorar a qualidade de vida da família” está no centro das motivações que levaram às mulheres a empreender dinâmicas associativas. As mulheres camponesas de *La Diadema e Monteloro*, que retornaram ao território depois da primeira onda de deslocamento forçado, no ano de 2002, se enfrentaram a severas condições de pobreza e fome rural. O “bloqueio alimentar” imposto pelos grupos paramilitares, no contexto do conflito armado, gerou uma situação que afetou diretamente a subsistência das famílias camponesas. A escassez de alimentos, apesar de ser um problema que afetava por igual a todos os membros da família, tomou formas diferenciais de gênero nas estratégias que procuravam alguma solução.

A proposta de desenvolver um projeto local de produção de café orgânico orientado à comercialização nacional e a exportação, por meio de ACOC, foi o caminho que os camponeses empreenderam no processo de recomposição produtiva. Porém, para as mulheres, esse projeto, do qual reconhecem sua importância e pertinência, só representaria ganhos no longo prazo e não ajudaria a resolver a necessidade de alimentos no dia a dia das famílias. Daí surgiu a motivação inicial das mulheres de afrontar coletivamente o problema de a crise alimentar:

Por la razón de que la gente se desplazó, no había ni una mata de cebolla en las casas, todo lo tenían que comprar. Entonces ese día nos reunimos y la idea de nosotras era trabajar en grupos,

entonces hicimos “Mingas de Mujeres”⁴², que consistían en hacer huertas caseras y en recuperar las semillas. Vimos que la forma era esa, porque los esposos estaban metidos en lo del café orgánico con ACOC y nosotras que no teníamos una zanahoria, no teníamos una cebolla, pensamos: nosotras mismas lo podemos hacer. (Integrante do grupo *Sueños de Mujer*).

Nesse relato, é possível observar que as disposições que orientam as estratégias para resistir à crise alimentar estão relacionadas com os papéis e funções que homens e mulheres desempenham na família camponesa. Os homens, em qualidade de provedores econômicos do lar, procuram resistir à crise alimentar por meio de projetos produtivos alternativos voltados ao mercado e o comércio, na expectativa de obter rendimentos monetários para resolver as necessidades básicas da família. As mulheres, em qualidade de responsáveis do cuidado e da alimentação da família, se defrontam diretamente com a escassez de alimentos na hora de preparar as refeições, razão pela qual se propõem resistir à crise alimentar fazendo hortas caseiras na expectativa de produzir os alimentos para a subsistência da família. De maneira que, a experiência diferenciada de homens e mulheres frente ao problema da crise alimentar e pobreza rural se expressa em uma relação diferenciada com referência às necessidades e às estratégias de solução.

Outro fator de motivação de ordem econômica, expressado pelas mulheres, é o desejo de empreender projetos produtivos para contribuir à renda familiar e satisfazer às necessidades básicas de auto-subsistência, como foi expresso por uma das mulheres entrevistadas:

Entonces si con lo que con mi esposo hacemos aquí en la finca no va alcanzar / y si yo tengo la posibilidad de un trabajo que yo hice y que me va a generar unos recursos / es una plata que yo tengo ahí y con la que puedo ayudar a resolver” (Integrante do grupo “Aromas del Campo”).

Assim, a expectativa das mulheres com os projetos produtivos é atender às dificuldades econômicas na família, não só por meio da produção dos alimentos na horta, mas também com um dinheiro que as mulheres possam ter a disposição para suprir as necessidades.

⁴² “Minga” é uma palavra herdada dos Incas para fazer referência a um trabalho comunitário que implica um esforço coletivo para o bem comum, uma troca, uma rede de apoio, que implica atitudes de solidariedade. A sobrevivência desta antiga forma de trabalho comunitário é baseada na tradição oral e na transmissão geracional.

O interesse de obter uma renda própria constitui mais uma motivação para as mulheres desenvolverem projetos produtivos. A aquisição de um dinheiro, diferente do advindo do trabalho do conjugue, é uma expectativa relevante nos relatos das mulheres. Ter a capacidade de decisão sobre seus próprios recursos, a possibilidade de destiná-los para o sustento da família, e a capacidade de se garantir um bem-estar resolvendo necessidades que extrapolam o cuidado do lar; em conjunto, se constituem em caminhos para a autonomia econômica das mulheres.

Así uno se defiende más fácil porque uno no va a vivir a diario a que el marido lo esté sosteniendo a uno/ que el marido necesitó alguna cosa/ y si uno vendió pues ahí tiene con qué comprar lo que uno necesite/ para el sostenimiento de los hijos/.../ Yo vivo independiente de mi marido/ yo me compro mis cositas y no tengo necesidad de pedirle para cosas que yo necesite. (Integrante do grupo “*Aromas del Campo*”)

Portanto, a expectativa de autonomia das mulheres está no centro das motivações de ordem econômica, as quais aludem a uma inter-relação entre a autossuficiência alimentar da família e a autonomia econômica pessoal, entre projeto individual e projeto familiar.

3.2.1.2. Motivações de ordem política

No contexto sócio-político, no qual a violência faz parte do cotidiano, as mulheres camponesas expressam a necessidade de se sentirem representadas politicamente ante o Estado e ante as organizações camponesas. Nesse sentido, a criação dos grupos não só envolve expectativas de autonomia econômica, mas também expectativas de participação política das mulheres na luta camponesa.

Entonces es fortalecer el espacio con las mujeres, porque si hay un grupo organizado pero es de hombres y la mujer no tiene espacio para plantear su necesidad y lo que necesita para resolver sus problemáticas, entonces no va a haber cambio de nada. Vamos a seguir en lo mismo, por eso necesitamos sentirnos representadas en todo tipo de espacio. (Integrante, Grupo *Sueños de Mujer*)

O tema da representatividade das mulheres nas organizações camponesas está no centro das motivações de ordem política, daí que a constituição dos grupos signifique para elas um primeiro passo para se visibilizar politicamente ante a sociedade. Ainda que elas reconheçam a importância dos processos de organização camponesa como o principal mecanismo para a

resistência do campesinato, percebem as organizações (sejam sindicatos agrários ou articulações informais) como espaços tradicionalmente masculinos, com escassa participação e representação das mulheres. Esse sentimento de exclusão é o elemento político que vai guiar a criação dos grupos com a expectativa de terem espaços para a formação e para a participação política como mulheres.

Outro elemento de motivação para a participação na resistência camponesa, é a luta pela paz e contra o conflito armado. As preocupações que surgem ao redor do impacto do conflito armado movimentam as mulheres em torno a bandeiras que reivindicam a paz e a solução do conflito armado por vias não militaristas.

Con tanta violencia que vivimos. Ustedes saben que hoy en día las mujeres tenemos hijos para la guerra, y no es la esposa del presidente la que está poniendo el hijo, somos nosotras las campesinas, sea que se vayan para la guerrilla, bien sea que se vayan con los paramilitares o que se vayan para el ejército, ¿y quien sufre cuando los matan? Las mamás campesinas. Somos las mujeres, las madres de los participantes directos en el conflicto. Por eso es importante apoyar las marchas, los paros, porque nos duele la violencia. (Integrante do grupo “*Sueños de Mujer*”)

O impacto diferencial do conflito armado sobre as mulheres rurais se constitui em um fator que as motiva para a ação política. A expectativa das mulheres com a criação dos grupos e dos projetos produtivos busca no futuro envolver os jovens nas dinâmicas comunitárias camponesas, para que permaneçam no campo e não se vinculem aos grupos armados. Assim, as motivações de ordem política articulam a necessidade de representatividade das mulheres como atores sociais no cenário camponês, e a participação das mulheres na construção da paz e a resistência camponesa.

3.2.1.3 Motivações de ordem social

A necessidade do reconhecimento do papel que desempenha a mulher no campesinato, por parte da comunidade e do Estado, é uma das motivações de ordem social: “*a las mujeres del campo no nos tienen en cuenta para nada, solo por medio de un grupo el Estado va a saber que existimos*”(Integrante do grupo “*Sueños de Mulher*”). O caminho da organização aparece ante as mulheres como uma forma de ganhar visibilidade.

Para elas, o reconhecimento é um processo que está diretamente relacionada com a autoestima das mulheres, a qual usualmente está afetada pela desvalorização cultural das camponesas. A participação nos grupos de mulheres representa uma oportunidade de aprendizagem, de um fortalecimento no nível pessoal que se estende à esfera familiar e à esfera comunitária.

O desejo das mulheres de terem outros espaços de socialização além da família é outro fator de motivação. A luta por ganhar autonomia para a mobilidade geográfica se constitui em uma luta direta contra o machismo:

El machismo se expresa en el temor de la mujer salir sin la autorización del marido, la mujer necesita de autorización para poder moverse, les meten en la cabeza que ellas no lo necesitan salir porque para eso están los hombres que están trabajando para la comida. (Integrante do grupo “Aromas del Campo”)

Assim, a necessidade das mulheres de sair de casa é uma motivação para construir espaços para o encontro, o intercâmbio de experiências e a construção de laços de amizade e solidariedade entre si. A construção dos grupos significa, para elas, dar os primeiros passos para o reconhecimento do papel que as mulheres desenvolvem na comunidade, para o reconhecimento e auto-reconhecimento da importância das mulheres na recomposição do tecido social camponês.

3.2.1.4. A autonomia no centro das necessidades e dos interesses

O conjunto de expectativas das mulheres camponesas, compreendidas nas motivações de ordem econômica, política e social, referem-se às necessidades que experimentam como resultado de um conjunto de relações de poder que se expressa em múltiplas formas de violência: a dependência econômica das mulheres e a exclusão dos projetos produtivos voltados ao mercado; a exclusão das mulheres nos espaços de representação política do campesinato; e a desvalorização cultural das mulheres camponesas que atribui a elas funções exclusivamente domésticas.

Um elemento comum aparece nas motivações apresentadas nos relatos das mulheres: a autonomia, expressada como uma necessidade na ordem do econômico, do político e do social. De modo que a expectativa de autonomia das mulheres coloca em questão assuntos como a participação, o reconhecimento e a representatividade das mulheres nos processos de

organização comunitária, os quais são descobertos como um campo de tensões de ordem política, econômica, social e simbólica.

O desejo de mudança nas restrições à autonomia das mulheres é o que guia sua ação no momento de criar os grupos. A luta pela conquista da autonomia, se expressa em práticas de resistência, tanto na esfera do doméstico como na esfera do público, no caso dos grupos pesquisados, como veremos, a resistência se expressa em práticas cotidianas organizadas coletivamente.

3.3. Resistindo a partir da horta

A resistência, tal como aqui a compreendemos, é baseada na perspectiva conceitual de Ploeg (2008,p,267) ao apontar que a resistência camponesa deve ser entendida muito além das lutas abertas, como manifestações, passeatas, ocupações, bloqueios de estradas; mas também, a compreensão da resistência camponesa não deve se limitar aos atos cotidianos de rebeldia que James Scott (2000) denominou como “resistências cotidianas”, as quais se caracterizam por ser práticas cotidianas ocultas, informais, por não requerer de coordenação prévia e por não assumir a forma de ação coletiva.

No caso dos grupos pesquisados “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”, as mulheres camponesas não centram suas ações na forma de lutas abertas como referenciou o autor, ainda que em ocasiões elas participem desse tipo de ações coletivas coordenadas pelo movimento camponês da região (CCVC, Astracava); suas ações compreendem um conjunto de práticas cotidianas que as mulheres realizam individualmente, mas que são coordenadas pelo grupo, sendo práticas visíveis e organizadas, o que se distancia da definição de “resistências cotidianas” elaborada por Scott(2000).

Nesse sentido, acolhemos a formulação de Ploeg (2008) que diz que “*a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de, e com, a ajuda dessas respostas os camponeses conseguem remar contra a maré*” (PLOEG, 2008, p,267 apud MENEZES; MALAGODI, 2009, p, 22). Desse modo, o autor amplia o campo de ação por meio do qual a resistência camponesa se materializa,

expressando-se em uma ampla gama de práticas heterogêneas, seja de maneira oculta o aberta, espontânea ou organizada, individuais ou coletivas.

Partindo do entendimento da autonomia e da resistência como constituintes dos camponeses como atores sociais (PLOEG, 2008), abordamos aqui as práticas que desenvolvem os grupos “*Aromas del Aampo*” e “*Sueños de Mujer*” como respostas aos impactos de um contexto adverso que é experimentado como um campo de tensões de ordem econômica, política e social, conforme foi expressado nas motivações e interesses das mulheres na criação dos grupos.

3.3.1. A horta como ponto de partida

Foto 5. Horta orgânica de Esperanza, Grupo “*Sueños de Mujer*”

No processo organizativo dos grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*”, o desenvolvimento de atividades produtivas teve como ponto de partida a criação de hortas orgânicas, as quais vão se constituir na base principal para a realização dos objetivos econômicos dos grupos. A experiência prévia em oficinas de produção agroecológica, antes do deslocamento, foi chave na orientação das práticas produtivas dos grupos.

Na experiência do grupo “*Sueños de Mujer*”, a primeira atividade consistiu na construção de hortas orgânicas na casa de cada uma das integrantes do grupo, através das “*Mingas de Mujeres*”, as quais tinham como objetivo produzir os produtos alimentares básicos para a autossustentabilidade das famílias. Nessa tarefa, a recuperação de sementes crioulas foi uma peça chave para a criação das hortas, cada integrante do grupo assumiu o compromisso de coletar as sementes que tivesse disponíveis no sítio para destiná-las às hortas das companheiras; desse modo, conseguiram recuperar as sementes nativas da cenoura, cebola, tomate, alface, feijão, milho, mandioca, e de plantas aromáticas e medicinais como o tomilho, alecrim, arruda, camomila, erva doce, limãozinho, *caléndula*, aloe vera, entre outras

As *Mingas de Mujeres* se realizavam semanalmente, cada horta era construída em uma jornada de final de semana, essa etapa inicial do grupo é lembrada pelas mulheres como uma época de muitas dificuldades e de trabalho duro: “*entonces cada ocho dias nos reuníamos en la casa de cada una de las compañeras, preparabamos la comida y la bogadera (bebida refrescante), porque íbamos era a volear azadón⁴³ y a sudar, a trabajar la tierra*”. (Entrevista coletiva “*Sueños de Mujer*”, 09/03/2013). Assim, o estabelecimento das hortas caseiras na casa de todas as integrantes significou para o grupo sua primeira vitória.

No caso do grupo “*Aromas del Campo*”, as atividades produtivas tiveram como ponto de partida a construção de uma horta coletiva. O objetivo da horta coletiva é ter um lugar comum de cultivo para os produtos do grupo, além de constituir uma opção para as mulheres que não têm horta, ou não tem espaço para fazer uma horta nas suas casas.

A produção nas hortas, caseiras e coletivas, é orientada principalmente a satisfazer as necessidades alimentares da família, sob o princípio de priorizar o consumo do que se produz na terra frente ao que se pode comprar no mercado. Desse modo, a criação de hortas orgânicas e a recuperação de sementes crioulas como estratégia para atingir a autonomia alimentar das famílias, constitui um ato de resistência não só por enfrentar uma crise alimentar que ameaça sua sobrevivência, mas por que enfrentá-la, no contexto sócio-político, é uma forma de lutar pela permanência no território.

⁴³ A expressão “*volear azadón*” refere a o uso do enxadão, instrumento utilizado para remover a terra.

3.3.2. A opção pelas práticas agroecológicas

As hortas são trabalhadas pelas mulheres na perspectiva agroecológica, o que implica o uso e preservação de sementes crioulas, o uso de adubo orgânico, e o cuidado dos recursos meio ambientais. Essas práticas têm como objetivo bloquear a entrada de insumos agrícolas externos de produção agroindustrial, como sementes modificadas geneticamente, fertilizantes elaborados com agroquímicos; os quais usualmente chegam com as entidades e mediadores dos órgãos institucionais do desenvolvimento rural.

Essa disposição das mulheres camponesas para se inserir nas práticas agroecológicas resulta compreensível com Emma Siliprandi (2013, p, 331) quem, em pesquisa da participação das mulheres no movimento agroecológico no Brasil, observou que o fato de a agroecologia valorizar a agricultura familiar camponesa favorece o reconhecimento das mulheres devido ao destaque que é dado às atividades que têm sido desenvolvidas tradicionalmente pelas mulheres na produção familiar: o trabalho nas hortas, pequenos animais e a transformação caseira dos produtos; além de abrir possibilidades de participação em atividades por fora do âmbito doméstico em capacitações, oficinas, feiras; e a possibilidade de obter renda com a comercialização local dos produtos. (SILIPRANDI, 2013, p, 331)

Assim, a escolha pelo modelo de produção agroecológica representa para as mulheres dos grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” uma opção que não só facilita o desenvolvimento de seus projetos produtivos, fazendo uso dos recursos que tem disponíveis no ecossistema, mas também como um caminho que possibilita obter avanços no desejo de autonomia econômica e na visibilidade de sua participação no questionamento do modelo de desenvolvimento rural convencional.

3.3.3 Projetos produtivos

A partir de uma capacitação com a *Escuela Campesina Agroecológica*, as mulheres de “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” orientaram seus objetivos em trabalhar no projeto produtivo que consiste na elaboração de produtos de higiene pessoal como xampu, cremes, sabonete, talcos e produtos de uso medicinal, por meio do uso de pequenas tecnologias e

processos agroecológicos. Para essa tarefa, as mulheres dedicam uma parte das hortas ao cultivo das plantas que serão a base para a elaboração desses produtos.

Múltiplas dificuldades têm passado os grupos para o desenvolvimento do projeto. Na primeira etapa, as mulheres não contavam com os utensílios necessários para a elaboração dos produtos, razão pela qual a produção começou sendo de forma artesanal, de maneira que só podia ser destinada ao autoconsumo familiar. Foi em 2005, com intermediação da *Coordinación Campesina del Valle del Cauca- CCVC*, que os grupos conseguiram as ferramentas (baterias de cozinha com painéis esmaltados, fogão a gás, batedeira, liquidificador) para poder aplicar os conhecimentos técnicos aprendidos nas oficinas de agroecologia. A escassez de recursos e a falta de apoio institucional apareciam como obstáculos para o desenvolvimento do projeto, pois após ter resolvido o tema dos utensílios para a elaboração dos produtos, a seguinte dificuldade a resolver foi conseguir as embalagens para os produtos, fator primordial para sua comercialização. Finalmente, as embalagens e as etiquetas adesivas com a marca dos grupos, foram doadas em grandes quantidades por um grupo de estudantes da *Universidad Nacional de Colombia- sede Palmira* que acompanhava o processo de construção da CCVC.

A partir desse momento, os grupos dinamizaram a produção de xampu, talcos, cremes de uso facial e de uso corporal, e produtos de uso medicinal como pomadas e unguentos. No processo de elaboração desses produtos, as mulheres recriam um conjunto de saberes sobre os valores medicinais e cosméticos das plantas, saberes que têm conservado como herança de suas mães e avós, transmitidos pelas mulheres, e entre mulheres, de geração em geração. Esse conjunto de saberes aparece como elementos disponíveis na tradição e na cultura das mulheres camponesas, dos quais elas lançam mão para a orientação de seus projetos produtivos. Esses saberes são colocados em diálogo com os conhecimentos técnicos recebidos nas capacitações, como podemos ver na descrição que uma integrante do grupo “*Aromas del Campo*” faz dos produtos:

Pues se hace el champú de 7 hierbas, tenemos una mezcla de 7 esencias herbales que es para todo tipo de cabello, eso lo aprendimos en la capacitación, se hace también el champú de manzanilla que es el recomendado para cabello claro. Las pomadas por ejemplo, sabemos que la marihuana es buena para los dolores artríticos entonces hacemos pomada de marihuana, la pomada de pino, la pomada de eucalipto que sirve para los problemas bronquiales. También hacemos ungüento para hongos, entonces se hace una mezcla de plantas medicinales especiales para esos hongos, también hemos experimentado la crema de manos, para manos y

cuerpo, pero siempre lo que más hemos hecho, siempre ha sido champú y pomadas.
(Entrevista a integrante grupo “Aromas del campo”, 13/02/2013)

Por trás da elaboração desses produtos, existe na dinâmica dos grupos na prática do “intercâmbio de saberes”. As mulheres discutem os conhecimentos aprendidos nas capacitações e oficinas, compartilham-nos com as outras companheiras e decidem se a fórmula ou receita precisa ser transformada ou não. No caso das pomadas de uso medicinal, elas têm articulado os conhecimentos técnicos com as propriedades medicinais que conhecem das plantas, nos termos de uma integrante de “Sueños de Mujer”: “limpiamos la fórmula y nosotras la hemos mejorado”(Entrevista coletiva “Sueños de Mujer” 09/03/2013). O ato de “limpar a fórmula” consiste em tirar os insumos químicos que existam na receita e trocá-los por produtos orgânicos que elas tenham à disposição.

Foto 6. Produtos do grupo “Aromas del Campo”.

Foto 7. Xampu, grupo “Sueños de Mujer”

A comercialização dos produtos também constitui um campo de limitações para os grupos de mulheres. As exigências legais para a comercialização dos produtos extrapolam as possibilidades econômicas dos grupos. A regulamentação exige o registro *INVIMA*, que é o registro sanitário que autoriza a comercialização de produtos transformados na Colômbia. Para obter dito registro se exige dos produtores contarem com “*personería jurídica*” a qual é emitida a partir da afiliação do grupo /ou pessoa à *Cámara de Comercio*. A afiliação à

Cámara de Comercio implica o pagamento de impostos que nem sempre correspondem às capacidades reais dos produtores.

Assumir os termos dessa regulamentação para a legalização dos grupos representa para elas um risco muito alto que iria detrimento de suas associações. Conforme foi expresso nos seus relatos, o preço dos impostos exige uma capacidade produtiva em grande escala e um manejo de dinheiro superior à capacidade real dos grupos. Assim foi expresso por uma integrante do grupo “*Sueños de Mujer*”:

Porque para el gobierno para uno producir artesanalmente tiene que cumplir con una reglamentación y ante las entidades nos tocaría tener unas obligaciones, pagar impuestos, que quizás con esas obligaciones (*impuestos*) nosotras por ser un grupo que no maneja grandes recursos como para responder a esas obligaciones, nos podríamos ver en un problema mayor. (Entrevista coletiva grupo “Sonhos de Mulher”, 09/03 2013.)

Esse sentimento de insegurança para assumir o pagamento de impostos vem do compartilhamento de uma experiência vivida por outro grupo de mulheres camponesas, de outra região, que perdeu todo seu capital no pagamento de impostos à *Cámara de Comercio*; situação que provocou a desintegração do grupo. Por essa razão, elas aconselham aos demais grupos de mulheres não entrar no processo de regulamentação, pois os pequenos ganhos na comercialização local e informal não representam uma ameaça para a existência dos grupos, mas tão somente o pagamento dos impostos a ditas instituições.

Desse modo, as decisões relacionadas com a comercialização dos produtos são orientadas pela avaliação de risco, que segundo Ploeg (2008 apud MENEZES; MALAGODI, 2009, p, 15) a noção de “evitar riscos” é constituinte da lógica camponesa, o que as levou a privilegiar a comercialização informal e local de seus produtos e rejeitar os processos institucionais. Os produtos são vendidos entre associações camponesas e nas *veredas* próximas a sua localidade, além de ser consumidos pelas famílias das integrantes dos grupos. A comercialização se amplia quando os grupos participam de feiras, eventos, encontros e congressos.

Frente a essas limitações, a proposta atual dos grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” consiste na criação de uma rede com as associações de mulheres camponesas das *veredas* e *corregimientos* da zona rural de *Tuluá*. Pensa-se numa articulação de pequenos

grupos em uma associação maior, e assim procurar a legalização dos grupos a través de uma figura organizativa mais ampla.

Junto ao projeto dos produtos de higiene pessoal e de produtos de uso medicinal, os grupos desenvolvem outros projetos produtivos. O grupo “*Aromas del Campo*” tem uma produção alimentar permanente, como milho, feijão, vagem, ervilha, os quais são comercializados no *mercado agroecológico de Tuluá* e no *mercado campesino por la paz, em Tuluá*.

Por sua vez, o grupo “*Sueños de Mujer*” realiza atividades produtivas a partir da transformação dos alimentos. Consiste na venda local de produtos alimentares preparados, como iogurte natural, bolos, tortas, biscoitos e embutidos. Essa atividade não tem uma periodicidade definida e requer de uma difusão prévia na *vereda* para anunciar o dia da venda desses produtos.

Por fim, a participação das mulheres nesses empreendimentos produtivos, ainda que não gere altos rendimentos devido às constantes dificuldades que enfrentam na produção e na comercialização, significa para as mulheres uma experiência econômica livre da intervenção ou controle do esposo. Esses ganhos de autonomia econômica que aos poucos as mulheres vão conquistando, e que se traduz para muitas em um aumento da sua jornada de trabalho, são experimentados pelas mulheres como uma motivação para seguir em frente com os grupos além das dificuldades.

3.3.4. A soberania alimentar e práticas de resistência

A criação de hortas orgânicas, o resgate da semente crioula, as práticas produtivas agroecológicas e a conservação dos saberes e da cultura camponesa em seu conjunto são o que os grupos de mulheres enquadram na bandeira da Soberania Alimentar.

Foto 8. Camponesa mostrando com orgulho a abóbora produzida na sua horta. “para demostrar que si se puede producir bien sin usar químicos” (Grupo, “Sueños de Mujer” 16/02/2013)

A soberanía alimentar, como conceito, surgiu na década de 1990 dos movimentos sociais do campo e do movimento ecológico, articulados ao movimento camponês internacional *La Via Campesina*⁴⁴, que se mobilizavam contra as políticas agrícolas neoliberais impostas aos governos do mundo inteiro através de organismos internacionais como Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial, que são parceiros da Organização das Nações Unidas para a Agricultura – FAO no que se relaciona com os debates e projetos de segurança alimentar. O conceito foi apresentado em 1996 no marco da “Cúpula Mundial pela Alimentação em Roma” pelo movimento camponês internacional *La Via Campesina* que desde então, se consolida como uma das articulações responsáveis pela construção do conceito de Soberania Alimentar como:

O direito dos povos de definir suas próprias política e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas, de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania

⁴⁴ La Via Campesina é uma rede internacional de movimentos sociais que data de 1993. Está integrada por aproximadamente 150 organizações locais e nacionais em 70 países na África, Ásia, Europa e América. No que representa aproximadamente de 200 milhões de camponeses, pequenos e médios produtores, sem-terra, povos indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas em todo o mundo. “La Via Campesina” é hoje considerado um dos principais debatedores nos temas agrícolas e alimentares. É ouvido por instituições como a FAO eo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, e conta com um amplo reconhecimento entre outros movimentos sociais desde o local e o internacional.

alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. (...) ⁴⁵

O conceito de Soberania Alimentar surgiu em oposição às políticas enquadradas no conceito de Segurança Alimentar. Segundo Márquez (2010), o embate entre os dois conceitos está em que cada um responde a modelos opostos de produção agrícola. Segundo o conceito de segurança alimentar, o comércio internacional sem entraves de produtos agrícolas constitui o fator chave para garantir o direito à alimentação e combater a fome mundial; enquanto o conceito de soberania alimentar, propõe o privilégio das agriculturas locais em suas múltiplas vocações (sociais, ambientais, e culturais) como um eixo primordial na busca de soluções com vistas a uma alimentação adequada e de qualidade. Desse modo, a soberania alimentar desenvolve uma concepção segundo a qual a alimentação adequada se associa a dimensões étnicas e culturais, o que leva a pressupor a validade de medidas protecionistas e de apoio às agriculturas locais (MÁRQUEZ, 2010, p, 81).

A noção do que é entendido por alimentação está no centro da crítica ao conceito de segurança alimentar. A idéia de segurança alimentar se baseia na preocupação pelo abastecimento de alimentos em termos de trocas internacionais, exportação/ importação (WHITAKER, 2013, p, 324) sem prestar atenção às formas de produção e procedência desses alimentos, os quais são produzidos em grande escala em sistema de monocultivos, fator que tem marginalizado os sistemas agrícolas camponeses. Assim, o conceito de soberania alimentar questiona a transformação dos produtos agrícolas regulados pelas regras de mercado, que colocam em risco o abastecimento alimentar das populações, a diversidade alimentar dos povos e a preservação da biodiversidade. Desse modo, tal como apontado por Whitaker (2013), hoje a soberania alimentar se circunscreve no debate internacional dos direitos humanos fundamentais.

Em resposta, o resgate das sementes crioulas constitui uma prática de resistência ao modelo de desenvolvimento rural convencional, o qual impõe o uso de insumos agroquímicos e de sementes intervindas com processos químicos, as quais geralmente não se reproduzem e

⁴⁵ Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001. Disponibilizado em <http://neaepr.blogspot.com.br/2010/01/declaracao-ii.html>

dependem do uso de fertilizantes especializados. Trata-se de resistir a um pacote tecnológico que afeta a alimentação e a saúde, pois a semente transgênica implica o uso de agroquímicos que sendo consumidas, no longo prazo, gera alterações na saúde humana com doenças para as quais existe também um pacote de medicamentos farmacêuticos. Assim, o resgate das sementes implica ao mesmo tempo a conservação dos conhecimentos sobre os usos alimentares e medicinais das plantas e sementes. Igualmente a preservação das sementes nativas configura uma forma de resistência ao modelo de produção agroindustrial que promove os monocultivos, o qual além de gerar impactos negativos nos ecossistemas gera a dependência dos produtores com os pacotes tecnológicos de produção agroindustrial.

Assim, o embate entre as economias camponesas e o modelo de desenvolvimento convencional é vivido pelas comunidades como um conflito de valores; frente ao qual a recuperação da cultura camponesa, além de preservar uma tradição, se constitui em uma prática de resistência a um modelo de produção que ameaça o modo de vida camponês, o meio ambiente e os ecossistemas, tal como podemos ver no seguinte depoimento:

Entonces las políticas del estado le traen a los campesinos los proyectos con todo un paquete tecnológico, el cuál en pocas palabras le dicen a uno: usted dedíquese solo a producir café y el café le va a dar para que usted consuma todo, para que usted compre todo. Nosotros nos resistimos a eso, entonces decimos que tenemos que seguir cultivando frijol, maíz , todo lo que nosotros comemos , evitar la contaminación con los transgénicos , porque los transgénicos al ser semillas genéticamente modificadas , pues alteran nuestro organismo, nos impide también seguir la tradición de cultivar y conservar la semilla , porque son semillas que se siembran , producen y no se pueden sacar semilla de allí porque ya no va a producir más , todo eso lo hace el Estado para manejar ellos el monopolio que tienen con las multinacionales y las transnacionales. (Entrevista a Leonor, Grupo “*Aromas del Campo*”, 13/02/2013)

No contexto local da pesquisa empírica, na zona rural de *Tuluá*, a bandeira da soberania alimentar chegou junto com as propostas do modelo de produção agroecológica na última metade da década de 1990. Mobilizadas por organizações sociais como “*Surcos comunitários*”, *Instituto Mayor Campesino*- IMCA, e foi acolhida como bandeira de luta no movimento camponês, antes e depois do deslocamento forçado, hoje liderados pela *Coordinación Campesina del Valle del Cauca*- CCVC e *Asociación de Trabajadores Campesinos del Valle del Cauca*- ASTRACAVA.

As práticas de soberania alimentar têm sido fundamentais no processo de retorno ao território. O resgate das sementes nativas e a projeção produtiva com perspectivas agroecológicas têm sido chaves para o enfrentamento ao bloqueio alimentar, na reconstrução produtiva das famílias e na reconstrução do tecido social camponês, na luta pela permanência no território. A luta pela subsistência das famílias, nas condições sociopolíticas particulares do contexto, constitui uma prática de resistência aberta, coletiva e simbólica (PLOEG, 2008; SCOTT, 2002).

Nesse processo de retorno e reconstrução, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental. A partir do trabalho nas hortas, caseiras e coletivas, elas criaram estratégias para enfrentar o problema da escassez de alimentos nas famílias camponesas; e com a criação dos grupos de mulheres tem contribuído ao fortalecimento do tecido comunitário na região.

No entanto, apesar da soberania alimentar ser um projeto do campesinato em geral, se expressa em práticas diferenciais entre homens e mulheres. Dita diferenciação corresponde às fronteiras simbólicas e físicas entre o espaço doméstico e o espaço público, na qual os homens projetam suas ações aos aspectos produtivos e econômicos, e as mulheres priorizam nas suas práticas o autoconsumo familiar.

Um exemplo dessas práticas diferenciadas se encontra precisamente no resgate das sementes crioulas, tal como foi observado na pesquisa de campo. Ainda que homens e mulheres camponeses estejam comprometidos com a conservação das sementes, e de que ambos contribuem na criação de bancos de sementes crioulas e na criação de despensas vivas para a conservação das mesmas; as sementes tomam caminhos diferentes de acordo com as propriedades e usos que de cada tipo de semente se faz.

Desse modo, as sementes nativas que os homens recuperam (como as variedades de café, milho e frutas), são cultivadas na roça onde a produção está orientada principalmente à comercialização. Por outra parte, as sementes que as mulheres recuperam (cenoura, tomate, cebola, ervas medicinais) têm como destino a horta, caseira e coletiva, para o uso alimentar e medicinal orientada principalmente ao autoconsumo familiar e, no segundo lugar aos projetos produtivos dos grupos. Essa divisão não é rígida, pois as mulheres também contribuem à coleta de sementes para a roça e os homens contribuem à coleta de sementes para as hortas, mas os usos das sementes se mantêm em uma classificação de gênero.

Dita classificação é estruturada a partir dos conhecimentos que homens e mulheres têm adquirido, herdado e conservado nas atividades tradicionalmente desempenhadas na produção familiar, diferenciados pelos espaços e tarefas atribuídos na divisão sexual do trabalho. Desse modo, os conhecimentos sobre as propriedades alimentares e medicinais das plantas constituem um campo de saberes específicos das mulheres camponesas, tal como podemos observar no seguinte relato:

Recuerdo que doña Abelina decía: pues yo no he visto a ninguno de ustedes (los hombres) sembrando la huerta, siempre somos nosotras las que sembramos la huerta, las plantas medicinales, yo a ustedes a ninguno lo veo cuidando que la matica de yerba buena, que la matica de manzanilla, no, ustedes le dan machete⁴⁶ a todo, nosotras somos las que cuidamos porque nosotras sabemos qué planta sirve para cual enfermedad, por eso la huerta tiene que ser de mujeres. (Entrevista a Leonor “*Aromas del Campo*” 13/02/2013).

O reconhecimento e visibilidade desses saberes é um elemento que os grupos de mulheres “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” mobilizam nas suas práticas e reivindicações. A criação de espaços coletivos para a recuperação e o intercâmbio de sementes, receitas e fórmulas, relacionadas com a transformação dos produtos agrícolas disponíveis no ecossistema, é uma das campanhas que as mulheres, por meio dos grupos, dinamizam na comunidade. Para os grupos, a recuperação da cultura camponesa está diretamente relacionada com a construção da soberania alimentar. Nesse caminho, os diálogos entre gerações têm sido chave na reconstrução das práticas culturais camponesas; o valor que elas dão ao resgate das sementes crioulas, ao resgate de usos alimentares e medicinais dos produtos que tem no ecossistema, cada saber resgatado, representa para elas uma vitória na resistência simbólica (SCOTT, 2000) na luta pela autonomia do campesinato, e na luta pela sua autonomia como mulheres camponesas.

A horta, como espaço central na luta das mulheres pela autonomia, está associada a um conjunto de símbolos, saberes e significados. É construída como o lugar a partir do qual se preserva a semente, a qual expressa uma relação das mulheres com o campo, com os conhecimentos e a tradição no modo de vida camponês. Constitui e é constituído, como o cenário que possibilita às mulheres a prática da agroecologia da mão com a soberania

⁴⁶“Machete” traduzido ao português significa enxada.

alimentar, como princípios orientadores da ação dos grupos. A horta é espaço onde se exerce uma luta de significados que possibilita avançar no reconhecimento e a visibilidade da dimensão econômica, política e social do trabalho desempenhado tradicionalmente pelas mulheres camponesas na reprodução social do campesinato. A horta, para as mulheres dos grupos, já não é mais o lugar que as marginaliza do mundo social, pelo contrário, as articula com a vida comunitária, representa o cenário de luta pela autonomia e de múltiplas formas de resistência, a partir do qual enfrentam tensões tanto no cenário público-comunitário como no âmbito doméstico.

3.4. Associativismo autônomo e integração: as perspectivas organizativas

As formas de organização das mulheres, segundo Maxine Molyneaux (2003, p, 227), no momento de definir suas estruturas organizativas, se defrontam com um dilema relacionado à autonomia e à autoridade, a partir do qual a autora identificou três formas de ativismo feminino: independente, associativa e dirigida. Na forma de ativismo independente, as mulheres fixam suas próprias metas e formas de organização, têm controle definitivo sobre suas agendas, não reconhecem nenhuma autoridade superior nem está sujeita ao domínio de outras agências políticas. Ao contrário, nas formas de ativismo dirigido, a autoridade e iniciativa vêm claramente do exterior e estão acima da coletividade mesma. (MOLYNEAUX, 2003, p, 228)

A forma organizativa dos grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” se enquadra no que a autora identificou como “formas associativas”, as quais se caracterizam por ser organizações independentes de mulheres, com seus objetivos específicos e autonomia institucional, decidem formar alianças com outras organizações políticas com as quais coincidem em uma série de temas. Essa forma organizativa é assim considerada porque preserva sua independência dentro de uma aliança de interesses, em palavras da autora: “*suas ações não estão dirigidas por um poder superior, já que as mulheres mantêm o controle de sua própria organização e estabelecem sua própria agenda*” (MOLYNEAUX, 2003, p, 231). Dita forma organizativa transcende o dilema “autonomia ou integração”, preservando sua autonomia e estabelecendo relações de cooperação com outras organizações.

A definição da estrutura organizativa dos grupos teve como base o modelo tradicional de funcionamento das organizações camponesas, cooperativas ou associações, que tem existido na região. Essa estrutura tem um formato de trabalho em equipe no qual se distribuem responsabilidades em cargos que são eleitos por votação anualmente: a presidente, que tem como função representar o grupo ante a comunidade, organizações e nas articulações das quais participem; a vice-presidente comparte com a presidente a função de representação do grupo; a secretária cumpre a função de organizar a documentação do grupo e da comunicação com outros agentes; a tesoureira tem a função de administrar os rendimentos econômicos do grupo; e a fiscal cumpre a função de procurar recursos econômicos de apoio para o grupo.

O grupo “*Sueños de Mujer*” não limita à faixa etária o critério para a aceitação de novas integrantes, assim, a partir dos doze anos as mulheres podem entrar ao grupo. Atualmente o grupo está integrado por dez mulheres, a mais nova conta com dezoito anos e a mais velha com setenta e sete anos. Todas têm filhos, oito são casadas, uma é separada e uma viúva. O grupo “*Aromas del Campo*” está integrado por nove mulheres entre os vinte e cinco anos e sessenta anos, todas são casadas e têm filhos.

Desde sua criação, os grupos formulam seus próprios objetivos, metas, projetos e formas de ação. Em 2005, receberam uma capacitação sobre formas de organização de grupos, ministrada pelo IMCA, na qual instruíram aos grupos na formulação de princípios organizativos típicos das organizações formais, como objetivos, missão e visão. Nessa atividade o grupo definiu como princípios orientadores do grupo: trabalhar pela soberania alimentar, melhorar a qualidade de vida das mulheres e da comunidade, o resgate das sementes crioulas e o cuidado do meio ambiente. O princípio de coletividade e horizontalidade orienta a tomada de decisões e a definição de projetos, as quais se realizam em assembléia por meio de votação. Por tanto, os grupos “*Sueños de Mujer*” e “*Aromas del Campo*” se caracterizam como organizações autônomas informais, com estrutura organizativa de tipo associativa.

A criação dos grupos de mulheres camponesas significa para suas integrantes o primeiro passo para a ação política. O desejo de ser parte ativa na reconstrução do movimento camponês foi uma das motivações de ordem política para empreender os processos

associativos de mulheres. Os grupos como espaços a partir do qual as mulheres organizam suas ações, são definidores das estratégias no relacionamento com outros agentes da região.

3.4.1. Integração ao movimento camponês

A existência dos grupos na zona rural de *Tuluá* foi fundamental no processo de recomposição do tecido social camponês. Os grupos participaram dos encontros, reuniões e assembléias do processo de articulação camponesa regional que conduziu no ano de 2005, à criação da *Coordinación Campesina del Valle del Cauca- CCVC*, que tem como objetivo articular as diversas propostas e projetos dos sindicatos, associações e grupos que a compõem, além de procurar mecanismos de interlocução com o Estado.

A estrutura organizativa da CCVC se compõe de uma Junta Diretiva, integrada por um representante de cada município, e de sete comissões de trabalho nos temas organizativo, comunicações, mulher rural e família, agroecologia e meio ambiente, educação e direitos humanos e finanças. Os objetivos de “*Sueños de Mujer*” e de “*Aromas del Campo*” nessa articulação se centram na participação das mulheres nos espaços de representação de dita articulação.

A experiência dos grupos com a CCVC é avaliada pelas mulheres como uma expansão do campo de ação política, desde o início dessa articulação as integrantes dos grupos tem assumido a coordenação da comissão do eixo de trabalho “*Mujer rural y familia*”, além de assumir cargos representativos nos outros eixos de trabalho como direitos humanos, educação e a secretaria *departamental*. A estratégia de ação dos grupos na CCVC tem consistido em estimular a criação de outros grupos de mulheres camponesas nas localidades próximas e em outros municípios do *departamento*. Para isso, elas ministram oficinas nas quais compartilham suas experiências organizativas, motivando as participantes a criar grupos de mulheres em suas *veredas*, no caso dos novos grupos elas realizam acompanhamento desses processos e os capacitam na elaboração dos produtos de higiene pessoal e produtos de uso medicinal com os quais elas desenvolvem seus projetos produtivos. O resultado disso, é que hoje na zona rural de *Tuluá* existem oito grupos de mulheres camponesas desenvolvendo diversas atividades produtivas e participando das articulações regionais como a CCVC e ASTRACAVA.

No ano de 2007, participaram do processo de construção do sindicato *Asociación Campesina del Valle del Cauca- ASTRACAVA*, cuja estrutura organizativa além de estar constituída por cargos de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, e fiscal, tem como a CCVC secretarias temáticas, dentro das quais está a secretaria de “*Mujer campesina y familia*”. A filiação a esse sindicato, no nível local, só é possível individualmente; a decisão dos grupos foi fazer a afiliação individual das integrantes à seccional de ASTRACAVA- Tuluá, de maneira que todas as integrantes dos grupos se encontram filiadas ao sindicato.

A participação em dita organização sindical colocou no cenário dos grupos o debate, referenciado por Molineaux (2003), entre autonomia e integração. Uma opção, ou sugestão, que se apresentava para os grupos consistia em se instituir como a secretaria de mulher do sindicato local, de modo que os grupos passariam de serem organizações associativas, a serem organizações dirigidas pelo sindicato, o que colocou em debate a autonomia dos grupos.

Essa ameaça à autonomia foi percebida a partir de uma rápida avaliação de risco, na qual observaram que no caso de integrar-se ao sindicato dessa forma, implicaria deixar os objetivos e agenda dos grupos sob a dependência das orientações do sindicato; o que implicaria na perda de uma característica que acompanha os grupos desde sua origem: a autonomia. O debate não durou muito tempo e não apresentou um campo de tensões expressivamente forte, pois dita opção apareceu na forma de uma sugestão implícita no momento da criação da organização sindical. Situação que deixou ver, como acontece tradicionalmente nas organizações formais mistas, a existência de receios com relação aos grupos autônomos.

A estratégia das mulheres foi conservar a autonomia dos grupos e participar do sindicato através do trabalho nas comissões temáticas, e dessa forma dinamizar a organização das mulheres camponesas da região. A demarcação da autonomia foi expressa por uma integrante do grupo “*Sueños de Mujer*”:

Tenemos que reconocer que somos una organización que trabajamos aquí en nuestra localidad, y si un día se acaba la CCVC o se acaba ASTRACAVA, el grupo no se va a acabar, esté o no esté el sindicato, nosotras sabemos que tenemos que seguir organizadas, no somos tan dependientes de la parte externa. (Entrevista coletiva, grupo “*Sueños de Mujer*” 09/03/2013)

Tais estratégias, como explicado por Molyneaux (2003), são estabelecidas nas organizações associativas sob o princípio de estabelecer relações de cooperação com aquelas organizações com as quais compartilham interesses. No entanto, a participação das mulheres nos cargos diretivos do sindicato tem sido um processo paulatino e não livre de tensões. A classificação de espaços em função do gênero se reproduz no cenário sindical, no qual ainda persiste o imaginário do homem como aquele que tem os atributos idôneos no campo da representação política. Os cargos de maior representação como presidente e vice-presidente continuam sendo ocupados principalmente por homens, sendo as secretarias de mulheres, de educação, juventude e direitos humanos os cargos atingidos pelas mulheres. Porém, é importante salientar que nos últimos anos a participação das mulheres aumentou, pois além de conquistar cargos de representação no sindicato local, tem tido avanços no cenário de representação no nível *departamental* atingindo uma maior visibilidade nos espaços de decisão.

Além disso, experiência de participação dos grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” na CCVC e em ASTRACAVA tem significado para os grupos a ampliação do cenário de ação e participação das mulheres no cenário nacional e internacional. No ano de 2012, duas integrantes do grupo “*Aromas del Campo*” foram eleitas delegadas para participar em Bogotá, na *Asamblea Nacional de Mujeres de FENSUAGRO- CUT* e do congresso anual de *FENSUAGRO-CUT*, a federação sindical agrária nacional na qual está filiada a ASTRACAVA. Nesse espaço se constitui o *Equipo Nacional de Mujeres de Fensuagro* no qual participam duas líderes do grupo “*Aromas del Campo*” com o objetivo de coordenar o trabalho organizativo das mulheres em diferentes regiões do país.

No mesmo ano, a presidente do grupo “*Sueños e Mujer*” foi eleita pela CCVC para representar as mulheres camponesas da região na *Asamblea Continental de Organizaciones del Campo- CLOC- La Via Campesina*, uma rede que articula o movimento camponês dos diferentes países da América Latina. Desse modo, as mulheres camponesas através dos grupos e suas articulações, têm conquistado espaços que possibilitam a visibilidade e reconhecimento da sua experiência organizativa e transcendendo dessa forma o plano local de sua ação.

Outro espaço no qual as mulheres têm exercido papéis de liderança é na *Junta de Acción Comunal- JAC*⁴⁷, uma figura de representação legal das comunidades que existe desde o ano de 1958, é eleita por votação popular a cada dois anos e tradicionalmente tem sido liderado por homens. A partir de 2008, as mulheres do grupo “*Aromas del Campo*” estão na direção da JAC do *corregimiento La Diadema*, sendo reeleitas no ano de 2010, e no ano de 2012; o qual não só da conta da capacidade de agência das mulheres desse grupo, mas do reconhecimento que têm atingido na comunidade que confia a elas a sua representação legal.

3.4.2. “*El Encuentro de Saberes y Sabores Campesinos*”.

Foto 9. Encuentro de Saberes y Sabores Campesinos. Monteloro- Tuluá- 2008

No processo de reconstrução do tecido social comunitário a realização da festa camponesa “*Encuentro de Saberes y Sabores Campesinos*” a partir do ano 2005, organizado e liderado pelas organizações camponesas da região principalmente pelos grupos de mulher “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” tem sido fundamental na criação de espaços de integração da população camponesa em torno ao resgate da cultura camponesa. Esse evento é definido como um espaço para o intercâmbio de saberes relacionados com a bandeira de a soberania

⁴⁷ Lembramos que a JAC é figura de representação legal da comunidade, criadas na Lei 19 de 1.958. As JAC são organizações civis que trabalham para garantir a participação cidadã nos assuntos de interesse comunitário. Servem como meio de interlocução com os governos nacional, departamental e municipal e procuram a criação de espaços de participação que ajudem no desenvolvimento de bairros, *corregimientos* e *veredas*.

alimentar, a defesa das sementes crioulas, a produção alimentar e as receitas tradicionais, contribuindo com a recuperação da cultura e da economia camponesa.

En este evento lo que nosotros tratamos es de recuperar la cultura campesina, las costumbres y las semillas. Porque desafortunadamente se han ido perdiendo estos espacios y entonces eso nos ha servido afortunadamente para recuperar cantidad de semillas que ya venían perdidas o que algunos campesinos las tenían y como de pronto no se tiene la cultura de compartir, iban desapareciendo en las fincas. Entonces nosotros mediante estos encuentros lo que hemos tratado es de recuperar las costumbres y sobre todo las semillas porque desafortunadamente a veces nos hemos acostumbrado a lo más fácil y por eso hemos ido perdiendo nuestra cultura de tener el maíz y asar las arepas; porque a veces por la facilidad y todo eso nos hemos acostumbrado a que lo más fácil lo vamos sirviendo o lo vamos comprando en la tienda (...) Es fundamental que todas las organizaciones sociales conozcan de este espacio, que se vinculen porque aquí van a ir conociendo muchas cosas de nuestra cultura como campesinas y campesinos⁴⁸.

O primeiro encontro foi realizado no ano de 2005, como uma atividade no nível local no *corregimiento* de *Monteloro*, com o apoio de ACOC. Nos anos seguintes se ampliou a participação de outras organizações camponesas do departamento, com o apoio da CCVC e de ASTRACAVA, convocando a comunidade camponesa organizada, grupos de mulheres, grupos de jovens, instituições educativas da zona, profissionais e técnicos agropecuários, estudantes das universidades e coletivos artísticos da região. Os primeiros cinco eventos “*Encuentro de Saberes y Sabores Campesinos*” foram realizados na zona rural do município de Tuluá, e a partir do sexto ano o evento é realizado por organizações camponesas de outros municípios.

As exposições dos produtos das organizações camponesas dão abertura ao evento, seguido de palestras sobre a recuperação de a soberania alimentar com líderes camponeses e profissionais convidados, os grupos artísticos realizam suas apresentações até chegar o momento central do evento que consiste no ritual do intercâmbio de sementes. Na troca de sementes participam principalmente as mulheres, elas organizam suas falas e compartilham com o público suas sementes, seus produtos, assim como as fórmulas, receitas e “segredos” para a transformação das plantas para uso alimentício e medicinal. A principal reivindicação do ritual alude a umam

⁴⁸ Trecho de entrevista a integrante do grupo “*Sueños de Mujer*” publicada na nota de imprensa da página da CCVC em Agosto de 2009. Fonte: Arquivo da CCVC disponibilizado à pesquisadora.

uma visão política das sementes “*as sementes não se vendem, se intercambian de campesino a campesino*” como uma reivindicação da lógica da cultura e da economia camponesa. O “*Encuentro de Saberes e Sabores campesinos*” transcorrem em um ambiente de comemoração, com música, dança e abundância de alimentos; é um evento que faz reivindicação da luta dos camponeses no que se ressaltam as bandeiras da soberania alimentar, da reforma agrária e a preservação do meio ambiente. O evento que começou com o caráter de campanha em prol do resgate e valorização dos saberes tradicionais camponeses, foi se transformando em um evento comunitário com um alto conteúdo simbólico, cultural e político atingindo população rural e urbana da região do sul oeste colombiano.

Nas narrativas dos grupos “*Sueños de Mujer*” e “*Aromas del Campo*”, as mulheres mostraram sentir muito orgulho de ser as principais organizadoras do evento, o que é visto por elas como um indicador do fortalecimento do grupo e de sua capacidade de ação comunitária. Desse modo, elas valorizam a ação dos grupos integrada com as organizações camponesas da região, com as quais compartilham interesses e reivindicações.

3.4.3. As relações com outros agentes

Outros agentes com os quais os grupos de mulheres interagem são: os órgãos governamentais como a CVC (*Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca*), SEDAMA (*Secretaría de Agricultura y Medio Ambiente*) e o SENA (*Sistema Nacional de Aprendizaje*), com os quais os grupos têm criado diferentes mecanismos de interação estratégica. Geralmente estas entidades são vistas como órgãos com interesses exógenos às comunidades camponesas, pois é por meio de ditas entidades que elas recebem as propostas de desenvolvimento rural convencional, baseado no uso de sementes modificadas e de produtos químicos tanto para a agricultura, como para a transformação dos alimentos. É comum encontrar na narrativa dos grupos expressões de sentimentos de desconfiança:

No vamos a negar que la SEDAMA nos han mandado personas y capacitaciones, pero ¿porque nos la han mandado? Porque ya nos han encontrado a nosotras organizadas como grupo y es algo que ellos encuentran como un apoyo: allí hay un grupo de mujeres en *San Marcos de Monteloro*, vamos para allá y sacamos rapidito nuestro proyecto, porque lo que a ellos no es la capacitación, lo que les interesa es recoger las firmas de asistencia y listo. Entonces nosotros hemos sabido tomar, lo que no nos sirve lo abandonamos y lo que nos sirve lo vamos complementando. (Entrevista coletiva, Grupo “*Sueños de Mujer*” 09/03/2013)

Nesse depoimento, se expressa à opinião que em geral tem as organizações camponesas com relação aos órgãos governamentais, os quais são percebidos como entidades que não tem um compromisso real com as comunidades camponesas. Daí que exista a prevenção dos grupos de se sentir “instrumentalizados” por ditas entidades, cujos projetos e mediadores são vistos pelas comunidades como cumpridores de procedimentos burocráticos.

Diferentes estratégias têm criado os grupos na relação com esses órgãos. O grupo “*Aromas del Campo*” se orienta à formulação dos projetos que necessitam como grupo, e os apresenta ante esses órgãos governamentais. Desse modo, o grupo incide na decisão das temáticas das capacitações de forma que respondam aos interesses do grupo, logrando assim capacitações sobre plantas medicinais e transformação de plantas e hortaliças. Assim, a autonomia do grupo é demarcada através de uma interação estratégica com os órgãos governamentais.

Por sua vez, o grupo “*Sueños de Mujer*” decide manter uma relação distante com as entidades do Estado, assim foi expresso na entrevista coletiva: “*Nosotras no hemos sido de estar esperando proyectos del municipio, nosotras nos hemos sostenido a nosotras mismas con el grupo*”. A autonomia do grupo é aqui demarcada a partir de uma estratégia de autosubsistência do grupo, evitando a interação com as instituições.

Uma estratégia que os grupos praticam em comum consiste em participar das capacitações e oficinas oferecidas pelos órgãos governamentais, mas se trata de uma participação que opera sob o princípio, em palavras delas: “*aprovechar lo que se pueda aprovechar y rechazar lo que vemos que no va con nuestros intereses*”(Entrevista integrante do grupo “*Aromas del campo*”13/02/2013). Um exemplo de dita estratégia foi narrada por uma integrante do grupo “*Sueños de Mujer*”:

Todo proyecto trae su capacitación, pero traen son conceptos técnicos convencionales y nosotros como campesinos sabernos que eso siempre se cambia (...) nos enseñaron a hacer un chorizo⁴⁹ a base de puros químicos, ya después nosotras nos atrevimos a “voltear” esa fórmula, que ya no le echamos los químicos que lleva hacer un chorizo sino que los temperamos a base de puras plantas. (Entrevista coletiva “*Sueños de Mujer*” 09/03/2013).

⁴⁹ “Chorizo” é uma carne embutida, traduzido ao português é lingüiça ou calabresa.

Com esse proceder, as mulheres trocam as técnicas de outras capacitações e oficinas das quais participam, estabelecendo um diálogo entre os conceitos técnicos convencionais e os saberes locais e criando dessa forma novas fórmulas e receitas.

Outros agentes com os quais os grupos têm relação é o *IMCA* e a *ESCUELA AGROECOLÓGICA*, o primeiro é uma organização social dos jesuítas que oferece acompanhamentos específicos aos grupos. A segunda é um processo organizativo camponês criado com apoio da corporação “*Surcos Comunitarios*”. Com ditas organizações os grupos compartilham alguns interesses, principalmente pela perspectiva agroecológica que dinamizam ditos agentes na região. A interação dos grupos se expressa em um diálogo permanente, do qual elas recebem como benefício a oferta de programas e capacitações coerentes com a perspectiva da soberania alimentar e as práticas agroecológicas.

3.4.4. Os grupos de mulheres camponesas no contexto do conflito armado

As preocupações que surgem ao redor do impacto do conflito armado movimentam as mulheres em torno a bandeiras que reivindicam a paz e a solução do conflito armado por vias não militaristas. A exposição à violência dos atores armados é um fator de motivação das mulheres para se articular ao movimento camponês, participando de marchas, passeatas, encontros, assembléias exigindo a desmilitarização do território e o respeito aos direitos humanos dos camponeses.

O temor a uma nova onda de violência paramilitar, o risco de ficar no meio do fogo cruzado durante os enfrentamentos militares entre o exército oficial e os grupos armados irregulares, a exposição das mulheres à violência sexual por parte dos grupos armados e o serviço militar obrigatório para os jovens são as preocupações que experimentam as mulheres no contexto do conflito armado. A exposição das mulheres à violência parece ter mais relação com o fato de serem mulheres mais que por suas atividades políticas e comunitárias. As ameaças que as organizações camponesas têm recebido são dirigidas principalmente aos homens e as organizações mistas, *ASTRACA* e *CCVC*, enquanto as denúncias feitas pelas mulheres camponesas se relacionam com experiências de assédio sexual por parte dos soldados do exército que entram nas suas casas sem autorização.

A convivência com os grupos armados se dá através de uma estratégia de mínima interação com os diferentes atores, no caso de existir simpatia ideológica com algum grupo, ela é de forma clandestina sem chegar nunca a ser expressa publicamente. Dita estratégia de mínima interação faz parte de uma ordem social existente no campo, interagir publicamente com um grupo pode gerar conseqüências sobre a população camponesa, devido aos assinalamentos políticos e retaliações que isso poderia ocasionar entre os grupos armados.

A principal preocupação das mulheres está relacionada com o futuro dos jovens camponeses. Por um lado, as jovens camponesas em ocasiões estabelecem relações de namoro com membros dos grupos armados; e os jovens camponeses com frequência são levados a prestar o serviço militar obrigatório, o qual é uma forma de vincular às famílias camponesas à guerra. O risco em geral, é que os jovens homens e mulheres, estejam tentados a se unir a algum grupo armado, ou que optem por abandonar o campo em procura de melhores opções.

Frente a essa situação, as mulheres buscam envolver os jovens nas atividades comunitárias e nos projetos produtivos, como expressaram as mulheres de *“Sueños de Mujer”*: *“La meta nuestra es tener una empresa sólida donde nosotras producimos y comercializamos nuestros productos, donde puedan trabajar nuestros hijos y no tengamos que ir a trabajar para otros”*. Desse modo, as mulheres orientam seus projetos produtivos como uma forma de resistir ao militarismo como opção de vida para os camponeses.

3.5. Sair de casa... Mas, sem descuidar dos filhos

“Sair da casa” constitui a primeira luta que as mulheres camponesas têm que dar no seu processo de construção como ator social. Existe um campo de tensões no cotidiano das mulheres, resultante da tradicional ordem familiar camponesa caracterizada por relações de dominação masculina (BOURDIEU, 1989) expressadas na dependência econômica das mulheres, nas restrições de sua mobilidade geográfica e no controle por parte dos chefes de família do mundo social das mulheres; tensões com as quais as mulheres têm que se defrontar cotidianamente e que determinam os graus de envolvimento das mulheres nos processos organizativos femininos.

Na experiência das mulheres dos grupos de mulheres camponesas “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” o processo de engajamento ao grupo tem estado condicionado a uma série de negociações e acordos com os esposos. De forma que, o primeiro obstáculo para a autonomia das mulheres se apresenta no âmbito da família, desde proibições de participar em reuniões, falta de apoio familiar, ameaças até diferentes formas de violência tem tido que ser afrontadas pelas mulheres.

Para participar nos grupos, as mulheres tem tido que percorrer um caminho de provas e demonstrações orientadas a demonstrar a legitimidade de sua ausência no lar e sua presença em processos associativos e comunitários. Porém, é importante salientar que esse tipo de situações não se apresenta de forma homogênea, as tensões se expressam em diferentes formas e graus, mesmo quando essas parecem não existir.

Na experiência de uma liderança do grupo “*Aromas del Campo*”, quem participava de processos comunitários desde muito jovem em companhia de seu pai, um líder sindical agrário da região, teve que interromper sua participação em processos organizativos no momento iniciar sua vida conjugal, para voltar a sair de casa teve que :

Cuando no yo me vine a vivir con mi esposo, entonces yo no salía a ninguna parte porque él era el que iba a las reuniones de Junta de Acción Comunal, él era el que pertenecía al Comité de Usuarios de Acueductos, y entonces yo solamente cocinaba, lavaba , cuidaba las matas cuidaba las niñas. Cuando surgió lo del grupo entonces yo recuerdo que me dijeron: la invito a una reunión, yo fui a la reunión y vine y le conté a mi esposo, y entonces él se quedo mirando y dijo, pues eso es bueno pero no vaya a descuidar las niñas, y yo le dije: es que yo a las niñas no las voy a descuidar, yo me las puedo llevar a las reuniones. (Entrevista a integrante do grupo “*Aromas do Campo*” 15/02/2013)

Nesse relato, vemos como o conjunto de significados construídos na ordem social de gênero intervém no processo de agenciamento das mulheres. Para sair de casa, segundo os relatos narrados pelas mulheres, todas as integrantes do grupo tiveram que consultar com seus esposos, de cuja aprovação dependia a possibilidade de participação das mulheres na criação dos grupos. Situação que não se apresenta no sentido inverso, pois tudo o relacionado com o mundo por fora do lar (o público) é considerado como o espaço legítimo dos homens,

enquanto a saída de casa para as mulheres carece de legitimidade, a qual terá que ser conquistada.

Muitos casos existem na região, nos quais as mulheres estão confinadas nas casas sob coercitivas relações de dominação que não lhes permite habitar outro lugar diferente ao lar, vivem com poucas possibilidades de comunicação e interação com a vizinhança e a vida comunitária. Em outros casos, quando o chefe de lar concorda com que as mulheres participem de processos fora de casa. A condição interposta pelos esposos é não descuidar seus deveres como mãe e esposas, o que as mulheres têm que estar respeitando constantemente.

Nos relatos das mulheres, é persistente a diferenciação que elas fazem dos homens que participam de processos organizativos e dos homens que não tem interesse nos processos comunitários. Em dita diferenciação, os primeiros parecem ser mais flexíveis e expressam maior disposição para apoiar os processos organizativos das mulheres; enquanto que os segundos são tipicamente os que proíbem e obstaculizam a participação das mulheres. De todos os modos, o homem continua exercendo a figura de autoridade que controla o mundo social das mulheres seja para impedir a saída de casa das mulheres, ou, seja para condicioná-la. Daí que elas tenham que criar diversas estratégias para poder participar das atividades, na maioria dos casos levando os filhos com elas às reuniões, em outros casos, deixando-os baixo o cuidado de um parente ou amigo.

Uma vez que as mulheres conseguem sair de casa para criar os grupos, têm que demonstrar a legitimidade do que está sendo feito por fora do lar. De modo que a geração de renda nos projetos produtivos constitui uma forma de justificar sua ausência no lar e assim poder dar continuidade a seus processos organizativos, como podemos observar no seguinte depoimento:

Es importante tener posibilidades de ayudar económicamente en la casa, pero también para demostrarles a los esposos y a los papás de que no estábamos perdiendo el tiempo, porque muchas veces se nos presentaron problemas con eso, de mujeres que decían: ay no, es que mi esposo no me dejó venir porque yo tenía que hacer la comida y que eso del grupo es pura perdedera de tiempo: ¿Usted qué gana con irse por allá? ¿Aparte del repollo y la zanahoria que se come, que más gana? (Entrevista integrante do grupo “*Aromas del campo*” 13/02/2013)

Não é suficiente sair de casa, as mulheres têm que negociar constantemente com as relações de poder no âmbito familiar, segundo os relatos, as mulheres não pode exercer as atividades comunitárias com tranquilidade. Existe o caso de uma integrante do grupo “*Aromas del Campo*” que no ano 2010 foi eleita em assembléia como secretaria da JAC, cargo que rejeitou na reunião seguinte por causa da desaprovação do marido. Outros casos que freqüentemente se apresentam, é de mulheres que depois de ter tido uma trajetória de participação em atividades organizativas e comunitárias, desistem do grupo no momento de iniciar vida conjugal pela razão de que os esposos exercem pressão sobre as mulheres por médio de um conflito no qual ela deverá escolher entre o grupo e o matrimônio.

Não obstante, é importante ressaltar que as mulheres desenvolvem múltiplas estratégias para enfrentar o conflito entre o público e o doméstico. O diálogo e a negociação, as demonstrações de confiança e a continuidade de suas tarefas domésticas têm sido fatores fundamentais para desenvolver sua capacidade de agência. As mulheres agem sobre o conflito em procura de encontrar compatibilidade entre o projeto familiar e o projeto de autonomia pessoal.

Nesse caminho, algumas são perceptíveis mudanças nas escolhas que fazem as mulheres para enfrentar esse tipo de tensões do sistema de poder tradicional na família camponesa. Um exemplo disso pode ser observado na experiência de Nancy, integrante do grupo “*Sueños de Mujer*”, com 24 anos de idade e mãe de dois filhos, quem depois de ter uma trajetória de liderança em atividades comunitárias interrompeu seu ativismo no momento de iniciar vida conjugal. Tempo depois, no momento que ela quis retomar as reuniões do grupo, teve que enfrentar uma serie de conflitos com seu esposo, assim foi relatado por ela:

Cada vez que yo iba a una reunión, al volver a la casa tenía que enfrentar un problema, no me dirigía una palabra durante un tiempo y vivir así es muy incómodo. Yo soporté mucho tiempo, hablándole claramente las cosas a ver si él cambiaba esa visión que tenía, pero no. Entonces a lo último le dije: cuando yo me conocí con usted yo ya hacía parte de este proceso y si usted no quiere cambiar, yo no voy a dejar de ser lo que yo soy por ser lo que usted quiere que yo sea. Eso le dije el día que tomé la decisión de dejar las cosas hasta ahí. Fueron casi dos años en los que me estaba aislando de los procesos sociales. (Entrevista coletiva grupo “*Sueños de Mujer*”09/03/2013).

O que mostra a experiência de Nancy, na sua escolha pelo grupo e não pelo matrimônio, é um exemplo das mudanças que vão acontecendo nas relações de gênero na estrutura familiar

camponesa. Segundo ela, a consciência que tem como mulher foi construída na experiência com o grupo, o qual lhe permitiu eleger por sua autonomia, pelo grupo e por seu estilo de vida como liderança social; desafiando dessa forma as representações sociais da mulher que naturalizam a dominação masculina na ordem familiar camponesa e que as tem marginado da esfera pública.

Entretanto, a persistência de suposições que entendem a vida social das mulheres dividida nas esferas pública e doméstica está presente nas fronteiras de ação dos grupos. A violência sexual e o incesto, que perduram no âmbito da privacidade de várias famílias camponesas, vistos pelas mulheres dos grupos como um problema que precisa de solução, extrapolam a capacidade de ação dos grupos. A ausência de apoio das mulheres e das famílias para visibilizar o problema, somado à falta de mecanismos jurídicos viáveis e concretos, contribuem a que esse tipo de problemas continue sendo considerados como um assunto de intimidade familiar, cujo conhecimento não deve sair à esfera pública. Por enquanto, os dramas vividos pelas mulheres que vivem essa situação de violência sexual passam a configurar os temas ocultos da vida privada dos grupos de mulheres.

Apesar das múltiplas barreiras que as mulheres experimentam no caminho de conquistar a autonomia - tanto nas relações de poder com as instituições do Estado, como nas limitações para a representatividade política das mulheres no movimento camponês, e a necessidade de reconhecimento social do papel que as mulheres desempenham no modo de vida camponês - as mulheres resistem e enfrentam com diferentes estratégias um conjunto de tensões de ordem política, econômica, social e simbólica.

A persistência no território, dos grupos de mulheres “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” durante mais de uma década, em um contexto adverso marcado pela pobreza rural e a violência do conflito armado, em meio do qual os grupos se construíram como atores sociais no cenário da reconstrução do campesinato, constitui uma vitória nas experiências individuais e coletivas dos grupos na luta pela autonomia das mulheres. De modo que hoje não é mais possível desconhecer às mulheres camponesas como uma força política ativa na resistência camponesa.

Considerações Finais.

Realizei esta pesquisa inspirada por uma preocupação pessoal, proveniente de minha experiência como voluntária na equipe técnica da *Coordinación Campesina del Valle del Cauca* (CCVC) entre os anos 2008 e 2011. Durante esse tempo pude observar que na zona rural dos onze municípios que se congregam na CCVC, estavam-se dinamizando processos de organização de mulheres camponesas, até o ano 2012 existiam vinte oito grupos de mulheres camponesas. Tratava-se de grupos pequenos que não excediam de quinze integrantes, dedicados à criação e desenvolvimento de projetos produtivos baseados em práticas produtivas agroecológicas e alçando a bandeira da Soberania Alimentar, agindo nas suas pequenas localidades rurais, mas em permanente comunicação entre si. Esses grupos, que não eram conhecidos na cidade, expandiam suas ações articulando-se com os processos de organização sindical camponesa (ASTRACA), nos processos de construção de redes regionais de organizações populares urbanas e rurais (PUPSOC), nas iniciativas de articulação nacional de mulheres camponesas (FENSUAGRO) e, em 2010 participando da IV Assembléia Continental de Mulheres do Campo da CLOC- Via Campesina. Porém, ao mesmo tempo observei um quadro de múltiplas invisibilidades que limitavam o engajamento político das mulheres camponesas: a invisibilidade e desatenção por parte do Estado no que diz respeito às necessidades e propostas das mulheres camponesas; a pouca representatividade das mulheres nas estruturas organizacionais do movimento camponês e as dificuldades por elas enfrentadas no contexto familiar para saírem de casa e tomar parte nos processos comunitários.

Apesar das evidências práticas do potencial dessas mulheres como agentes transformadores, um conjunto de tensões de ordem econômica, política e social apareciam como barreiras que impediam sua visibilidade. Foi necessário apreender o contexto e o cotidiano dessas mulheres e suas múltiplas relações, para assim compreender o conjunto de tramas que as mulheres tinham que enfrentar em seu caminho de construção como atores sociais, focando nos grupos pioneiros de ditos processos: o grupo de mulheres “*Aromas del Campo*” e o grupo “*Sueños de Mujer*”.

Nesse caminho, a reconstrução das experiências coletivas dos grupos foi possível sob a ótica da perspectiva da “experiência” de E.P. Thompson (1981) que sugere entender os processos

de ação dos sujeitos a partir da observação das práticas cotidianas, das motivações, do conjunto de símbolos e significados que, no caso específico desta pesquisa, envolviam os processos de organização dos grupos de mulheres camponesas. Assim, a reconstrução das experiências coletivas dos grupos evidenciou que a busca pela autonomia está no centro das motivações e necessidades das mulheres dos grupos, e que a luta por atingir essa autonomia se desenvolve em um contexto cheio de constrangimentos no âmbito econômico, político e sociocultural frente aos quais as mulheres criam diversas estratégias de resistência.

Por tanto, foi preciso indagar sobre as tensões existentes em um contexto mais amplo para compreender o quê impunha às experiências das mulheres. Por um lado, o percurso histórico das políticas públicas orientadas às mulheres camponesas mostra grandes avanços no plano do formal, mas em geral terminam não atendendo às necessidades específicas que elas vivem em seu cotidiano. As conquistas obtidas em termos de reconhecimento formal na legislação agrária, centradas em um enfoque produtivista, não se traduzem em mudanças substantivas que superem as desigualdades de gênero devido por razões de ordem estrutural e cultural. Os principais obstáculos para as mulheres acederem aos benefícios promulgados nas políticas públicas e leis são, por um lado o tratamento marginal que os governos dão para elas sendo que em muitas ocasiões a falta de implementação das leis impede que as mesmas sejam consideradas uma opção concreta para as mulheres camponesas. Por outro lado, a persistente visão patriarcal nos mediadores institucionais obstaculiza o acesso das mulheres ao cumprimento legal de seus direitos.

Desse modo, a retórica das políticas públicas e a realidade concreta das mulheres camponesas configuram um campo de tensão de ordem estrutural, no qual os interesses do Estado se opõem aos interesses e necessidades das mulheres do que resulta uma relação fraturada, caracterizada pela desconfiança, apatia e ferida pela desatenção do Estado. Dita tensão coloca em questão não só a forma em que são construídas as políticas, senão que questiona o alcance do reconhecimento legal das mulheres na mudança real das condições das mulheres camponesas.

A construção de uma política de Estado realmente comprometida com as mulheres camponesas exige mudanças estruturais que discutam não só o papel do rural no desenvolvimento, senão as causas estruturais das desigualdades de gênero no campo de forma contextualizada. Outras metodologias são necessárias para a criação de diagnósticos que

permitam enxergar de maneira integral as condições de vida das mulheres camponesas nas particularidades de suas localidades, superando as quantificações centradas no econômico e produtivo. Para isso, uma atuação comprometida dos governos regionais e locais com as comunidades camponesas é urgente para integrar as pautas das organizações de mulheres, e organizações mistas, nos planos de desenvolvimento regionais, como o objetivo de fortalecer o tecido social comunitário e a reparar a relação do Estado com as comunidades camponesas.

As condições sociopolíticas e econômicas específicas da região de estudo configuram outro campo de constrangimentos para as mulheres camponesas. Na zona rural de *Tuluá*, a marginalização da economia camponesa, somada aos impactos da violência do conflito armado sobre as famílias do campo, constitui o território camponês em um espaço de disputa e um cenário de guerra. Os camponeses habitam seus territórios em meio ao contexto hostil da guerra, com um histórico recente marcado por uma onda de violência paramilitar que destruiu corpos, lares e comunidades inteiras. A reconstrução do contexto sócio-histórico regional foi fundamental para compreender o contexto adverso que envolve a vida do campesinato *vallecaucano*, nos quais se entrecruzam o conflito agrário e o conflito armado, colocando aos camponeses o desafio de resistir no território para garantir sua reprodução social.

Portanto, ficar no território, construir projetos de vida e reconstruir laços comunitários, além de representar estratégias de subsistência se configura como práticas de resistência em defesa de um território em permanente ameaça, em coerência com o apontado por Van der Ploeg (2008) e SCOTT (2000) que entendem que a busca pela autonomia dos camponeses, de modo a garantir sua subsistência, se expressa em múltiplas formas de resistência. Desse modo, a autonomia e a resistência são conceitos relacionais, pois a construção da autonomia não se dá sem constrangimentos razão pela qual ela se configura como práticas de resistência.

É nesse contexto de tensões que se impõe à vida no campo, no desafio da reconstrução do tecido social, que os grupos de mulheres camponesas “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” entraram em cena, resistindo à uma crise alimentar, criando hortas para preservar as sementes e construir a soberania alimentar, mobilizadas não só na busca da autosubsistência,

mas pela resistência às múltiplas formas de violência que envolve a vida das mulheres no campo.

A reconstrução dos caminhos percorridos pelos grupos de mulheres permitiu identificar uma etapa inicial com um conjunto de expectativas e motivações das mulheres para a criação dos grupos. Expressadas em formas de motivações de ordem econômica, política e social, essas expectativas refletem as necessidades que as mulheres camponesas experimentam como resultado de um conjunto de relações de poder que se expressa em múltiplas formas de violência: a dependência econômica das mulheres e a exclusão dos projetos produtivos voltados ao mercado; a exclusão das mulheres nos espaços de representação política do campesinato; e a desvalorização cultural das mulheres camponesas que atribui a elas funções exclusivamente domésticas e culturalmente desvalorizadas.

Daí que a luta pela autonomia se expressasse como a chave da mobilização dos grupos, no âmbito do econômico, do político e do social. A questão da autonomia das mulheres implica questionar assuntos como a participação, o reconhecimento e a representatividade das mulheres nos processos de organização comunitária, os quais são vividos por elas como um campo de tensões de ordem política, econômica, social e simbólica.

Para as mulheres camponesas dos grupos pesquisados a luta pela conquista da autonomia se expressa em práticas de resistência, tanto na esfera doméstica como na esfera pública, e a soberania alimentar se configura como um ponto de intersecção entre ambas esferas. As práticas de soberania alimentar se constituem em um elemento que dinamiza a inter-relação entre as atividades desempenhadas tradicionalmente nos lugares atribuídos às mulheres e a esfera pública, onde se define a política. O resgate das sementes nativas e a projeção produtiva com perspectivas agroecológicas têm sido chaves para o enfrentamento à crise alimentar, para a reconstrução produtiva das famílias e para a reconstrução do tecido social camponês, como estratégia de luta pela permanência no território. Desse modo, as atividades desempenhadas pelas mulheres a partir da horta, antigamente desvalorizadas, ganham hoje reconhecimento como parte de uma luta política coletiva, configurando uma mudança de significados que politizam as atividades do cotidiano das mulheres camponesas.

Nesse sentido, a horta ganha um lugar central na luta pela autonomia e a resistência das mulheres camponesas, adquirindo outro significado simbólico e político. A horta é o espaço

onde se exerce uma luta de significados que possibilita avançar no reconhecimento e na visibilidade da dimensão econômica, política e social do trabalho desempenhado tradicionalmente pelas mulheres camponesas na reprodução social do campesinato. Para as mulheres dos grupos, já não é mais o lugar que as marginaliza do mundo social, ao contrário, as articula com a vida comunitária e representa o cenário de luta pela autonomia e de múltiplas formas de resistência.

Dessa forma os grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” podem ser entendidos como agentes do desenvolvimento, como embriões de novos modelos de desenvolvimento com outras noções de mercado, com outras formas de produção agrícola e que, além, desafiam a ordem de gênero que reproduz as desigualdades nas relações entre homens e mulheres no campo.

No âmbito político, a luta pela autonomia das mulheres, articulada à luta pela autonomia do campesinato, questiona um conjunto de valores que tem sido constitutivos da ordem de gênero que classifica e atribui espaços diferenciados a homens e mulheres dentro do modo de vida camponês. Assuntos como a participação, o reconhecimento e a representatividade das mulheres nos processos de organização comunitária se descobrem como um campo de tensões na ordem política. A resposta dos grupos, como prática de resistência, é conservar a autonomia organizativa de seus grupos e conquistar espaços de representatividade nas diferentes articulações nas quais participam, exercendo uma luta de significados que reflete diretamente na valorização do papel político das mulheres na resistência camponesa.

No âmbito sociocultural, o “sair de casa” constitui a primeira luta que as mulheres camponesas têm que travar no seu processo de construção como ator social. Existe um campo de obstáculos e tensões no cotidiano das mulheres, resultante da tradicional ordem familiar camponesa caracterizada, por sua vez, por relações de dominação masculina (BOURDIEU, 1989), as quais se expressam na dependência econômica das mulheres, nas restrições de sua mobilidade geográfica e no controle por parte dos chefes de família do mundo social das mulheres. Essas são tensões com as quais as mulheres têm que se defrontar cotidianamente e que determinam os graus de envolvimento das mulheres nos processos organizativos femininos.

Diante desse quadro, as mulheres dos grupos desenvolvem múltiplas estratégias para enfrentar o conflito entre o público e o doméstico. O diálogo e a negociação, as demonstrações de confiança e a continuidade de suas tarefas domésticas têm sido fatores fundamentais para desenvolver sua capacidade de agência. As mulheres dos grupos agem sobre o conflito na busca por encontrar compatibilidade entre o projeto familiar e o projeto de autonomia pessoal. Porém, cabe ressaltar que esse tipo de experiência é vivenciado por mulheres que atualmente integram os grupos, sendo que em muitas ocasiões, em virtude dessas tensões, as integrantes dos grupos desistem de sua atuação nos processos organizativos.

A experiência de Nancy, além de mostrar um caso particular de mudança na escolha que fazem as mulheres para enfrentar as tensões no sistema de poder tradicional na família camponesa, demonstra para as outras mulheres que outras formas são possíveis, desafiando as representações sociais da mulher que naturalizam a dominação masculina na ordem familiar camponesa e que as tem marginalizado da esfera pública.

No processo de construção do camponês como ator social, a luta pela autonomia e as práticas de resistência se desdobram em práticas concretas com diferenciais de gênero na dimensão econômica, política e social. A persistência de suposições que entendem a vida social das mulheres dividida entre as esferas pública e doméstica está presente nos limites de ação dos grupos, por essa razão a luta pela conquista da autonomia para as mulheres camponesas implica afrontar um campo de constrangimentos tanto na esfera do doméstico como na esfera do público,

Com certeza, as conclusões aqui expostas ainda não respondem a todas as questões que a pesquisa levanta, mas é um convite para continuar a reflexão sobre as experiências e dinâmicas dos processos de organização de mulheres camponesas que nos últimos anos vem aumentando na América Latina. O fato de se tratar de grupos de mulheres pequenos e locais coloca o debate nas perspectivas analíticas e metodológicas para o estudo dessas formas de mobilização social, nos quais as estratégias de fortalecimento organizativo para o desenvolvimento de suas metas não se mede na quantidade de membros, senão na capacidade de construir agendas conjuntas entre os outros pequenos grupos de mulheres camponesas das localidades. Assim, chama a atenção analisar os processos e estratégias que desenvolvem

esses grupos na construção de agendas coletivas, pois o tamanho dos grupos deixa de ser um elemento de mediação para a capacidade de ação dos grupos.

O processo de construção de agendas coletivas desses grupos locais nos leva a repensar as relações do global/local, do moderno/tradicional e do urbano/rural. O fato dos grupos “*Aromas del Campo*” e “*Sueños de Mujer*” participarem da construção de agendas das mulheres camponesas da CLOC e da Via Campesina, nas quais a Soberania alimentar aparece como um elemento aglutinador das mulheres, levanta a necessidade de estudar os processos de construção de agendas transnacionais das mulheres camponesas na América Latina.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ASOCIACIÓN PARA LA INVESTIGACIÓN Y ACCIÓN SOCIAL NOMADESC. **Privatización y derechos humanos, recursos naturales y empresas trasnacionales, sector eléctrico sur occidente colombiano. Campaña Prohibido olvidar**, 2003. Disponível em: <http://omal.info/IMG/pdf/informe_final_epsa.pdf>. Acesso em: 13 de maio.2013.

ASTRACA, SUBDIRECTIVA TULUÁ. **Memoria y Dignidad Campesina contra el desarraigo**. [S.l.], 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bTDONECense> Acesso em: 16 out. 2013.

BERMUDEZ, I. C. La caña de azúcar en el Valle del Cauca. **Revista Credencial Historia**, Bogotá. pp.8 – 11. v.92, 1997.

BOLUFER, M.; MORANT, I. Identidades vividas, identidades atribuídas. In: Pérez- fuentes Hernández, P. (ed.). **Entre dos orillas “las mujeres en la historia de España y América Latina”**. Barcelona: Icara editorial,2012.

BOSETTI, C. J. Movimento das Mulheres Camponesas: Identidade, Inclusão e projeto político. III SEMINÁRIO NACIONAL E I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianopolis: UFSC. 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUNO, R. et. al. Razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos. In: NEVES, D.; MEDEIROS, L, (Org). **Mulheres Camponesas, Trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói, Brasil: Alternativa, 2013.

Centro de Memoria Histórica. **Basta Ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad**. Informe nacional del Centro de Memoria Histórica. 2013. <http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/>

CHIAPPE, M. **Mujeres rurales en la agricultura familiar de cinco países de América Latina**. Montevideo: Asociación latinoamericana de organizaciones de producción, 2005.

DEERE, C.; LEÓN, M. La brecha de género en la propiedad de la tierra en América Latina. Estudios Sociológicos, México D. F. v. 13, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=59806803>> Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. **Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina**. Bogotá: Univesidad Nacional de Colombia. TM Editores, 2000.

DE GODOY, O. Entrevista: uma prática discursiva. In: Spink, M. J. K. (Org.), **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, p. 193-214, 2000.

DIAZ, S. D. I. Situación de la mujer rural colombiana. Perspectiva de género. Cuadernos de Justicia y Paz, No.9. Bogotá: ILSA - Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un derecho Alternativos, 2002. Disponível em: < <http://ilsa.org.co:81/node/170> >. Acesso em: 25 Oct. 2012.

FAJARDO, D. **La tierra y el poder político; la reforma agraria y la reforma rural en Colombia**. Bogotá, 2001. Disponível em:

<<http://www.fao.org/docrep/004/Y3568T/y3568t02.htm>> Acesso em: 16 out. 2013.

FERRANTE, V. L. B.; ARO, T. D. Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo. In: _____.; WHITAKER, D. C. A. Reforma agrária e desenvolvimento. **Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. São Paulo: Nead Especial, 2008.

_____. Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação. In: NEVES, P.; MEDEIROS, L. (Org.). **Mulheres Camponesas**, Trabalho produtivo e engajamento político. Niterói: Alternativa, 2013.

_____. **Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas rurais**. Revista Perspectivas, São Paulo, v.40. p.15-39. 2011.

FLICK, U. **Introducción a la investigación cualitativa**. Madrid: Morata, Coruña: Fundación Padeia Galiza, 2004.

FRASER, N. **Justicia Interrupta. Reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1997.

GALINDO, J. **Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación**. Madrid: Prentice-Hall, 1999.

GIARRACCA, N. **Estudios Rurales. Teorías, problemas y estrategias metodológicas**. Buenos Aires: Editorial La colmena, 1999.

GONZALEZ, S.; SALLES, V. **Relaciones de género y Transformaciones Agrarias**. México D.F.: Editorial Colegio de México, 1995.

GONZALEZ, A. L. Crónica de una vergüenza: el papel de las autoridades civiles y militares durante la llegada de los paramilitares (AUC) al Valle del Cauca (Julio-Agosto de 1999). **Revista Sociedad y Economía**, Cali, Colômbia. p. 125-140. n. 23, 2012.

HALLWACH, M. Memoria Colectiva. Memoria Histórica. **Revista Española de Estudios sociológicos**, Paris, p. 209-219, n.69, 1995. file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-MemoriaColectivaYMemoriaHistorica-758929.pdf

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (Org.). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres Desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LEÓN, M. **Debates sobre la mujer en América Latina y el Caribe, tomo II: Las trabajadoras del agro**. Bogotá: Ed. ACEP, 1982.

MACHADO, A. **La cuestión agraria en Colombia a fines del milenio**. Bogotá: El Áncora Editores, 1998.

MACHADO, A. **El Despojo de tierras y territorios. Aproximación conceptual. Grupo de Memoria Histórica de la CNRR**. Editorial Kimpres Ltda. Bogotá, D.C. Septiembre, 2009. Disponível em: www.memoriahistorica-cnrr.org.co e www.cnrr.org.co

MARIN, I. Resistencias desde la huerta. Movilizaciones de mujeres en el suroccidente colombiano. **Revista La manzana de la discordia**, Cali, Colombia, v. 8, n.2, p. 89-107, ju.-dec., 2013.

MARQUEZ, P. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. Revista Segurança alimentar e nutricional, Campinas, n. 17, 2010. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_17_2_2010/a8-MORUZZI-soberania-24-11-10.pdf?pag=san_vol_17_2_artigo_8.php Acesso em: 12 jun. 2012.

MEERTENS, D. Gender and Violence in Colombia: reflections on a complex relationship. **VENA Journal**, Leiden, v. 4, n. 2, nov.1992,

_____, D.; SEGURA, N. Desarraigo, género y desplazamiento interno en Colombia. **Revista Nueva Sociedad**, Venezuela, n. 148, pp. 30-43, Mar. /Ab. 1997. Disponível em: < http://www.nuso.org/upload/articulos/2576_1.pdf>. Acesso em: 13 de maio. 2013.

MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. Campina Grande: Projeto IPODE/CNPq, 2009.

MOLYNEAUX, M. Análisis de los movimientos de mujeres. Movimientos de mujeres en América Latina. Valencia: Instituto de la mujer, 2003.

NEVES P. D.; MEDEIROS, L. (Org). **Mulheres Camponesas, Trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói:Alternativa.2013.

OKIN, S. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n.2, p.305-332, Maio/Ago. 2008.

OSORIO, F; VILLEGAS, H. **Informe de investigación: Uno en el campo tiene esperanza. Mujeres rurales y recomposición en el acceso, tenencia y uso de la tierra por el conflicto armado en Buga, Colombia**. Bogotá: International Land Colition, 2010.

OSPINA, R. **Mujeres Rurales en la Agenda del Estado**. Bogotá: Tm Editores, 1998.

OVALLE, L. Narcotráfico y poder. Campo de lucha por la legitimidad. **Revista Athenea Digital**, Barcelona, n. 17, p. 77-94, mar. 2010.

PEREZ, E. Nuevas ruralidades y viejos campesinismos. Agendas para una nueva sociología rural latinoamericana. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n.59, 2007.

PEREZ, E.; FARAH, M. Mujeres rurales y nueva ruralidad. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n.51, p. 2004.

PEREZ, E.; FARAH, M. **Mujeres rurales y nueva ruralidad. Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, n.51, p. 2004.

PIZARRO, L. Los orígenes del movimiento armado comunista en Colombia (1949-1966). **Revista Análisis Político**, Editorial Universidad Nacional de Colombia. n.7, 1989.

PLOEG, J. D. The new peasantries. Struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization. *Journal of Human Ecology*, London, s. n. , p.356, 2008.

SANDOVAL, C. **La investigación cualitativa**. Programa de Especialización en Teoría, Métodos y Técnicas de Investigación Social - ICFES. Colombia: ASCUN, 1996.

SCOTT, J. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, M. (comp.) **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. México: PUEG, 1996.

SCOTT, J. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5. p. 217-243, jan. /jul. 2011.

SCOTT, J. Formas cotidianas de resistência. **Revista Raízes**, Campina Grande, vol.21, n.01, p.10-31, jan./jun. 2002.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era S.A., 2000.

SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 16, p. 297-325. 1999.

SEVILLA, E.; PÉREZ, M. Para una definición sociológica del campesinado. **Revista Agricultura y Sociedad**. Editorial Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, n. 1. p.15-39, 1976. Disponível em: <http://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/5625/a001_01.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 maio 2012.

SILIPRANDI, E., Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D.; MEDEIROS, L. (Org.). **Mulheres Camponesas, Trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói: Alternativa. 2013.

SILIPRANDI, E.. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos na agricultura familiar**. Tese de doutorado em desenvolvimento sustentável. Universidade de Brasília. 2009.

SUÁREZ, N. Políticas de mujer rural en Colombia. Una aproximación analítica desde la perspectiva de género. **Agronomía**, Universidad de Caldas, Colômbia, v. 13, n. 2, p. 77 – 93, jul./dez. 2005.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria. O um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WALLSTRÖM, M. El Estado y la violencia sexual contra las mujeres en el marco de la violencia sociopolítica en Colombia. Bogotá, Mayo de 2012. Disponível em: <http://www.sismamujer.org/publicaciones/informes/no-violencias/05.2012.Informe-del-Estado-y-la-Violencia-Sexual-contra-las-Mujeres-en-el-Marco-de-la-Violencia-Sociopolitica-en-Colombia.pdf>

WHITAKER,D.C.A. Soberania alimentar e assentamentos de reforma agraria. In:_____; FERRANTE,V.L.B; **Reforma agrária e desenvolvimento.Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. São Paulo: Nead Especial.2008.

ZULUAGA, G. P. El Acceso a la Tierra Asunto Clave para las Mujeres Campesinas en Antioquia, Colombia. Revista Facultad Nacional de Agronomía, Medellín, v. 1, n. 64, p. 5949-5960, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179922364018>>. Acesso em: 17 abril 2013